RUI RAMOS . LUCIANO AMARAL . JOÃO CARAÇA . ESTHER MUCZNIK . JOÃO PEREIRA COUTINHO
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA . CARLA HILÁRIO QUEVEDO . PAULO TUNHAS . MANUEL FALCÃO
PEDRO MARQUES LOPES . VASCO RATO . RODRIGO MOITA DE DEUS . BERNARDO PIRES DE LIMA
JOÃO MIRANDA . NUNO GAROUPA . MIRIAM ASSOR . ANDRÉ AZEVEDO ALVES . HENRIQUE BURNAY

Atlântico

27

REVISTA MENSAL DE IDEIAS E DEBATES . ANO 3 . **JUNHO 2007** . 4 €

A EUROPA EM MUDANÇA:
ADEUS BLAIR, OLÁ SARKOZY

PÁG. 16 à 18, 19, 33 e 36

SEGREDOS DE CARMONA RODRIGUES . STAR WARS . DALILA RODRIGUES: "MUSEUS EM PRECARIEDADE TOTAL" XENOFOBIA NOS MANUAIS ESCOLARES . ÁFRICA INVISÍVEL

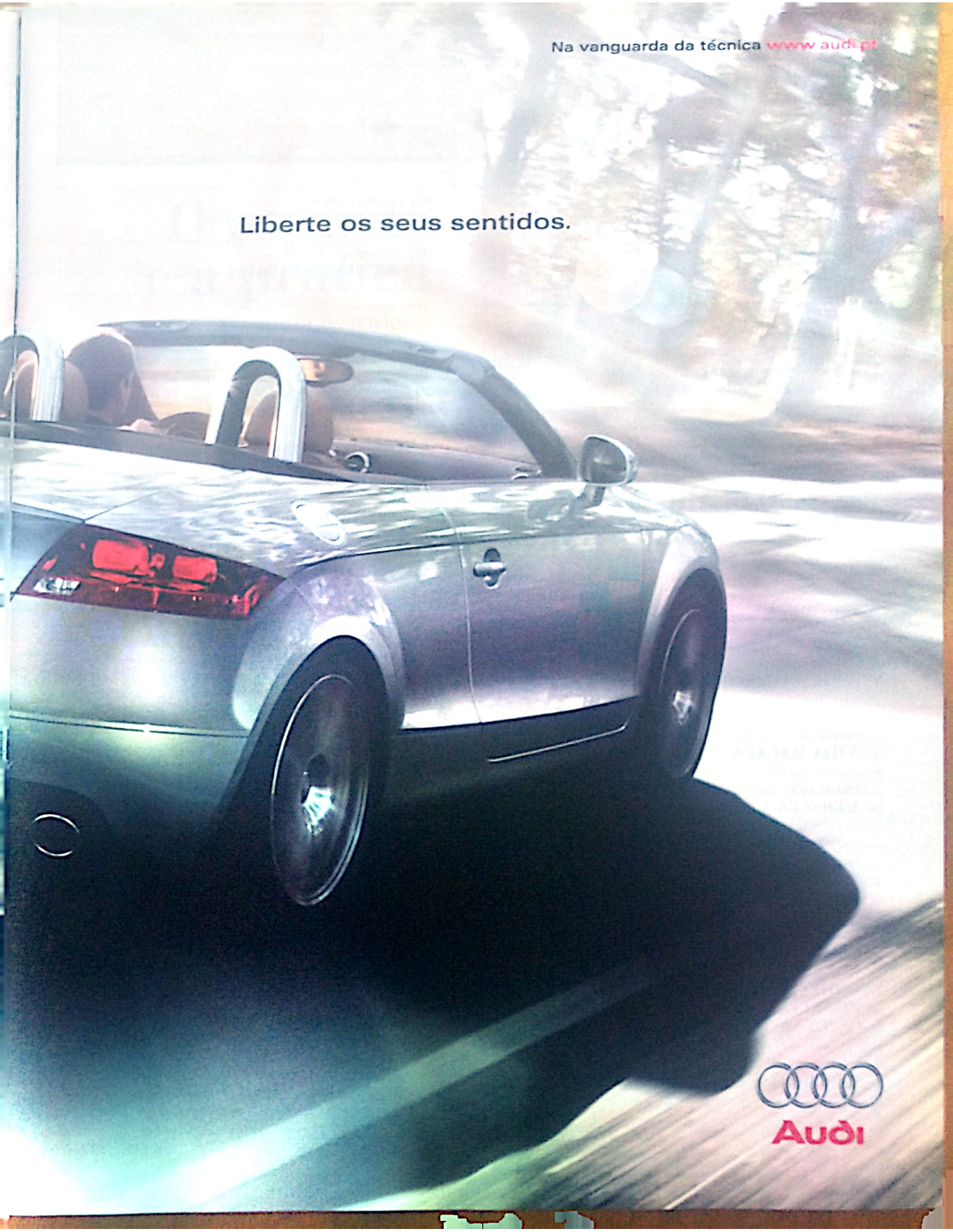
00027
5 601073 094191

Emissões de CO2 (g/km): 188-250, consumos em ciclo misto l/100km): 7,8 - 10,4.

Novo Audi TT Roadster.

O novo Audi TT Roadster com os motores 3.2 V6 de 250 cv e 2.0 TFSI de 200 cv transforma a potência em verdadeiro prazer de condução. Com o Audi magnetic ride, um sistema que permite alterar a rigidez dos amortecedores, a suspensão reage, numa fracção de segundos, às condições da estrada, combinando agilidade e conforto de condução. Sinta o vento e o sol à sua volta e desfrute da verdadeira experiência que é conduzir um Roadster. O Audi TT Roadster está equipado, de série, com uma capota totalmente automática que abre em apenas 12 segundos e um deflector de ar com comando eléctrico.

Prepare-se para partir à descoberta do seu sexto sentido. O sentido do prazer de condução.


Na vanguarda da técnica www.audi.pt
Liberte os seus sentidos.
Audi

Atlântico

nº. 27 . ATLÂNTICO . JUNHO 2007

EDITORIAL
5. O ESPÍRITO E A PRÁTICA
POR PAULO PINTO MASCARENHAS

RÁPIDAS
6. NOTAS DISPERSAS

O CARTOON
8. O SÓCRATES POR LUCY PEPPER E ALEXANDRE BORGES

O DIÁRIO
10 A NOVA PRIMAVERA DO POLÍTICO POR JOÃO CARAÇA

INVESTIGAÇÃO
12. OS SEGREDOS DE CARMONA POR MARGARIDA BON DE SOUSA

TEMA DE CAPA
16. O CASO BLAIR POR RUI RAMOS

EUROPÁLIA
19. AS LIÇÕES DE SARKOZY POR JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

ENSAIO
20. HÁ TRINTA ANOS NUMA GALÁXIA DISTANTE
POR LUCIANO AMARAL

POLÉMICA
24. A RELIGIÃO NOS MANUAIS ESCOLARES
POR ESTHER MUCZNIK

SPEAKEASY
27. VIDA MACACA POR JOÃO PEREIRA COUTINHO

PROVOCAÇÕES LIBERAIS
28. MERECER A RESPONSABILIDADE
POR GONÇALO REIS

INTERNACIONAL
30. A ALMA DA TURQUIA
POR VASCO RATO

CORRESPONDENTES DE GUERRA
31. COUVE-DE-BRUXELAS POR HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS
32. HOLA MADRID! POR NUNO GAROUPA EM MADRID
33. LONDON CALLING POR ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES
34. PASSAGEM PARA A ÍNDIA POR CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI
35. CAPUT MUNDI POR SÉRGIO H. COIMBRA EM WASHINGTON

IN PARTIBUS
36. NA MESA DAS CRIANÇAS POR PAULO TUNHAS

NEM MARTE, NEM VÉNUS
37. A LESTE, SIM, TUDO DE NOVO

PERSPECTIVA
38. O CONTINENTE INVISÍVEL POR RUI CARMO

À ESQUERDA
40. CATOLICISMO, PARTIDOS E PRIVILÉGIOS
POR BRUNO CARDOSO REIS

ANÁLISE
42. BLOCO DO QUÊ? POR PEDRO MARQUES LOPES

O CÉPTICO
44. DIREITOS DE PROPRIEDADE SOBRE O AR
POR JOÃO MIRANDA

MEMORANDO
45. PARA O MINISTRO DAS FINANÇAS

ENTREVISTA A DALILA RODRIGUES
46. "O MODELO DE GESTÃO DOS MUSEUS INCENTIVA A INDIGÊNCIA" POR FÁTIMA VIEIRA

GOSTOS
50 LIVROS POR HENRIQUE RAPOSO, BERNARDO PIRES DE LIMA E FILIPA D'AVILLEZ
54. O ALFARRABISTA POR HENRIQUE RAPOSO
55. FILMES POR ALEXANDRE BORGES
57. DISCOS POR RICARDO GROSS
60. ARTES POR FÁTIMA VIEIRA
61. TRÊS BLOGOCOISAS POR CARLA HILÁRIO QUEVEDO
62. ROTEIRO ATLÂNTICO POR ALAÍDE COSTA

64. DESTE MUNDO E DO OUTRO
INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, RODRIGO MOITA DE DEUS, LAURA ABREU CRAVO, JOSÉ CARMO, ALEXANDRE BORGES, TIAGO CAVACO, PEDRO SILVA, JORGE REIS SÁ, BRUNO ALVES, JORGE MADEIRA, DAVID LOURENÇO MESTRE, BRUNO VIEIRA AMARAL, PEDRO MARQUES LOPES

MULHERES À SOLTA
69. UMA TELEVISÃO PARA O POVO
POR RITA BARATA SILVÉRIO

A REPÓRTER
70. O TIRO NO PÉ POR MIRIAM ASSOR

SENTADOS NO SOFÁ
75. O PROBLEMA DA FALTA DE INFORMAÇÃO
POR MANUEL FALCÃO

CARTOON
74. FORAM-SE OS ANÉIS POR JOSÉ NUNES

EDITORIAL

PAULO PINTO MASCARENHAS

O espírito e a prática

1. Rezam as biografias oficiosas que António Costa entrou na Juventude Socialista quando tinha 14 anos. Consta mesmo que, aos 12, quando os rapazes vulgares costumam sonhar com vitórias em campeonatos de futebol, Costa queria ser "socialista". "Socialista", vejam o pormenor da imaginação infantil. Não se sabe muito bem se entretanto terá esquecido a ideologia em alguma gaveta. O que se sabe é que, em Julho de 2004, foi eleito deputado europeu. Já tinha sido autarca, secretário de Estado, ministro da Justiça e dos Assuntos Parlamentares no malogrado Governo de António Guterres. Ultrapassando a curta e frutuosa experiência em Bruxelas, onde chegou a vice-presidente do Parlamento Europeu, perante a vitória estrondosa de José Sócrates, em 2005, António Costa torna-se ministro de Estado e da Administração Interna. A segunda figura do Executivo. Dois anos mais tarde, é candidato à Câmara Municipal de Lisboa. O candidato do Governo Sócrates, bem entendido. O homem da Lei das Finanças Locais e da transferência do aeroporto para a Ota.

2. Ambos poderiam ser líderes, mas consta da história partidária que José Sócrates terá assinado um pacto de não-agressão mútua com António Costa: nenhum dos dois repetiria as guerras fratricidas que 20 anos antes haviam sido protagonizadas por António Guterres, Jorge Sampaio e Jaime Gama. O currículo no Partido Socialista, a boa imprensa de que inegavelmente desfruta ou a evidente capacidade de gestão da imagem, não evitam uma pergunta algo embaraçosa para um candidato autárquico a quem se exige empenho e exclusividade de intenções. Será que Lisboa não é para Costa mais uma de muitas outras passagens fugazes na carreira política?

3. Substituto de António Costa no Governo, o magistrado Rui Pereira, percorreu diversos braços do poder em dez anos. Quando se tornou ministro estava apenas há um mês e meio como juiz no Tribunal Constitucional. Ocupou o lugar de director do Sistema de Informações e Segurança (SIS) entre 1997 e 2000, tornando-se nesse mesmo ano secretário de Estado da Administração Interna no Governo de António Guterres. Com um vasto currículo, entre a justiça, a polícia e a política, Rui Pereira foi membro do Conselho Superior do Ministério Público e o seu nome chegou a ser comentado como Procurador-Geral da República. Em finais de 2006 fazia publicamente campanha pela nova lei do aborto, apresentada pelo Partido Socialista. Antes ainda, no dia 1 de Agosto de 2005, assumiu o cargo de coordenador da Unidade de Missão para a Reforma Penal. No discurso de posse, Rui Pereira citava então – e muito bem – Montesquieu e o livro *O Espírito das Leis*. Isto a propósito de serem mais importantes do que as normas legais escritas «a certeza e a celeridade na sua aplicação».

O agora ministro Rui Pereira esquecia-se porém de outras citações do mesmo autor e da mesma obra. Admirador da Grã-Bretanha e da sua constituição não-escrita, Montesquieu tornou-se sobretudo conhecido pela teoria da separação de poderes, actualmente consagrada em muitas das constituições das democracias liberais. É essa mesma teoria e esse mesmo princípio fundamental que o actual Governo e o ministro Rui Pereira vão continuar a contrariar. Na prática. ■

Atlântico

DIRECTOR:
PAULO PINTO MASCARENHAS
paulopintomascarenhas@gmail.com

CONSELHO EXECUTIVO:
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
LUCIANO AMARAL
RUI RAMOS
VASCO RATO

CONSELHO EDITORIAL:
ANDRÉ AZEVEDO ALVES
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE
CONSTANÇA CUNHA E SÁ
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
JOÃO PEREIRA COUTINHO
JOSÉ MANUEL MORAIS CABRAL
LEONARDO MATHIAS
LOURENÇO LUCENA
LUCIANO AMARAL
M. FÁTIMA BONIFÁCIO
MANUEL FALCÃO
MIGUEL MONJARDINO
NUNO GAROUPA
PAULO P. MASCARENHAS
PAULO TUNHAS
PEDRO FERRAZ DA COSTA
PEDRO LOMBA
PEDRO MARQUES LOPES
RUI RAMOS
VASCO RATO
VÍTOR CUNHA

EDIÇÃO:
BERNARDO PIRES DE LIMA E HENRIQUE RAPOSO

REVISÃO:
PATRÍCIA ROSAS

COLABORAM NESTE NÚMERO:
ALAIDE COSTA, ALEXANDRE BORGES, ANDRÉ AZEVEDO ALVES, BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO ALVES, BRUNO CARDOSO REIS, BRUNO VIEIRA AMARAL, CARLA HILÁRIO QUEVEDO, CONSTANTINO XAVIER, DAVID LOURENÇO MESTRE, ESTHER MUCZNIK, FÁTIMA VIEIRA, FILIPA D'AVILLEZ, GONÇALO REIS, HENRIQUE BURNAY, HENRIQUE RAPOSO, INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, JOÃO CARAÇA, JOÃO MARQUES DE ALMEIDA, JOÃO MIRANDA, JOÃO MOREIRA DE SÁ, JOÃO PEREIRA COUTINHO, JORGE MADEIRA, JORGE REIS-SÁ, JOSÉ CARMO, JOSÉ NUNES, LAURA ABREU CRAVO, LUCIANO AMARAL, MANUEL FALCÃO, MARGARIDA BON DE SOUSA, MIRIAM ASSOR, NUNO GAROUPA, PAULO TUNHAS, PEDRO MARQUES LOPES, PEDRO SILVA, RITA BARATA SILVÉRIO, RICARDO GROSS, RODRIGO MOTTA DE DEUS, RUI CARMO, RUI RAMOS, SÉRGIO H. COIMBRA, TIAGO CAVACO E VASCO RATO

ILUSTRAÇÃO:
LUCY PEPPER

TEXTOS DOS CARTOONS:
JOÃO MOREIRA DE SÁ (arcebispodecantuaria.blogspot.com)

PROJECTO GRÁFICO:
WWW.BLUG.PT

DIRECTOR DE PUBLICIDADE:
JORGE REIS
jorgearreis.pub1@sapo.pt
TM: 917585310
TEL: 21 392 8862
FAX: 213956739

EDIÇÃO ONLINE:
TEL: 21 392 88 62
ppm@revista-atlantico.com

CONTRIBUINTE Nº 507594924

PROPRIETÁRIO E EDITOR:
COSTORIENTAL SOCIEDADE EDITORA, LDA

PAGINAÇÃO: ESTÚDIO GRÁFICO SERAFIM S. SERRANO, Lda
Rua Ary dos Santos, Lote 106 - Serra das Minas - 2635-411 Rio de Mouro

IMPRESSÃO: PRINTER PORTUGUESA – Indústria Gráfica, Lda
Edifício Printer - Estrada de Casais de Mem Martins - 2635-445 Rio de Mouro

DISTRIBUIÇÃO: LOGISTA PORTUGAL, DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES S.A.
R. REPÚBLICA DA COREIA, Nº 34, RANHOLAS, 2714-526 MEM MARTINS

PERIODICIDADE: MENSAL
TIRAGEM: 10 000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL: 226062/05
ISSN: 1646-2130

MEMBRO DA APCT

NOTAS DISPERSAS

O SOCIALISMO MORREU

A derrota de Ségolène Royal é mais um prego no caixão do socialismo. Como salientava o *The Economist*, a palavra "socialismo", forjada no século XIX, é um handicap eleitoral no século XXI. A esquerda britânica já percebeu isso há uma década. A esquerda italiana começa a perceber isso agora (atenção à formação do Partido Democrata). O PASOK grego moderou-se. Na Índia, o Partido do Congresso enterra todos os dias o socialismo fabiano de Nehru. A China comunista é a mais capitalista das potências. E o que fará a esquerda francesa? E Portugal? Continuaremos a ser o país mais à esquerda da Europa a 27? Não por acaso, Portugal não tardará a ser o mais pobre dos 27.

WOLFOWITZ, OS EUROPEUS E O... FMI

Os europeus não têm criticado com grande intensidade o "escândalo Wolfowitz" no Banco Mundial (Wolfowitz favoreceu uma funcionária que, por acaso, era a sua namorada...). Qual é a razão deste silêncio europeu? Resposta: os europeus têm medo de perder o monopólio no FMI. Ah? Calma. A coisa é assim: em 1945, ficou *instituído* que os EUA ficariam com a presidência do Banco Mundial, enquanto que os europeus ficariam com o monopólio do FMI. E assim tem sido. Se os europeus criticassem de forma contundente a não-demissão de Wolfowitz, estariam a abrir o flanco para receberam críticas em relação ao seu monopólio no FMI. A verdade é que esta polémica conjuntural esconde um problema de fundo: as instituições de Bretton Woods, criadas em 1945, já não se adequam à distribuição de riqueza de 2007. "1945" está a tremer por todos os lados. Os privilégios de americanos e europeus estão a ser contestados pelo resto do mundo. Ainda bem.

O PARTIDO DO ACASO?

As eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa foram marcadas para 1 de Julho. Para além da instabilidade desesperançada no que aos destinos da maior autarquia do país diga respeito, este episódio vem mostrar outro tipo de fragilidades: a do PSD de Marques Mendes. Na maior oportunidade que tem para assumir uma posição de força e traçar uma espécie de perímetro de segurança em torno da sua liderança, Marques Mendes falhou em todas as frentes. Não soube resolver interna e opacamente os problemas da casa nem gerir o conflito com o independente que ajudou a eleger. Se o PSD tornar a ganhar a Câmara de Lisboa, desta vez, será só por acaso.

BANCO DO SUL

Chávez pretende criar o *Banco do Sul*, uma instituição financeira montada com dinheiro sul-americano, destinada a emprestar capital a sul-americanos sem as exigências "neoliberais", isto é, um rival do FMI/Banco Mundial. A Bolívia, o Equador, a Argentina e a Nicarágua também estão envolvidos no processo. Mas o ponto central prende-se com o Brasil. Sem o Brasil, este projecto não terá pernas para andar. Se o Brasil entrar, o Banco do Sul não será o projecto anti-sistema dos planos de Chávez. Em todo o caso, estamos perante mais um indício do nosso tempo; um tempo marcado pela emancipação dos espaços não-ocidentais e por um espírito revisionista em relação a 1945.

SARKOZY: SERÁ MESMO O HOMEM CERTO?

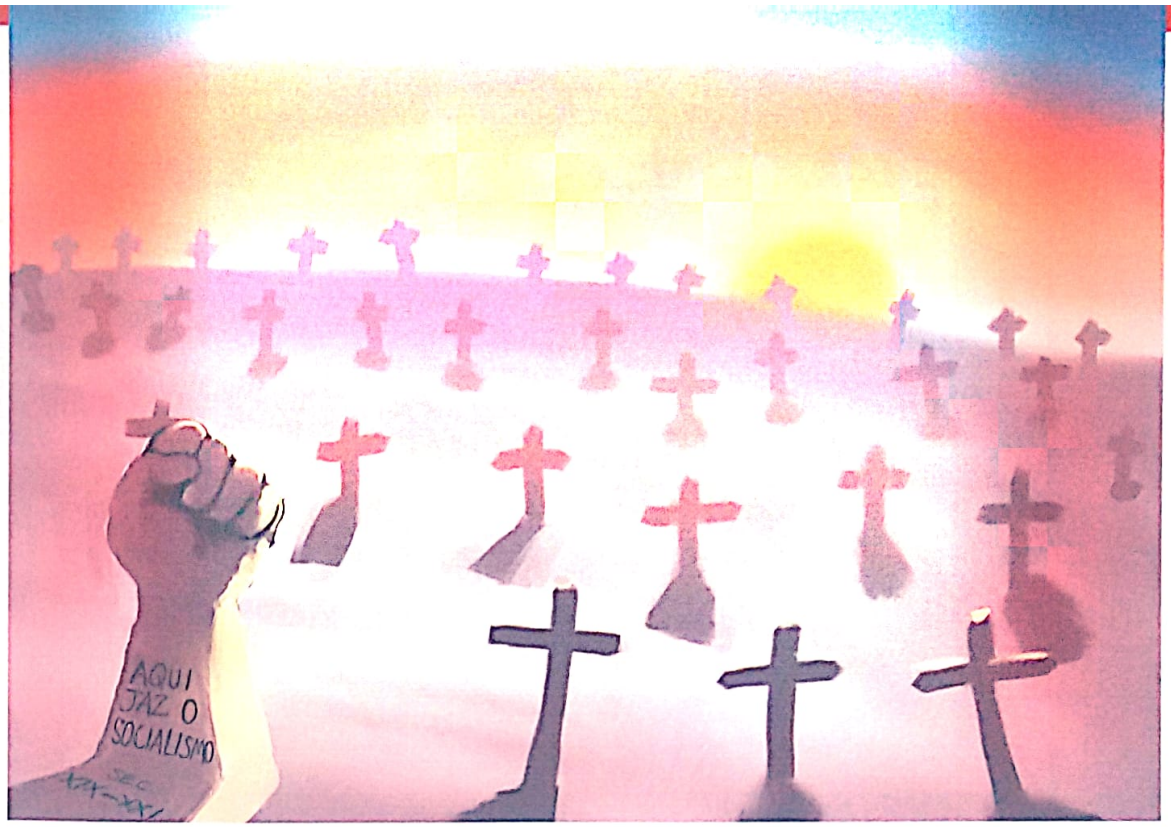
Muito boa gente diz que Sarkozy irá abrir a França ao mundo. Mas será mesmo assim? Em dois pontos, pelo menos, Sarkozy continua a demonstrar o espírito defensivo em relação ao exterior que tem marcado a política francesa nas últimas décadas. Em primeiro lugar, Sarkozy diz que a Europa tem de proteger os europeus em relação à globalização; a dita globalização é vista como um Cavalo de Tróia. Depois, Sarkozy continua a vaga da França-de-costas-voltadas-para-o-mundo quando recusa, de forma dogmática, a entrada da Turquia na Europa. Num mundo global, onde as velhas fronteiras geográficas já não são barreiras, Sarkozy refugia-se num argumento de escola primária: a Turquia fica na Ásia Menor. Monsieur Sarkozy, será que foi eleito para uma cátedra de geografia ou para um cargo político?

MUNDO PÓS-EUROPEU NO ESPAÇO

A China lançou um satélite da Nigéria. Um estado africano recorre a um estado asiático para chegar à órbita da Terra. Sem a necessidade de intermediários ocidentais. Não há NASA ou agência espacial europeia nesta história. A Nigéria está a desenvolver a sua rede de informação com a "ajuda" da China. Este lançamento é mais uma pedra na parceria crescente entre China e países africanos. Para usar um termo de antigamente, África começa a ser uma "área de influência" de Pequim. Por outro lado, o programa espacial da Nigéria é um acto simbólico: a par dos sul-africanos, os nigerianos pretendem ser os intérpretes da emancipação africana na política internacional. O *Outro* começa mesmo a mexer-se.

O REFÚGIO PÚBLICO DAS ASNEIRAS

Quando os jornalistas perguntavam ao ministro do Interior britânico, John Reid, se ele se iria candidatar a líder do Labour, a resposta era invariavelmente a mesma: "eu tenho uma vida fora da política. Toco guitarra, piano. Tenho uma casa em França. Posso afastar-me de tudo isto amanhã que a minha vida não colapsa". Quantos já ouviram esta justificação na política portuguesa, para fugir a convites políticos ou *timings* pouco interessantes para as legítimas ambições individuais? Inúmeras, bem sabemos. A política passou a ser interessante depois de lá se ter passado. E um calvário quando lá se está. Legítimo? Sem dúvida. Pior que isto só mesmo



asneirar quando lá se está e cair no esquecimento depois. Em Portugal, (um *case study* muito particular) a regra parece ser asneirar para ser premiado depois. De preferência na administração de uma grande empresa pública. Querem exemplos?

O MÍTICO COSTA

Estão sentados, caros leitores atlânticos? Pois bem, o já mítico ministro da Justiça, Alberto Costa, afirmou recentemente que (e vem aí asneira...) não estava surpreendido por a maioria dos casos de corrupção que estão a ser investigados pela PJ envolverem a Administração Pública (AP). Costa ficou surpreendido, isso sim, por ser confrontado com tal situação, e deu asas às suas evidências: "é sabido que onde há muita regulamentação, fiscalização e dependência de licenciamento multiplicam-se as ocasiões de corrupção". Alberto Costa sabe tudo. Sabe onde estão os corruptos e os corruptíveis. Acha ainda normalíssimo que a PJ só tenha olhos para a AP, da qual é um dos maiores responsáveis. Se o ministro sabe tanta coisa, porque razão não é chamado a prestar declarações?

ADIEU, CHIRAC

Jacques Chirac despediu-se, em meados do mês, da vida política. Foram 40 anos nestas andanças; 12 como Presidente, 18 à frente da Camâra de Paris; 4 como primeiro-ministro. Todo um programa de esquerda (é importante sublinhar este ponto) ao serviço do maior umbigo do planeta. A França é e foi um país extraordinário, mas não se consegue deixar de embirrar com a mania das grandezas. E nisto, a presidência de Chirac foi imponente: crescimento económico anémico, desemprego elevado, queda abrupta na produtividade, perda de competitividade externa, défices elevados e dívida pública a crescer. Tudo em grande, como reza a história francesa. Ontem, como hoje, Chirac foi um filho da utopia.

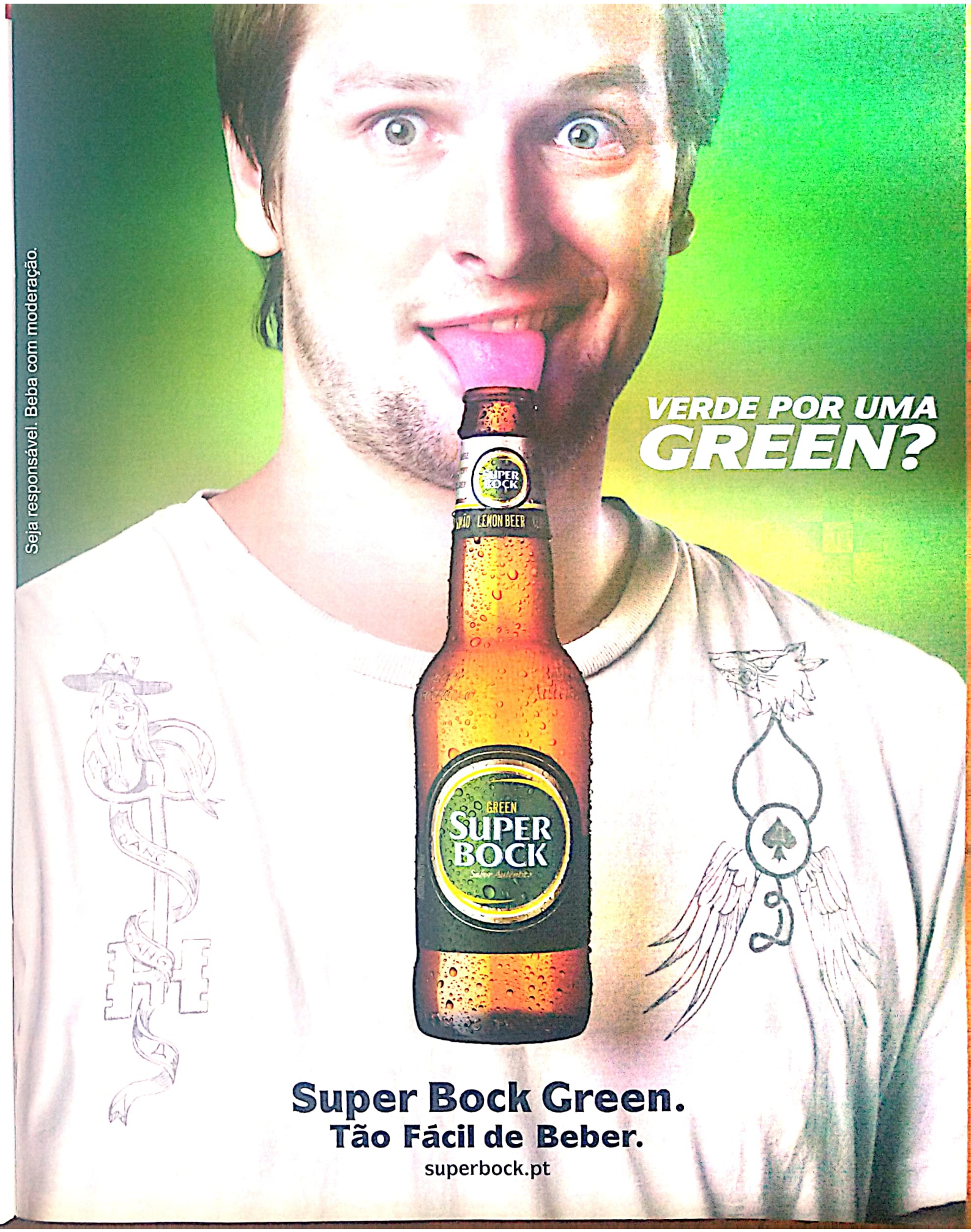
O *SOUND BYTE* DA AMEAÇA RUSSA

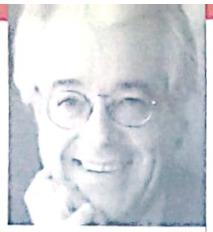
Os arautos da desgraça e do apocalipse do costume encontraram novo *sound byte*: a "nova Guerra Fria". Putin, um tirano saído das trevas, tem assustado todos menos aqueles a quem, supostamente, se dirige. Condi Rice, muito ao seu estilo, e fazendo valer toda a sua carreira académica em assuntos relacionados com Moscovo, já veio dizer que isso não passava de um disparate. Mais: que o paralelo entre a URSS e a Rússia actual não fazia qualquer sentido. Os anjos da "análise" internacional abrem a boca de espanto. Nós procuramos esclarecer: a política externa russa, assim como de qualquer grande potência, sobretudo pós-imperial, nunca deixa de pensar num quadro conceptual diferente deste. Moscovo faz apenas o seu papel, o que não quer dizer que o pratique, ou que vá ameaçar Washington caso mais algum país adira à NATO. Dado importante: não há, neste momento, nenhum Estado no mundo capaz de ameaçar directamente o território norte-americano. A única ameaça real é o terrorismo. Basta apenas um x-acto para enfiar um avião no meio de um prédio no centro de Nova Iorque. É este o mundo em que vivemos.

Aeroportos online
Partidas e Chegadas em tempo real
Consulta e download de horários
Lojas e restaurantes
Informações aos passageiros
ana
Aeroportos de Portugal SA
Lisboa · Porto · Faro · Ponta Delgada · Horta · Santa Maria · Flores
www.ana.pt

O SÓCRATES

ILUSTRAÇÃO: LUCY PEPPER
TEXTO: JOÃO MOREIRA DE SÁ


Seja responsável. Beba com moderação.
VERDE POR UMA
GREEN?
GREEN
SUPER
BOCK
Super Bock Green.
Tão Fácil de Beber.
superbock.pt



JOÃO CARAÇA *

PARA QUE NÃO TARDE UMA NOVA PRIMAVERA DO POLÍTICO

"O mais importante na nova primavera do político parece ser a necessidade de reformar e subordinar o poder judicial ao legislativo de forma insofismável. De outro modo, tudo se tornará 'judiciável' – e não haverá recurso"

Há dois anos, em Maio, realizou-se em Châtenay-en-France, nos arredores de Paris, um workshop organizado por Michel Wieviorka, director na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), em Paris – e, hoje, igualmente presidente da Associação Internacional de Sociologia. Perante o presumível fracasso do processo que levaria a adoptar uma constituição para a União Europeia, Wieviorka entendeu ser preciso reflectir sobre as razões do "défice" do político que parecia assombrar a Europa e o Mundo. Nesta análise, o político será entendido simultaneamente como fenómeno, actividade e domínio epistemológico central para a sustentabilidade das nossas sociedades.

O projecto foi acolhido com entusiasmo pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do programa de estudos de prospectiva e da relação da ciência com o mundo contemporâneo. E, assim, se encontraram para discutir esta questão, durante dois dias, quinze especialistas, académicos, diplomatas e gestores, da Europa, Médio Oriente e América Latina.

O workshop foi deveras interessante e produtivo: o que parecia, à partida (pelo menos para os especialistas europeus) como um défice do político, revelou-se ser, na realidade, um défice de escolha – a falta de um projecto que permita a escolha política entre sistemas rivais (capitalismo e comunismo) ligado à emergência do unilateralismo norte-americano. Isto é, o suposto "défice" é um problema de carácter "local", provocado pela derrota da esquerda histórica na Europa na década de 70 das chamadas "crises do petróleo" e pela incapacidade de pensar politicamente a passagem do Estado-providência (o seu triunfo ideológico) a um novo sistema de bem-estar (*welfare*) adequado à nova demografia, tecnologia e economia do espaço europeu. Deste modo, e com o precioso contributo dos participantes não-europeus, percebeu-se claramente como é necessário um "regresso" a uma nova economia política, equacionando o futuro do político e reconhecendo ser necessária uma "nova primavera" que altere o estado de desequilíbrio entre nações que querem a guerra e nações que querem a paz, acção na qual os europeus poderão desempenhar um papel determinante.

Mas, para tal, será preciso que a Europa inverta e ultrapasse o processo de fragmentação em que se encontra envolvida, com diferentes sistemas de soberanias funcionais, além de ciclos políticos de decisão desfasados e de duração variável no tempo. Porque a Europa possui um nível de recursos humanos, materiais, informacionais, patrimoniais e infraestruturais incomparável! E é este capital, rico e diverso, que precisa de ser assimilado pelos jovens europeus e projectado para o futuro num exercício de talento, determinação e consciência global.

Muito interessante foi, também, a reflexão sobre a situação noutros pontos do nosso planeta, em particular no Leste europeu, no Médio Oriente e na América Latina. Aqui, o problema da mobilização dos jovens para um projecto nacional passa pela criação de quadros políticos onde, precisamente, os sistemas de representação e organização política não são credíveis. O desequilíbrio entre "participação" e "representação" restringe enormemente o efeito do espaço público comum que, muitas vezes, é entendido como "recurso apropriável" por ser visto como não possuindo um "dono" identificável.

Em resumo, o surgimento de instituições não responsáveis perante o sufrágio é visto de modo diverso consoante o grau de prática democrática da nação em causa: o que para os europeus evoca o temor da impunidade dos órgãos reguladores dos direitos e deveres dos cidadãos (como os tribunais constitucionais, a influência do Supreme Court americano, as comissões de especialistas, as *task-forces*, as autoridades da concorrência) e a consequente apropriação do espaço do político pelos "mercados", para os cidadãos dos países em desenvolvimento é esta emergência que enriquece a sua própria prática política, por perturbar a interferência dos poderes militares.

Mas o mais importante na nova primavera do político que se deseja parece ser a necessidade de reformar e subordinar o poder judicial ao legislativo de forma insofismável. De outro modo, tudo se tornará "judiciável" – e não haverá recurso. Os problemas à escala planetária que precisamos de saber gerir, das alterações climáticas à energia e a violência, implicam uma definição clara e robusta do que constitui o bem público global, isto é, o património comum da humanidade. Apenas num quadro de afirmação plena de democracia haverá condições para tal. É esta a primavera que mudará o mundo para melhor.

* **João Caraça** é Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian e colaborou no livro *A nova primavera do político*, editado pela Guerra&Paz e lançado no passado dia 14 de Maio em Portugal

O BPN É O BANCO COM LUGAR PARA TODOS.

www.bpn.pt · Linha BPN: 808 22 44 44

Catarina Furtado sabe que há um lugar onde realiza os seus sonhos. Onde concretiza os seus objectivos. Esse lugar é o BPN. O lugar onde surpreendemos todos os nossos Clientes. Onde lhes oferecemos o que precisam. No BPN também há um lugar para si.

Abra já a sua conta no BPN.
Sem despesas de manutenção.

BPN
Valores que distinguem

MARGARIDA BON DE SOUSA

OS SEGREDOS DE CARMONA EM LISBOA

Aqui se apresenta a versão de Carmona Rodrigues sobre a queda da Câmara Municipal de Lisboa. O número dois Fontão de Carvalho acusa Marques Mendes de nunca ter defendido os eleitos pelo PSD, o PS de estar dividido durante todo este tempo – e José Sá Fernandes de puro "terrorismo político". Depois de terem sido públicas as mais diversas alegações contra o ex-presidente da Câmara, a *Atlântico* foi conhecer os argumentos e os segredos de Carmona

Só quem fez parte de um Governo ou de um executivo autárquico consegue identificar-se com o sentimento de vazio que se segue ao arrumar da casa e ao fechar da porta. Carmona Rodrigues passou a semana de 14 de Maio precisamente nessa tarefa inglória e solitária de perscrutar minuciosamente os papéis acumulados durante os últimos seis anos que esteve na câmara de Lisboa, elegendo o que era para destruir, o que deveria guardar e o que passou a integrar os arquivos da edilidade. E a despachar os últimos assuntos pendentes. Na terça-feira 16, um grupo de apoiantes incondicionais, entre os quais alguns fortes candidatos a integrarem uma eventual lista do professor às eleições intercalares de Lisboa, começaram mesmo a recolher cinco mil assinaturas necessárias à oficialização da candidatura, reunindo, em menos de 24 horas, mais de 2300 apoios. Mas António Pedro, como lhe chamam os amigos e os que com ele convivem mais intimamente, não é nem nunca foi político, não tendo por isso essa fibra e essa capacidade de lidar com a adversidade, tão comum aos que habitualmente circulam pelos corredores do poder. Na quinta-feira à hora do almoço, tomou a decisão de não se recandidatar a Lisboa. Mais tarde, o cenário era de novo de dúvida.

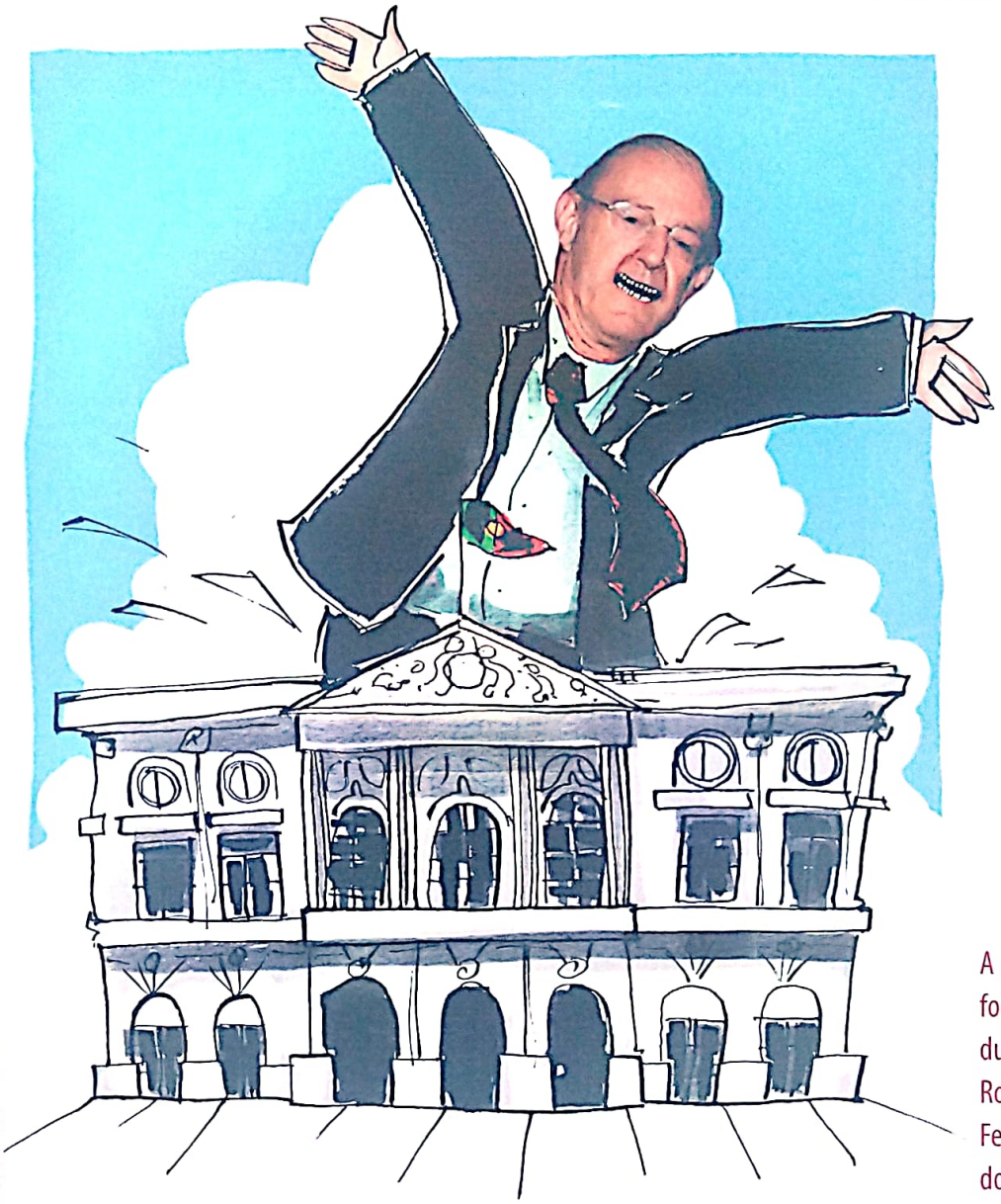
O fiel da balança, aliás, vinha a pender sucessivamente pelo "não" e pelo "sim" há alguns dias, oscilando entre a vontade de se sujeitar novamente ao escrutínio do eleitorado e a de desistir e recuperar uma vida normal. Ou seja, por um lado, como Carmona Rodrigues referiu nas duas intervenções públicas que fez no âmbito da dissolução da câmara, existia um projecto, sufragado pela maioria dos lisboetas em Outubro de 2005 e que tinha dado ao PSD uma vitória histórica na capital, com maioria na Assembleia Municipal e nas juntas de freguesia. Por outro, pesava em sentido contrário o desgaste sistemático sofrido desde Junho, em parte resultante das guerras intestinas no PS e no PSD, dos processos judiciais que recaíram sobre parte dos seus vereadores e ainda pela guerra surda entre a vereadora centrista Maria José Nogueira Pinto e a social-democrata e presidente da Assembleia Municipal, Paula Teixeira da Cruz.

"A passividade do PSD"

A guerra interna no PSD teve reflexos no fogo cruzado a que estiveram sujeitos durante todos estes meses Carmona Rodrigues, Fontão de Carvalho, Pedro Feist e Gabriela Seara. «Houve da parte do PSD uma passividade muito grande em todo este processo», desabafa Fontão de Carvalho. «Marques Mendes e Paula Teixeira Pinto nunca foram capazes de sair em defesa daqueles que escolheram para serem candidatos pelo PSD». Mais. De acordo com esta versão, Paula Teixeira da Cruz, enquanto presidente da Assembleia Municipal, não facilitou a vida ao executivo camarário. A proposta que previa a reestruturação da Ambelis, apresentada em Junho, só foi discutida em assembleia cinco meses depois, em Novembro, acabando por inviabilizar o saneamento da empresa, pese ser esta o principal braço do município para a captação de investimentos. Uma outra proposta de venda do património (terrenos municipais na zona do Alto dos Moinhos) apresentada em Setembro por Carmona Rodrigues também nunca chegou sequer a ser agendada.

A venda de património era aliás um dos instrumentos considerados da maior importância pelo anterior executivo para melhorar a tesouraria da câmara e amortizar passivo. No primeiro semestre de 2006, Paula Teixeira da Cruz chegou mesmo a ameaçar o executivo de levantar um processo em tribunal com uma outra situação, o projecto de alargamento do parque automóvel subterrâneo do Chiado para o Largo Barão de Quintela. Todos estes factores acabaram por condicionar a governabilidade da Câmara, dificultando a liderança *low profile* de Carmona Rodrigues.

A lista candidata a Lisboa pelo PSD nas autárquicas de Outubro de 2005 o PSD elegeu oito vereadores em Lisboa, três dos quais independentes (Carmona Rodrigues, Pedro Feist e Fontão de Carvalho), Gabriela Seara, do PSD e escolha pessoal de Carmona Rodrigues, que tinha sido sua chefe de gabinete na CML e no Governo, e outros quatro do partido (Marina Ferreira, José Amaral Lopes, António Prôa e Sérgio Lipari Pinto). Fontão de Carvalho refere que desde o início do mandato este último grupo funcionou à parte, minando qualquer construção de espírito de equipa. Mais tarde entram Rodrigo Saraiva, que substitui Gabriela Seara quando esta



A guerra interna no PSD teve reflexos no fogo cruzado a que estiveram sujeitos durante todos estes meses Carmona Rodrigues, Fontão de Carvalho, Pedro Feist e Gabriela Seara. «Houve da parte do PSD uma passividade muito grande em todo este processo», desabafa Fontão

suspende funções e Paulo Moreira, em substituição de Fontão de Carvalho quando este suspende funções. Os dois são nono e décimo na lista, respectivamente.

A queda da presidência, ainda segundo Fontão de Carvalho, acabou mesmo por ser provocada por Marques Mendes. «Se tivesse o que devia ter feito, que era defender os seus eleitos face ao que conhecia da acusação, nada disto teria sucedido», refere o antigo responsável pela pasta das Finanças, acrescentando que Paula Teixeira da Cruz, que é advogada, também conhece bem os processos. O pontapé de saída da dissolução foi, no entanto, dado no início de Setembro por José Sá Fernandes, que interfere activamente e publicamente no caso do prédio da Infante Santo. «Em meados do ano passado», diz Fontão de Carvalho, «percebemos que Sá Fernandes, ao não conseguir vencer nem as eleições nem as discussões na câmara, começou a tentar utilizar o poder judicial para influenciar as decisões políticas. Em vários momentos fez chantagem com esse tipo de procedimentos, dizendo que se as ideias não vencessem na câmara, faria queixa para o ministério público. Tratou-se de um verdadeiro e repetido terrorismo político».

Sá Fernandes tem actualmente 14 processos judiciais contra a câmara, desde providências cautelares a procedimentos administrativos e queixas crimes. Em sete deles já houve decisão judicial, sempre a favor da edilidade. «O prejuízo que causou aos cidadãos de Lisboa está bem patente no túnel do Marquês», acrescenta Fontão, «onde a consórcio constituído pela Construtora do Tâmega e a CME reclamam em tribunal arbitral mais 4,5 milhões de euros pela paragem da obra». Em Novembro sai Maria José Nogueira Pinto, pondo fim ao acordo entre o PSD e o PP para Lisboa. A saída da autarca centrista ficou em grande parte a dever-se ao projecto da Baixa Chiado, o qual acabou por abrir uma nova guerrilha com a presidente da Assembleia Municipal. O novo dado teria então reforçado a ingerência da Assembleia Municipal e do próprio Marques Mendes na Câmara.

Divisões no PS

Em Junho tornou-se igualmente evidente que o mandato socialista na câmara iria ficar marcado por divergências entre os autarcas apoiados pela concelhia de Lisboa e os convidados por Manuel Maria Carrilho. Intencional ou não, nenhum dos que foram eleitos em 2005 integra agora a lista do candidato António Costa.

José Sá Fernandes tem actualmente 14 processos judiciais contra a Câmara de Lisboa, desde providências cautelares a procedimentos administrativos e queixas crimes. Em sete deles já houve decisão judicial, sempre a favor da edilidade. Fontão de Carvalho chama-lhe "terrorismo político"

Só quem tem uma ideia prosaica do funcionamento dos meandros da política desconhece as tensões que se geram no interior dos próprios partidos entre o aparelho puro e duro e os militantes que se movimentam à margem dele. E os reflexos que estas guerrilhas acabam por ter nas próprias decisões políticas. O facto de o socialista Dias Baptista ter sido o número quatro da lista de Manuel Maria Carrilho mas liderar a concelhia de Lisboa originou desde a saída do ex-ministro da Cultura uma disputa surda com o número dois Nuno Gaioso Ribeiro pela liderança do grupo socialista na câmara. Uma das facetas mais visível desta disputa resultou no chumbo de Gaioso Ribeiro à venda de lotes na urbanização do Vale de Santo António, promovida pela Epul, por defender que não havia um plano de urbanização. Contra Dias Baptista e Natalina Moura, que viabilizaram o negócio proposto pela presidência.

Durante todos estes meses chegaram mesmo a haver contactos individuais e informais no sentido de se formarem alianças para garantir a estabilidade governativa. A notícia sobre o prédio da Infante Santo cai como uma bomba em Julho de 2006. Embora a decisão, tal como no caso Bragaparques, transitasse do mandato anterior, alguns despachos já são aprovados durante este mandato. As duas inspecções feitas ao edifício pela Inspecção-geral da Administração do Território dão razão à câmara, que nunca foi condenada em qualquer dos processos até agora vindos a público.

O mandato socialista na Câmara ficou marcado por divergências entre os autarcas apoiados pela concelhia de Lisboa e os convidados por Manuel Maria Carrilho. Nenhum dos que foram eleitos em 2005 integra agora a lista do candidato António Costa

Quanto ao Parque Mayer, Fontão de Carvalho recorda que é um problema que subsiste na cidade há mais de 20 anos. Trata-se de uma enorme extensão de terrenos degradados numa das zonas mais nobres da capital onde aqui e ali pontuam alguns restaurantes que já conheceram melhores dias e habitam meia dúzia de famílias. A solução agora contestada – a permuta desta zona, para a Bragaparques, com metade dos terrenos da Feira Popular, sendo que a empresa teria direito de preferência sobre a outra metade, vendida em hasta pública – foi classificada por Fontão de Carvalho como «uma das melhores até agora encontrada», não obstante nem ele nem Gabriela Seara estarem na Câmara na altura da venda pública, em Julho de 2005. Os dois tinham saído em Março, quando Santana Lopes regressou à autarquia. Em 2005, recorda ainda o ex-vereador e arguido neste caso, a proposta foi elogiada quase por todos os partidos, incluindo o Bloco de Esquerda, representado então na Assembleia Municipal por Carlos Marques. O único voto contra foi do Partido Comunista e estritamente por razões de ordem urbanística. De repente, tudo mudou.

AS CONTAS DE FONTÃO E O PASSADO DE SOARES

Ao contrário do que se possa pensar, a nova lei das Finanças Locais vai facilitar a vida ao futuro executivo camarário de Lisboa. É que embora se mantenha o actual limite para o endividamento, a dívida a fornecedores pode ser convertida em dívida bancária, com pagamento diferido no tempo, o que aliviará significativamente a tesouraria da edilidade. O ex-vereador das Finanças de Carmona Rodrigues, Fontão de Carvalho, avança à *Atlântico* um quadro mais confortável para a realidade financeira da maior câmara do País. Lisboa, diz, tem cerca de 550 milhões de euros anuais de receita corrente para 420 milhões de despesa corrente, onde se incluem os 260 milhões correspondentes a encargos com pessoal. Em 2006, o passivo da cidade foi contabilizado em 1,3 mil milhões de euros, para activos de 3,3 mil milhões e dois mil milhões de capitais próprios. «A situação estrutural é boa», diz-nos Fontão de Carvalho, «como aliás foi confirmado por duas das maiores empresas de *rating* do mundo, a Moody´s e a Fitch, que atribuíram à Câmara de Lisboa a maior notação possível, igual à do Governo do país. O passivo também inclui um montante de 300 milhões para provisões e diferimentos, por exemplo de projectos co-financiados por Bruxelas, pelo que a divida real é menor, cifrando-se em cerca de mil milhões de euros».

Uma parte substancial da actual dívida de Lisboa remonta ao tempo em que João Soares presidia aos destinos da capital. Com efeito, e para além dos 500 milhões de euros de dívida bancária consolidada de médio e longo prazo, a uma taxa de juro média de 2,7%, os mil milhões de euros de passivo incluem uma outra tranche de 200 milhões correspondente a dívidas à Parque Expo (150 milhões) e à Simtejo (50 milhões). As obrigações dizem respeito a 2001 e 1998, respectivamente, embora só em 2005 tenham sido contabilizadas em orçamento, pelo que o ónus tem recaído sobre o executivo de Carmona Rodrigues. Os restantes 300 milhões de euros resultam da falta de pagamentos a fornecedores em 2003 e 2004, durante a governação de Santana Lopes. Fontão de Carvalho justifica-a com mudanças exógenas à edilidade, nomeadamente o limite ao endividamento autárquico imposto por Manuela Ferreira Leite em 2002 e o *fasing out* do II Quadro Comunitário de Apoio.

«Quando João Soares era presidente da Câmara, o orçamento de Lisboa era de 800 milhões de euros», argumenta Fontão de Carvalho. «Estava-se em plena época de construção de várias infra-estruturas, como as ETARs, e do fim das barracas. Até 2001, a concretização desse investimento foi feita através de empréstimos bancários e dos subsídios da UE. Em 2002, a situação alterou-se substancialmente, sem que tenha havido desde logo a percepção que era necessário reduzir-se substancialmente a despesa. Nesse ano ainda houve um saldo positivo de 100 milhões de euros mas em 2002 e 2003 as contas inverteram-se, fechando esses dois anos com saldos correntes negativos».

Desde aí, Lisboa passou a contar apenas com os recursos próprios para financiar a despesa. No ano passado, ainda segundo Fontão, a dívida manteve-se, embora a despesa tenha caído e foram entretanto adoptadas medidas para reduzir ainda mais os gastos, como a gestão centralizada das compras e a criação de regras para as horas extraordinárias, utilização de carros, gasolinas e telemóveis. «Estava também em estudo a elaboração de um regulamento para atribuição de subsídios a entidades terceiras», acrescenta Fontão de Carvalho, «bem como a negociação da venda da rede de saneamento em baixa à EPAL por 150 milhões de euros».

www.grupostrat.com

EM GRUPO FUNCIONA MELHOR. Quando diversas pessoas têm competências diferentes que se complementam, é natural que se unam, em vez de se limitarem a ficar sós. Porque há uma interacção de talentos, e porque cada elemento encontra apoio, tendo maior capacidade de se libertar criativamente no que melhor domina. Porque no processo se criam sinergias e se obtêm soluções que são maiores do que a soma das partes.

GRUPOSTRAT BRANDBUILDING STRAT STRATDESIGN STRATMEDIA PARCEIROS de Comunicação webdote digitalagency

RUI RAMOS

O CASO BLAIR

No dia 10 de Maio, Tony Blair rendeu-se às pressões do Partido Trabalhista e do seu sucessor Gordon Brown, anunciando que vai sair de cena em Julho. O ainda primeiro-ministro britânico é uma das mais contraditórias figuras políticas: fora do Reino Unido o seu clube de amigos é enorme, mas em casa é mais detestado do que admirado. **Rui Ramos** foi investigar e explica as razões desta aparente contradição

Um dos mais longos golpes de estado da história chegou ao fim. Foi de facto há um ano que, contra a sua vontade de continuar no governo até 2010, o seu partido forçou o primeiro-ministro do Reino Unido a anunciar que se iria embora antes. Mesmo assim, Tony Blair ainda conseguiu manter a data em aberto na certidão de óbito político. A pressão continuou a subir. E foi finalmente a 10 de Maio que assinou a rendição, ao anunciar que sairá de cena em Julho. Os balanços e obituários do blairismo puderam então saltar das gavetas. E aí, notou-se uma coisa curiosa. Fora do Reino Unido, o clube de amigos de Blair é enorme, desde os que se deixaram impressionar com a sua ideia de alimentar o Estado Social através do capitalismo, até aos que ficaram encantados pela desenvoltura com que resistiu ao síndroma anti-americano. No Reino Unido, porém, a história é outra.

Medíocre, muito mau e desastroso?

Perguntados em Abril, numa sondagem do YouGov, como seria Tony Blair lembrado enquanto primeiro-ministro, apenas 4% dos britânicos sugeriram que ficaria na história como "grande", e 28% como "bom". A esmagadora maioria dos compatriotas (62%) dividiu-se entre "medíocre" (32%), "muito mau" (17%) e "desastroso" (13%). Há um ano atrás, em Maio de 2006, a mesma empresa de sondagens já tinha descoberto que Blair, com 26% de aprovação, se tornara um dos mais impopulares chefes de governo britânico de todos os tempos. Compreensivelmente, Gordon Brown, o sucessor imposto, apressou-se a criar distância em relação ao rei morto. De onde vem tanto desamor?

É costume explicar tudo com umas referências ao Iraque, ou ao *cash for honours*, o caso que pela primeira vez na história de Inglaterra pôs um primeiro-ministro a ser interrogado pela polícia. Como a verdade é uma das coisas melhor distribuídas entre os argumentos, todas essas razões terão a sua razão. Mas nenhum desses factores de repulsa impediu Blair, no passado, de ganhar eleições e continuar no poder: em 2001 já havia escândalos e em 2005 já havia Iraque, e nem por isso ele deixou de renovar as suas maiorias. No seu discurso de despedida, a 10 de Maio, desafiou os presentes a lembrarem-se de 1997 e a dizerem-lhe, na cara, que não viviam melhor agora. O seu governo coincidiu com dez anos de crescimento económico contínuo, como nunca tinha havido na história do Reino Unido. A guerra na Irlanda do Norte, que no princípio da década de 1990 ainda paralisava Londres com ameaças de bomba, acabou. "*This country is a blessed nation*", concluiu Blair. Porque é que nada disto serviu para perdoar uns desencontros com a verdade no caso do Iraque, e a tentativa de pôr a câmara dos lordes a render?

O homem de quem nunca foi preciso gostar muito

Todos os comentadores descreveram a passagem de Tony Blair pelo poder como uma curva descendente de entusiasmo e confiança. Mas não é verdade. Quem seguir a avaliação de Blair, por exemplo nas sondagens da Ipsos Mori, notará que conheceu, de facto, grandes níveis de aprovação. Mas sempre no rescaldo de eleições vitoriosas. Em 1997, antes da eleição, a sua popularidade não era impressionante. Subiu dramaticamente depois da vitória – para voltar a cair, até chegar a profundidades negativas em 2000. Ganhou em 2001 e a sua aprovação voltou a subir. A história dos quatro anos seguintes foi idêntica, num patamar mais baixo. É como se, desde 1994, quando se tornou líder do Partido Trabalhista, os britânicos sempre o tivessem subestimado, só o achando excelente depois de terem descoberto que tinham votado nele.

Em 1997, já era vítima dos diagnósticos e das acusações que hoje explicam o descrédito do blairismo. Mas mesmo os seus mais implacá-

As primeiras eleições gerais que Blair ganhou foram as menos participadas no Reino Unido dos últimos cem anos. Em nenhuma das suas três vitórias conseguiu as votações de John Major em 1992 ou de Thatcher em 1987. Em 2001, venceu umas eleições com menos votos do que qualquer partido vencedor desde 1929

veis críticos estavam então dispostos a admitir uma coisa: aquele era o momento de Blair. Por todas as razões: porque era fatal que, à esquerda, aparecesse uma cópia do bem sucedido Bill Clinton, e porque mal isso acontecesse os Conservadores, no poder havia dezoito anos, teriam os seus dias contados. Os Conservadores haviam mudado a Grã-Bretanha, mas tinham-se esquecido de mudar eles próprios. Thatcher e Major tinham feito da economia britânica a melhor da Europa. Mas os Conservadores insistiam em inquietar-se com problemas económicos, sem perceber que a ordem de preocupações, precisamente devido ao seu sucesso, era diferente. Em Outubro de 1974, segundo uma sondagem Ipsos-MORI, a grande questão nacional era a inflação, escolhida por 82% dos inquiridos. O Serviço Nacional de Saúde preocupava apenas 3%. Em Abril de 1997, a inflação era mencionada por não mais do que 2%, enquanto a situação do SNS afligia 63%. Os Conservadores continuavam também a ser o partido dos grandes debates e confrontos (por exemplo, sobre a União Europeia), ignorando que o país ansiava por uma política simpática, capaz de demonstrar que, perante dois caminhos incompatíveis, era possível seguir um terceiro que juntasse o que de melhor havia nos outros dois. Era a "Terceira Via", que em 1994 encontrou o representante certo, um jovem político que parecia o equilíbrio em pessoa: jovial mas sem ligeireza, focado mas sem intensidade. Um ligeiro toque desajeitado, à Hugh Grant, isentou-o do aspecto plastificado dos políticos americanos. Ninguém sabia como ele dizer um discurso, tocar todos os registos, do piegas ao explicativo, do humorístico ao trágico. O seu sucesso derivou sobretudo de ninguém poder imaginar-lhe uma alternativa – a não ser alguém igual (daí David Cameron). Afinal, encontrava-se nele tudo o que, dos dois lados da barricada, parecia ter mais razão: a justiça social e o mercado.

Para chegar ao poder, entre 1994 e 1997, Blair não teve de vencer um debate (já estava vencido), e para lá ficar nunca precisou de derrotar um adversário à altura (nunca o teve). Não dependeu, por isso, de um entusiasmo generalizado, nem da mobilização de um particular sector de opinião. Ao contrário de Clinton nos EUA, foi poupado a duelos com inimigos mortais, porque as suas iniciativas mais anti-tradicionalistas – a regionalização na Escócia e no País de Gales, a proibição da caça às raposas, ou a reforma da câmara dos pares – não ofenderam nada de parecido com a "maioria moral" americana. Por essa razão, as esquerdas também puderam abster-se de o defender. Não havia talvez grandes razões para votar em Blair, mas também não havia grandes razões para votar contra ele. E por isso, as eleições gerais que ganhou foram as menos participadas no Reino Unido dos últimos cem anos. Em nenhuma das suas três vitórias eleitorais conseguiu as votações de John Major em 1992 ou de Thatcher em 1987. Em 2001, venceu umas eleições com menos votos do que qualquer partido vencedor desde 1929. A abstenção foi então a maior desde 1918: 41%. Só o sistema eleitoral inglês permitiu que uma reduzida e decrescente base eleitoral se traduzisse em esmagadoras maiorias absolutas: em 2005, bastaram-lhe 36% dos votos para reduzir os Conservadores, com 33%, a uma minoria indefesa. Nunca foi preciso gostar muito dele.

Ninguém sabia como ele dizer um discurso, tocar todos os registos, do piegas ao explicativo, do humorístico ao trágico. O seu sucesso derivou sobretudo de ninguém poder imaginar-lhe uma alternativa – a não ser alguém igual - e daí se explica David Cameron, o novo líder dos Conservadores

Um poder desesperado

Sem uma massa de opinião entusiasticamente favorável, Blair também nunca contou com um partido mobilizado atrás de si. Quando chegou à liderança, todas as batalhas do reformismo trabalhista estavam ganhas (por Neill Kinnock). Para além da simbólica cláusula IV, pouco mais fez, até porque pouco mais lhe teriam deixado fazer. Os Trabalhistas elegeram-no convencidos de que precisavam de um Clinton para ganhar eleições, alguém em sintonia com o sentimento colectivo. Blair provou isso em 1997: ao ganhar a eleição e ao falar pela nação no funeral da princesa Diana. Mas nada disto exaltou os Trabalhistas. Em Julho de 1994, tinham-no eleito com apenas 57% dos votos. Mesmo depois da vitória eleitoral de 1997, infligiram-lhe a humilhação de afastar o seu aliado Peter Mandelson do National Executive Committee. Por volta de 2000, já tanto o *Daily Mirror* como o *The Guardian*, os dois pilares tradicionais do Trabalhismo na imprensa, se tinham voltado contra ele. Em 2005, onze anos depois do seu advento, 45% dos que se identificavam como Trabalhistas ainda preferiam "Old Labour" a "New Labour".

Daí a necessidade de partilhar o governo com Gordon Brown. Em Inglaterra, já tinha havido primeiros-ministros, antes de Blair, a passar uma década no lugar. Nunca havia acontecido o mesmo a um ministro das finanças. Isto não dá a medida da competência de Brown, mas dos limites de Blair. Nunca esteve à vontade, como se viu logo no capítulo da reforma dos serviços públicos: o mais escrupuloso reformador, Frank Field, foi a primeira baixa do seu governo (em 1998), e quando Tony Blair insistiu passou a ser afrontado por enormes revoltas de deputados (em 2004, por causa do financiamento das universidades). Porque é que os Trabalhistas demoraram tanto tempo a descarregar Blair? Porque, depois da derrota em quatro eleições, jamais agitariam o barco de quem parecia poder ganhá-las. Mas quando, pela primeira vez desde 1992, os Conservadores aparecem à frente dos Trabalhistas em intenções de voto, deixou de interessar ao partido. E não por acaso, minutos depois de renunciar, a 10 de Maio de 2007, a marca "New Labour" foi removida do site do Partido Trabalhista.

Blair esteve sempre consciente disto. Por isso, alimentou alguns devaneios sobre um novo partido de centro-esquerda, através da entrada dos Liberais Democratas no governo e da reforma do sistema eleitoral. Acabou por não correr esse risco, tal como (ajudado pela sorte) evitou comprometer-se num referendo europeu que o poderia ter submetido a uma despedida precoce. Em vez disso, procurou o poder numa fonte desesperada: a comunicação. Convencido de que tinha sido a imprensa a destruir Kinnock, convenceu-se de que poderia sobreviver a tudo se a tivesse do seu lado, controlada com todo o profissionalismo. A sua governação passou assim menos pelo conselho de ministros ou pelo parlamento do que pelo comité de "spin" presidido por Alastair Campbell (até Setembro de 2003). Em 1997, uma das primeiras decisões como primeiro-ministro foi autorizar Campbell, enquanto assessor de imprensa, a dar ordens directas a funcionários públicos – um poder que, antes de Campbell, ninguém nas suas funções exercera. A função de Campbell era a do espelho da bruxa da Branca de Neve: fazer com que, quando Blair olhava para o mundo, encontrasse o reflexo redondo das suas mensagens e da sua sabedoria. O melhor documento deste fantástico esforço está nos diários de Piers Morgan, editor do *Daily Mirror*. Mal se viu eleito, convidou-o logo para um "diálogo constante". Morgan, a quem John Major nunca ligara, passou a almoçar, lanchar e jantar com o novo chefe de governo, e a receber telefonemas e mensagens a toda a hora. Na prática, teve de dirigir o jornal com Campbell permanentemente a espreitar por cima do ombro, a murmurar-lhe coisas ao ouvido, a dar-lhe cotoveladas.

Morgan percebera tudo acerca do "New Labour" durante uma visita ao quartel-general do partido na campanha eleitoral de 1997. Viu 200 pessoas, todas agarradas à televisão e à internet, a controlar a informação e a reagir imediatamente ao mínimo rumor. Sentiu que a organização e o ambiente eram familiares. De repente, fez-se-lhe luz: *"they run it like a newspaper office – there are the editors barking orders from the back bench, and teams of hacks writing copy and monitoring TV and other media"*. O partido, com Blair e Campbell, tinha-se tornado um "tablóide". E o mesmo tendeu a acontecer ao governo. Campbell vigiava os editores e os jornalistas como um Big Brother brutal e malcriado, gerando em igual medida medo e ressentimento. No tempo de Major, tinha-se visto a imprensa a perseguir e derrubar ministros; no tempo de Blair, viu-se a máquina do governo, comandada por Campbell, a perseguir e derrubar jornalistas. Greg Dyke, o director geral da BBC que Campbell obrigou à demissão, definiu a gente do "New Labour": *"They are fucking ruthless bastards"*. No mundo de Campbell, era um elogio.

É neste quadro que o caso do Iraque faz sentido. Para Blair, a guerra encaixava-se no "novo internacionalismo" agressivo já rodado na Serra Leoa e no Kosovo. Fora de casa, estava livre dos constrangimentos que Brown lhe impunha na agenda doméstica. Os negócios estrangeiros eram a sua chance de atingir alguma grandeza. Mas aplicavam-se aí as mesmas regras que tinham determinado a sua subida ao poder: não podia colocar o público perante uma escolha difícil, nem testar o "americanismo" do partido. Por isso, para cobrir a sua decisão de acompanhar George Bush na remoção de Saddam, precisou de uma ameaça química iminente e do consenso da "comunidade internacional". Já contra os Conservadores, em 1997, tinha lançado o *slogan* de que só havia "48 horas para salvar o SNS". No caso de Saddam, inventou os "45 minutos" antes da primeira explosão química. O resultado foi uma embrulhada na ONU, e em casa uma guerra fatal entre Campbell e a BBC, que revelou o "spin" como a essência do blairismo. E os britânicos, que nunca tinham sentido necessidade de gostar de Blair, sentiram então uma pequena obrigação de o detestar.

O Partido Trabalhista tornou-se num "tablóide". E o mesmo tendeu a acontecer ao governo. No tempo de Major, tinha-se visto a imprensa a perseguir e derrubar ministros; no tempo de Blair, viu-se a máquina do governo, comandada por Campbell, a perseguir e derrubar jornalistas

JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

AS LIÇÕES DE SARKOZY

"O que nos disseram as eleições francesas sobre o estado das direitas e das esquerdas na Europa? Nicolas Sarkozy demonstrou que as eleições não se ganham ao 'centro'. Ganham-se unindo a direita"

As eleições presidenciais em França foram mais do que eleições francesas. Não me refiro às implicações para a política europeia de Paris e às respectivas consequências para a Europa. O ponto que interessa analisar aqui é o que as eleições francesas nos disseram sobre o estado das direitas e das esquerdas na Europa, assim como o impacto dos resultados nas respectivas famílias políticas.

Há uma questão preliminar que é importante chamar à atenção. A crescente proximidade entre os diferentes partidos nacionais das várias famílias políticas é um dos efeitos mais relevantes da integração europeia e, simultaneamente, dos menos estudados. As direitas e as esquerdas europeias também se estão a integrar (e aqui o Parlamento Europeu tem um papel decisivo). A integração ocorre a dois níveis. Por um lado, no plano ideológico e doutrinal. A "terceira via" foi um exemplo recente, na área do centro-esquerda. Por outro lado, no plano da identidade e da solidariedade política. Décadas de democracia e de competição política entre partidos das esquerdas e das direitas moldam as identidades políticas dos líderes europeus. E, obviamente, a institucionalização das famílias políticas europeias ajudam a consolidar essas identidades. Os sentimentos de partilha de valores e de interesses com os outros partidos da mesma família política, e mesmo a tendência de homogenização de doutrinas, são cada vez mais fortes. Além disso, a normalidade democrática, juntamente com a integração europeia, transforma os partidos das outras famílias políticas nos principais adversários. Aliás, este antagonismo está a tornar-se no segundo factor de identidade política na Europa, a seguir ao nacionalismo. Ainda não tem a mesma influência, mas vai aproximando-se. Hoje, os líderes políticos europeus passam muito mais tempo em debates, em discussões e em competições com rivais de outros partidos, mas da mesma nacionalidade, do que com adversários de outras nacionalidades. Pode-se falar cada vez mais de direitas e esquerdas europeias; e de competição entre elas, e não apenas entre nações.

É neste contexto que se deve discutir as lições da vitória de Sarkozy. A primeira lição foi a afirmação clara do candidato de que pertence à direita, logo no discurso de apresentação da candidatura em Janeiro. Não se escondeu atrás do "centro". Disse donde vinha, o que defende e onde está politicamente. De resto, o discurso é um exemplo de clarificação de um projecto político. Esta afirmação foi decisiva para a sua vitória. Os eleitores gostam de identidades claras. Vêm nisso um sinal de força política e estão dispostos a seguir os líderes fortes, principalmente em tempos de incertezas. Foi assim que Sarkozy mobilizou e uniu, desde o início, as várias direitas francesas. A afirmação, e não a ambiguidade, é a mãe dos grandes triunfos políticos. O resultado foi uma votação acima dos 30% na primeira volta, uma das mais altas de sempre da história das eleições em França, e cinco pontos de avanço em relação à candidata socialista. A partir daí, só um desastre, ou sinais de grande fraqueza é que poderiam evitar a eleição de Nicolas Sarkozy, como de resto reconheceram os próprios socialistas, depois da segunda volta. E Sarkozy poderia ter fraquejado. Após a primeira volta, a maioria dos analistas afirmou, sem hesitações, que o eleitorado de Bayrou, o "candidato do centro", seria a chave para a vitória. A tentação de muitos poderia ser a "viragem para o centro", ao encontro dos 18% de eleitores centristas. Foi aliás o que fez a candidata socialista. Sarkozy resistiu à tentação e fez o oposto. Manteve o seu discurso, preservando a mobilização do seu eleitorado, e "obrigou" parte do "centro" a ir para a direita, aceitando o mérito das suas propostas. Ao contrário do que muitos dizem, Sarkozy demonstrou que as eleições não se ganham ao "centro". Ele ganhou-as unindo a direita e convencendo uma margem importante do eleitorado do "centro". Esta é a segunda lição da sua vitória.

Mas há ainda uma terceira lição. Para se seguir a estratégia de Sarkozy, é necessário algumas qualidades. Antes de mais, a coragem daqueles que têm mais vontade de ganhar do que medo de perder; e orgulho nas suas ideias e na sua identidade política. O orgulho e a afirmação dão força e mobilizam. A ambiguidade enfraquece e dispersa. Mesmo quando se conseguem maiorias, elas desfazem-se às primeiras contrariedades. Sarkozy não se limitou a ganhar. Ganhou com 85% dos franceses a votar. Tinha toda a razão quando disse, "comigo vai ganhar a maioria silenciosa".

LUCIANO AMARAL

HÁ TRINTA ANOS NUMA GALÁXIA MUITO DISTANTE

Esta é uma viagem pessoal de **Luciano Amaral** ao lançamento da *Guerra das Estrelas*, trinta anos depois. Um filme que é dos objectos culturais mais importantes e míticos do século XX, muito mais culto do que os ditos intelectuais, da *Nouvelle Vague* aos nossos dias. Curiosamente, diz o autor, nem sequer é um grande filme

Quando numa tarde de Verão de 1977 entrei no cinema Monumental, na Praça Marechal Saldanha, em Lisboa (ainda no velho edifico salazarista), para ver *Guerra das Estrelas* (era assim que se chamava; só depois foi renomeado para *Episódio IV – Uma Nova Esperança*) não estava bem à espera daquilo. Vindo de um meio de intelectuais de esquerda, com 12 anos tinha já consumido demasiados (pelo menos para a idade) filmes da *Nouvelle Vague* e *thrillers* políticos liberais (no sentido americano do termo), para além do apropriado quinhão de obras-primas de Eisenstein. Um descomplexado e feérico filme de ficção científica, cheio de *gadgets*, explosões e lutas de espadachins siderais não era exactamente a ração adequada a um jovem pretensioso como eu. Em teoria, deveria tê-lo detestado, como de quase tudo o que ficasse abaixo de *Pierrot le Fou*. Na prática, adorei-o, tanto que, como se vê, ainda hoje recordo o dia em que o vi, o que não é muito normal para uma sessão de cinema. Claro que então eu não sabia uma série de coisas. Não sabia, desde logo, que estava a ver um dos objectos culturais mais importantes e míticos do século XX, que faz agora trinta anos (estreou a 25 de Maio nos EUA e uns meses mais tarde em Portugal). Também não sabia que *Star Wars* é muito mais culto do que a maior parte dos filmes ditos intelectuais, da *Nouvelle Vague* aos nossos dias. E não sabia, finalmente, que *Star Wars* (bem como os restantes da série) nem sequer é um grande filme.

Trinta anos de fama

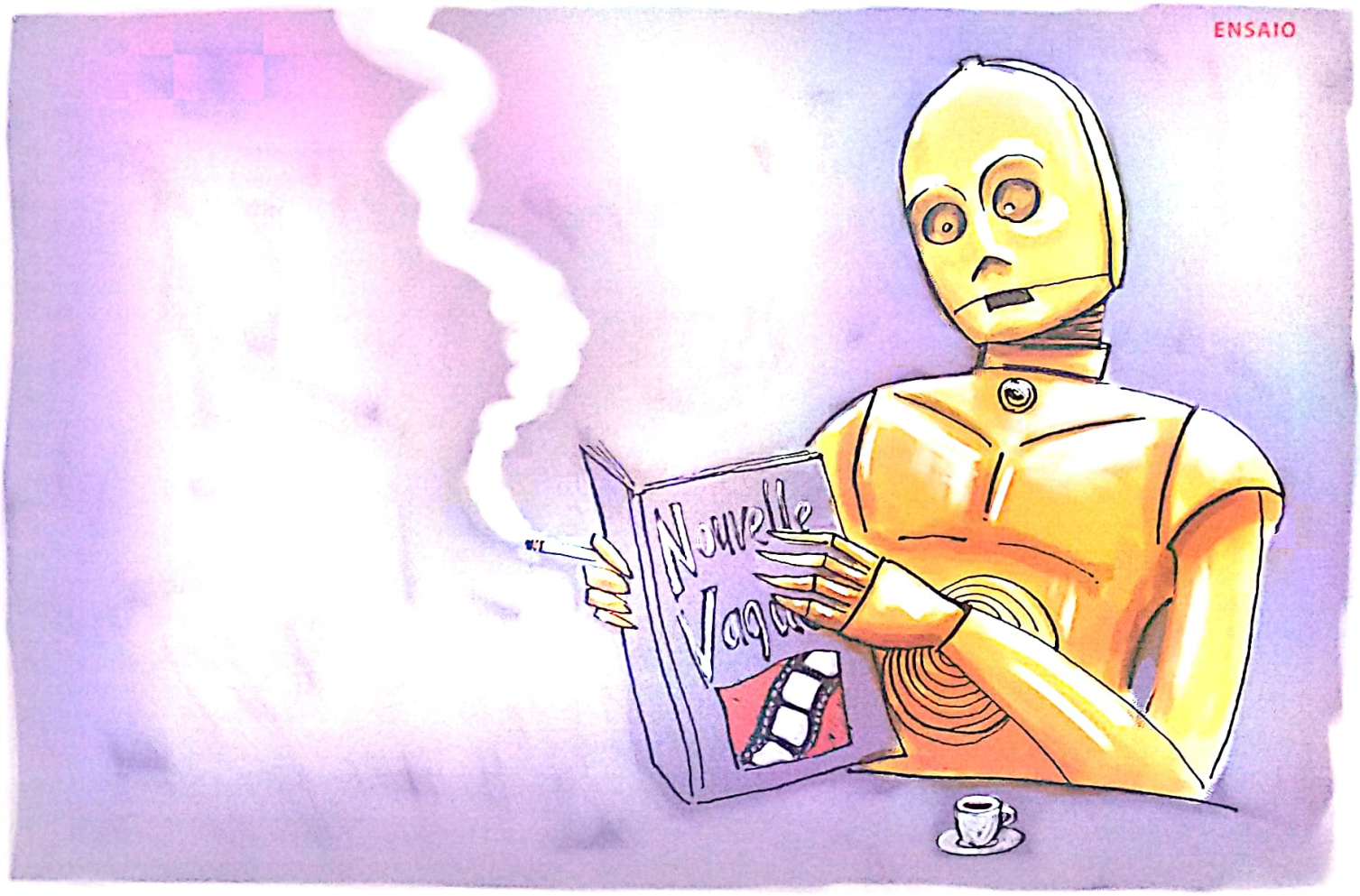
Star Wars é um dos objectos culturais mais importantes e míticos do século XX, porque não há ninguém que não conheça pelo menos alguma coisa com ele relacionado. Os ícones são múltiplos. Começam no *lettering* do título, com as letras pretas e redondas de rebordo dourado, que quase toda a gente com menos de 40 anos reconhecerá imediatamente. Continuam pela frase com que todos os filmes da série se iniciam: "Há muito tempo, numa galáxia muito distante..." Prosseguem pelo chamado *opening crawl*, onde as letras do texto que nos explica a situação de cada episódio vão desaparecendo pelo espaço sideral adentro, acompanhadas pela melodia principal da banda sonora. Havendo ainda, evidentemente, as personagens, desde os robôs C3PO e R2-D2 até, sobretudo, Darth Vader, cuja máscara e capacete negros, juntos à voz mecânica e respiração asmática, são dos símbolos visuais mais reconhecíveis do século XX. Até o programa militar da Administração Reagan, ao qual se atribui por vezes a responsabilidade pelo fim da URSS, se chamou informalmente *Star Wars*.

Haverá poucos filmes que sejam um repositório tão grande de referências populares e culturais. Grande parte disto tem que ver com o facto de ter sido o primeiro que deu origem a uma série de milionárias indústrias acessórias, o chamado Universo Extenso (*Expanded Universe*). Nunca como antes se fez mais dinheiro com os acessórios do que com os bilhetes dos filmes propriamente ditos: *t-shirts*, brinquedos, livros, séries de televisão e milhares de *gadgets* diversos foram vendidos às toneladas pelo mundo fora. As receitas pela venda dos direitos das imagens de Luke Skywalker, de Han Solo, da princesa Leia ou do jedi Yoda foram (e ainda são) um negócio estratosférico. Há quem diga que, em grande parte por causa disto, *Star Wars* (bem como os filmes de Steven Spielberg, por exemplo) trouxe uma infantilização do cinema americano que destruiu a seriedade e a arte na "indústria". Mas a verdade é que *Star Wars* nunca proibiu os célebres *auteurs* (até a designação era francesa, em inglês, para dar outra *patine*) de continuarem a fazer os seus filmes. A realidade muito mais triste é que poucos desses *auteurs* foram capazes de cumprir as expectativas: quem se lembra hoje das supostas obras "geniais" de Arthur Penn, Mike Nichols, Hal Ashby, John Frankenheimer, Peter Bogdanovich ou Robert Altman? Embora algumas dessas "obras" tenham resistido bem ao teste do tempo (*Bonnie and Clyde* ou *O Candidato da Manchúria*), a maior parte delas, vistas hoje, parecem horrivelmente datadas, sobretudo quando comparadas com filmes como *Jaws*, *ET* ou até mesmo *Star Wars*. O grosso da "cultura" dos *auteurs* não passava de umas lambidelas semi-psicanalíticas, semi-marxistas, semi-alternativas contra "o sistema", que foi do que se fez essa entidade mítica dos anos 60 e 70 designada "contracultura".

Filmes cultos

Tudo ao contrário de *Star Wars*, que é um filme efectivamente culto. Nele, acumulam-se um sem-fim de referências, do cinema à literatura popular do século XIX (pense-se em Salgari ou Dumas), às séries de televisão dos anos 40 e 50, ao *western*, à literatura clássica greco-romana, à História política, à filosofia ou à religião. *Star Wars* é um verdadeiro *patchwork* de referências, oscilando entre a cultura *pop* e a cultura erudita. A ideia original de George Lucas era fazer alguns filmes inspirados nas séries de televisão de aventuras dos anos 40 e 50, recuperando o sentido de puro divertimento por elas transmitido. Daí resultariam dois dos maiores símbolos culturais do século XX: *Star Wars* e Indiana Jones.

Para concretizar o objectivo, Lucas pôs-se a coleccionar imagens e recursos narrativos que fossem capazes de conferir uma certa grandeza ao objec-



to. Escreveu o *script* durante dois anos e meio em sua casa, sempre na mesma sala, onde tinha pendurado um retrato de Eisenstein a olhar para ele. Para uma das imagens mais fortes do filme (a máscara, o capacete e a farda de Darth Vader), foi buscar a inspiração a Akira Kurosawa (de quem se confessou admirador), especialmente em *A Fortaleza Escondida* e *Os Sete Samurais*. Recorreu também aos filmes de *kung-fu* japoneses, o que se vê nos combates de sabre luminoso, nas múltiplas proezas físicas dos jedis e no seu processo de formação, com a tónica na aquisição de sabedoria, exploração dos meandros misteriosos da Força e relação entre mestre e aprendiz. Não sendo igualmente difícil de reconhecer a influência dos clássicos filmes "de capa-e-espada" e dos *westerns*, visíveis nos inúmeros duelos que se vão repetindo ao longo dos filmes. A História política constitui outro recurso confesso de Lucas, que se socorreu tanto da passagem da República ao Império romanos, como da queda da República de Weimar e subsequente ascensão de Hitler. *Star Wars* relata a transição da Velha República ao Império Galáctico, tendo como grande protagonista da mudança o senador Palpatine que, como Hitler, se tranforma primeiro em Chanceler e depois em Imperador.

Mas as referências mais importantes estão presentes na intricada história pessoal da família Skywalker, sobre quem parece recair a responsabilidade pelo equilíbrio do cosmos (no caso, a Galáxia, que é enquadrada pela Força). Embora apareça como representante do Mal (ou do lado negro da Força), Darth Vader é a personagem central da série. No fundo, o conjunto dos seis filmes, os três originais, mais a prequela, relatam-nos o processo de ascensão, queda e redenção de Anakin Skywalker, aliás Darth Vader. Desconhece-se a origem da concepção de Anakin. A mãe apenas surge grávida, ao mesmo tempo que o seu filho vai sendo conhecido como "o escolhido". Anakin virá, contudo, a deixar-se progressivamente conquistar pelo lado negro da Força. Na adolescência, apaixona-se pela rainha Amidala, do planeta Naboo, uma bela rapariga mais velha, que engravidará. O auge da sua rendição ao lado negro da Força tem lugar quando é desfigurado durante um combate com o mestre jedi Obi-Wan Kenobi, transformando-se então em Darth Vader. Tudo isto ocorre em exacto paralelo com o nascimento dos seus filhos, Luke e Leia, e com a morte de Amidala (e também com a sua própria morte e ressurreição, pelo menos a morte de Anakin e o nascimento de Vader). Luke e Leia crescerão separados, ignorando serem irmãos e também filhos de Anakin Skywalker/Darth Vader. Chegada a adolescência, Luke entrará num processo de crescimento pessoal, com uma tripla dimensão: a passagem da adolescência à idade adulta, a sua transformação num poderoso guerreiro jedi e a busca do pai desaparecido. No final, num típico momento edipiano, Luke e Vader batem-se em duelo, ganhando o filho. Mas será o pai que, num derradeiro momento de redenção, acabará por salvar o filho de um terrível ataque do Imperador. Ao fazê-lo, mata o Imperador e restaura o equilíbrio na Galáxia. Só que, em consequência desse gesto, morrerá também, ganhando então a sua vida um sentido final: ele foi, afinal, aquele que trouxe o regresso do Bem e não o seu bondoso filho; mas para o fazer teve de se reencontrar com a bondade trazida por ele.

Quase não vale a pena recensear os tópicos canónicos da cultura ocidental aqui presentes, desde a insinuação crística na concepção de Anakin ao confronto entre o Bem e o Mal (e sua complementaridade), ao processo de ascensão, queda e redenção individuais, à tragédia do Édipo-Rei ou aos processos iniciáticos de crescimento pessoal. Mas é também interessante a ambiguidade permanente (apesar dos estereótipos de bondade e maldade representados pelas personagens) na transição do Bem para o Mal: Vader nasce bom e transforma-se no mal personificado, mas retém um fundo de bondade. Acresce que é o pai de um filho bom, acabando por ser ele quem redime o universo em nome do Bem.

Um realizador paradoxal

Seria um equívoco, no entanto, ver George Lucas como um cineasta erudito lidando de forma profunda com as múltiplas temáticas que despontam nos seus filmes. Lucas não é um inquieto que se tenha proposto fazer uma nova reflexão sobre eles e acrescentar uma página à longa tradição da tragédia ocidental, depois de Ésquilo e Shakespeare. Ele pouco mais faz do que uma colagem e uma reciclagem daqueles temas eternos num objecto de entretenimento. Parece que um dia terá dito: "Fiz o filme mais convencional possível. Tipo Disney". E o realizador John Milius, louvando-o, diria: "É fácil ser cínico. Difícil é ser foleiro". A verdade é que não se compreenderá o fascínio que a série anda a exercer há trinta anos sobre crianças, adolescentes e adultos, sem perceber a presença nela daqueles tópicos culturais fundacionais.

Lucas é, de resto, um dos paradoxos mais fascinantes da História do cinema. Ele é, simultaneamente, um cineasta profundamente tosco e um dos mais importantes de sempre. Nenhum dos seus filmes é notável, com a possível excepção (se nos esforçarmos muito) de *American Graffiti*, e mesmo esse há quem diga que se deve sobretudo a Francis Ford Coppola. Mas não foi isso que o impediu de mudar a História do cinema. Com *Star Wars*, certamente. Mas também com Indiana Jones, cuja ideia é sua. O valor cinematográfico da série Indiana Jones, dotada aliás da mesma ideologia (digamos), mostra-nos a diferença que faz entregar o material a um bom realizador (Steven Spielberg). É impressionante, para um filme tão importante como *Star Wars*, a horrível direcção de actores (dos quais apenas se salva Harrison Ford – aliás, outra grande invenção de Lucas). Ao que consta, Ford terá mesmo dito um dia, a propósito dos diálogos: "George, pode-se pôr esta merda no papel, não se consegue é representar". Impressionante é também a perfeita monotonia da narrativa, onde mal se notam os pontos altos e o clímax.

Nas mãos de outro realizador (Spielberg talvez?), o duelo final de Luke e Vader poderia transformar-se num inesquecível momento cinematográfico. É verdade que há aqui um princípio de género. As séries televisivas que inspiraram Lucas não se caracterizavam pela densidade artística. Os seus autores eram funcionários essencialmente preocupados em alinhar imagens umas atrás das outras sem considerações de arte. Mas há um sério problema de talento em Lucas. Não será acidental que, depois da primeira trilogia da série, Lucas tenha passado 25 anos sem realizar um filme, tendo-se sobretudo destacado pela sua empresa de efeitos especiais. E quando voltou à realização, para fazer a prequela de *Star Wars*, conseguiu ser ainda mais inepto do que nos três primeiros filmes.

Se, apesar de todas as suas mais do que óbvias limitações, Lucas conseguiu transformar-se num dos mais importantes produtores culturais de sempre, a explicação só pode ser uma: é porque a Força estava com ele.

www.radioeuropa.fm

europa
lisboa
90.4fm

A Europa e a Atlântico apresentam:

Descubra as Diferenças

Um programa de opinião livre e contraditório, onde o politicamente correcto é corrido a quatro vozes e nenhuma figura é poupada.

Com a (i)moderação garantida de Antonieta Lopes da Costa e a presença permanente de Paulo Pinto Mascarenhas.

Sexta-feira às 19h - repetição no Domingo às 11h e 19h

Think. Feel. Drive.

SUBARU

Ecológicos? Sim.
Económicos? Muito.
Potentes? Claro.

FORESTER
2.0X BiFuel - 158cv

LEGACY
2.0R BiFuel - 165cv

Tecnologia BiFuel
[Gasolina e GPL]

-42%	-40%	-12%
Preço/litro vs. Diesel	Imposto Automóvel	Emissões CO_2

O Forester 2.0X com 158 CV e o Legacy 2.0R com 165 CV apresentam óptimo desempenho garantindo toda a emoção Subaru.

Agora disponíveis na versão BiFuel (GPL/Gasolina), permitem aliar o desempenho à economia do GPL, com uma **poupança anual de € 700** quando comparado com motores Diesel, **podendo chegar aos € 2600** quando comparado com a Gasolina.

A **Garantia Subaru de 3 anos/100.000 Km** oferecida é a melhor prova de fiabilidade e robustez deste motor.

Desde **€ 32.900**, com **oferta de 1.000 lts. de GPL.**

SYMMETRICAL AWD
Tracção integral permanente e simétrica

SUBARU BOXER
Todos os modelos estão equipados com o lendário motor SUBARU Boxer

Não inclui despesas de legalização, transporte e pintura metalizada. Consumo Combinado (l/100km): 9,3 a 10. Emissões de CO_2 (g/km): 189 a 220

Pertencente Santa Casa

IMPORTADOR OFICIAL

COM O APOIO

TIRE AS DÚVIDAS.
MARQUE UM TEST-DRIVE.
808 210 555

ESTHER MUCZNIK *

A religião nos manuais escolares: UMA VISÃO LAICISTA

A consulta minuciosa de 80 manuais de História, Língua Portuguesa e Educação Cívica, entre o 5.º e o 12.º ano de escolaridade, constata uma imagem insultuosa do judaísmo e uma visão maniqueísta do conflito no Médio Oriente, onde Israel aparece sempre como o culpado. É a educação que está a ser dada às nossas crianças em pleno século XXI

«Ser judeu na Idade Média europeia era tão incómodo como ser partidário de Yasser Arafat no Israel dos nossos dias».
Fernanda Costa e Olga Magalhães, *Com Todas as Letras*, Língua Portuguesa 9.º, Porto Editora, 2004, p.146 (texto de Roby Amorim).

Não li esta opinião num jornal, não a ouvi na rádio nem na televisão. Encontrei-a num manual escolar de Língua Portuguesa destinado a alunos do 9.º ano, a propósito (?) do estudo de Gil Vicente. Não é um exemplo isolado. Consultei cerca de 80 manuais de História, Língua Portuguesa e Educação Cívica, entre o 5.º e o 12.º ano de escolaridade, e em relação ao "estudo" do judaísmo constatei uma promiscuidade indecente com o conflito israelo-palestiniano, em paralelo com um desequilíbrio gritante na análise do mesmo: por exemplo, a propósito da barreira de segurança israelita ficamos a saber que «pouco mais de uma década após a queda do "muro da vergonha" em Berlim, a intolerância e o fanatismo obtêm no Médio-Oriente, uma nova vitória.»[1]

Mas a imagem do judaísmo não sai penalizada apenas pela comparação abusiva com os palestinianos de hoje. Uma parte significativa dos manuais veicula estereótipos baseados no velho antijudaísmo cristão medieval, que acreditávamos pertencer ao passado: «Podem resumir-se a quatro, as causas do anti-judaísmo em Portugal, no início do séc. XVI – os judeus enriqueciam facilmente de maneira pouco clara, sendo-lhes atribuída ganância e a usura; ocupavam profissões importantes em grande percentagem, o que dificultava às outras pessoas o acesso a elas; assumiam grande prestígio sócio-político, dada a sua cultura e situação sócio-económica desafogada; eram fanáticos seguidores da sua religião, desrespeitando ao mesmo tempo os valores e costumes cristãos.»[2]

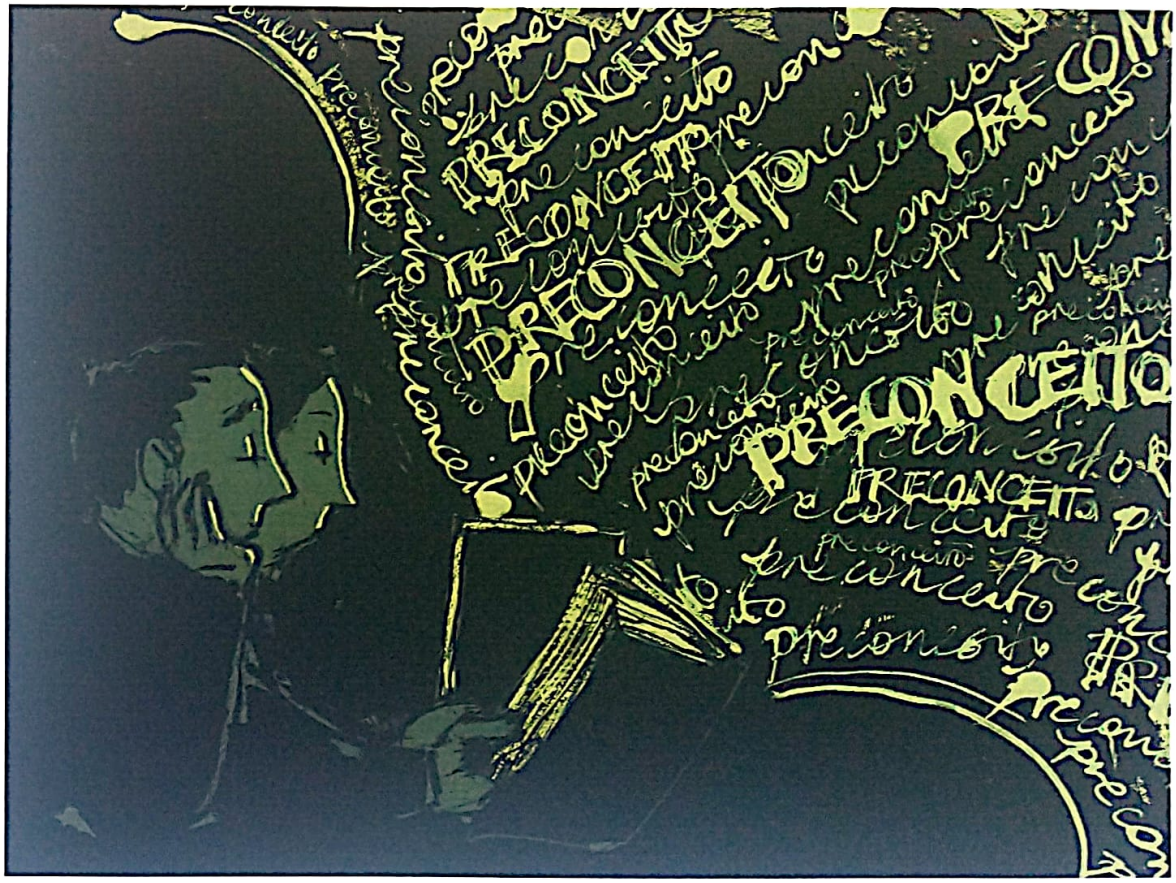
Mais uma vez, este é apenas um exemplo entre muitos. Abundam as referências à "ganância", à "usura, à "proverbial paixão pelo capital" dos judeus. Em contrapartida, o Judaísmo está praticamente ausente da história nacional. Desde a formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica, até ao Portugal contemporâneo, raros são os manuais que evocam a presença milenar judaica – bem anterior à própria fundação da nacionalidade. Ausentes da história como agentes activos, os judeus estão representados nos manuais, essencialmente, como vítimas da Inquisição e do Holocausto, afinal, o único papel histórico que lhes é reconhecido com alguma empatia....

Confesso que não esperava uma imagem tão negativa do judaísmo nos manuais escolares. Mas a sua consulta acabou por ter em mim um efeito terapêutico. A nossa sociedade ocidental exalta a vítima como forma de se redimir da sua má consciência e dos múltiplos sentimentos de culpa de que está eivada... Compadecemo-nos dos pobres, dos escravizados, dos colonizados, dos oprimidos, de todas as vítimas. Em contrapartida uma vítima que deixa de o ser, que recusa esse estatuto, que se torna bem sucedida ou que tenta sê-lo, perde rapidamente a simpatia, ganha inveja e ressentimento. É por isso, que nos manuais escolares o judeu perseguido é alvo de simpatia, mas como ser livre e soberano é identificado como opressor. Num dos manuais, por exemplo, colocam-se em duas colunas paralelas exemplos de antisemitismo e de racismo. Como exemplos do primeiro cita-se «O Decreto alemão de 15 de Setembro de 1935 de salvaguarda do "sangue alemão"». Em paralelo, apresenta-se como exemplo do segundo: «a lei racista da Knesset contra a cidadania israelita a palestinianos que casam com israelitas.» Comentário final dos autores: «Racismo é sempre racismo, mesmo quando defendido por judeus.»[3] A mensagem para os alunos não podia ser mais clara: de vítimas do racismo, os judeus passaram eles próprios a racistas...

A fé contra a razão: uma perspectiva laicista

Nos anos decisivos da formação do adolescente – dos 11 aos 15/16 – não há nos manuais analisados, nenhuma introdução séria ao fenómeno religioso, mesmo da religião cristã, onde as poucas explicações pecam pelo simplismo e pela falta de rigor e são frequentemente substituídas por exercícios opinativos, tais como: «Consideras as razões religiosas, razões válidas para se fazer uma guerra? Haverá razões que justifiquem uma guerra? Haverá guerras justas?»[4] Com efeito, emerge do conjunto dos manuais analisados uma imagem da religião ao longo da história, sobretudo, como factor de conflito e de atraso; raramente as religiões são abordadas numa perspectiva analítica e comparativa, a sua influência não só his-

A imagem do judaísmo não sai penalizada apenas pela comparação abusiva com os palestinianos de hoje. Uma parte significativa dos manuais veicula estereótipos baseados no velho antijudaísmo cristão medieval



tórica, mas moral e civilizacional decisiva. Consequentemente, a tolerância surge naturalmente como produto do laicismo, daqueles «que não têm qualquer religião.»[5]

Apesar disto, a ideia com que se fica após a consulta dos manuais é que Deus é exclusivamente cristão, mais propriamente católico, o resto é cultura ou folclore dos «portadores de diferença.»[6] O Islão é apresentado sobretudo sob a forma de contributos linguísticos ou culturais, ou então a propósito de lendas que alimentam a mitologia, nomeadamente de amores impossíveis entre cristãos e mouros e relatos de bravura e honradez nos combates pela Reconquista. Quanto ao Judaísmo, também do ponto de vista religioso é o que sai mais maltratado: «Ao ritualismo formalista dos judeus e dos Romanos, Cristo opõe a exuberância da vida afectiva.»[7]

O que não impede, sobretudo entre o 5.º e o 9.º, uma imagem do cristianismo também ela eivada de erros e simplificações. Na grande maioria dos manuais, o cristianismo parece surgir.... do nada: «Durante o Império Romano nasceu na Palestina, uma nova religião que viria a difundir-se rapidamente: o Cristianismo.»[8] «Aos trinta anos, (Jesus) começou a pregar uma nova doutrina baseada na crença num único Deus (monoteísmo) e também na igualdade entre todos os homens.»[9]

Podia citar-se muitos mais exemplos destes, que revelam, ou uma ignorância dos autores, ou uma simplificação redutora que induz os alunos em erro. Com efeito, nem Jesus nasceu na Palestina – assim baptizada pelo imperador romano Adriano só mais de um século depois da morte de Jesus –, mas sim na Judeia, nem inovou no monoteísmo, o qual como se sabe já era apanágio do Judaísmo, religião na qual Jesus nasceu e permaneceu até à sua morte. Significativamente poucos são os manuais que se referem à origem judaica de Cristo...

Compadecemo-nos dos pobres, dos escravizados, dos colonizados, dos oprimidos, de todas as vítimas. Mas invejamos quem o deixou de ser. Nos manuais, o judeu perseguido é alvo de simpatia, mas como ser livre e soberano é identificado como opressor

Produto da ignorância, a religião está condenada: «No século XIII, as pessoas eram muito religiosas. Por todo o país, em qualquer aldeia, por mais pequena que fosse, se encontrava uma capela, igreja ou simples ermida (...) Mas naquela época, a ciência era muito atrasada. Confundia-se magia com conhecimentos científicos.»[10]

Esta atitude intelectual reflecte a perspectiva laicista presente no Ocidente europeu que evacuou a religião do espaço público. Retoma, para o ensino, a visão republicana tão bem expressa há cerca de cem anos por Afonso Costa[11] e reproduzida em numerosos manuais: «Está admiravelmente preparado o povo para tal lei (De separação do Estado da Igreja); e a acção da medida será tão salutar que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo que foi a maior causa da desgraça-da situação em que caiu.»

Uma visão "progressista" e bem pensante

Em Junho de 2006 foi aprovado, pelo Parlamento português, o novo regime jurídico dos manuais escolares, que institui a avaliação e certificação dos livros, por comissões de peritos, antes do seu lançamento no mercado. A partir de 2008, as escolas só poderão adoptar livros previamente certificados, o que acentuará, como efeito perverso, a já existente "normalização" dos mesmos em termos pedagógicos e ideológicos, para além de limitar a liberdade de escolha das escolas.

De facto, da análise dos manuais consultados, aquilo que imediatamente salta à vista é a sua uniformidade. Esta uniformidade não é apenas pedagógica, ela é também ideológica: pontifica uma visão "progressista" e bem pensante, em que estão presentes todos os temas do "politicamente

Para além de uma visão ideológica visivelmente orientada, os manuais não armam os alunos para a realidade do mundo de hoje. É possível explicar fenómenos complexos numa linguagem simples. A névoa politicamente correcta trava o pensamento

correcto", tais como, o racismo, o colonialismo, o apartheid, o pacifismo – questões cuja pertinência não está em causa –, mas onde muito frequentemente a análise dos acontecimentos, a sua explicação objectiva é substituída pela afirmação de princípios, por apelos ocos à paz e à concórdia, ao anti-racismo e à tolerância. Por exemplo, o título. "Não à Intolerância! Não ao Racismo!"[12] a propósito do colonialismo. Na mesma página, os autores deste manual denunciam «a dominação cultural dos colonizadores que se traduz numa atitude de racismo.» Os acontecimentos substantivos históricos transformam-se assim em adjectivos que os qualificam, com prejuízo evidente, não só da compreensão histórica por parte dos alunos, como da sua capacidade de reflexão própria.

Nunca se falou tanto, nomeadamente nos meios de comunicação social, sobre o fenómeno religioso, mas nunca como hoje ele foi tão ignorado, tão pervertido e instrumentalizado. Ouvimos obsessivamente as palavras "fundamentalismo", "extremismo religioso", "guerra santa", "fanatismo", "conflito religioso". O discurso público está saturado de "informação" dita religiosa, mas sabemos cada vez menos, não apenas o significado dessas palavras, como também, de uma forma geral, de que se fala quando se fala de religião. Os manuais escolares são o reflexo dessa saturação e dessa ignorância, confundindo conceitos e veiculando normalmente as opiniões pessoais dos autores: «Também designado por integrismo, o fundamentalismo representa uma reacção extremista à ocidentalização sofrida pelas sociedades muçulmanas durante o domínio estrangeiro.»[13] Com efeito, nem o integrismo é a mesma coisa do que o fundamentalismo, nem a relação de causalidade defendida pelos autores é um facto histórico, mas sim um julgamento opinativo, mais do que controverso. Inúmeros outros exemplos poderiam ser apontados, aliás as opões ideológicas estão patentes não apenas no que se escreve, mas naquilo que se oculta: «A Europa defronta-se com o terrorismo basco, irlandês, techecheno, albanês, bósnio.»[14] Só?

Do ponto de vista pedagógico, os autores de manuais recorrem com frequência a analogias históricas, as quais na sua maioria impedem a análise clara das questões substituindo-as por julgamentos de valor. Apenas um exemplo de actividade proposta: «Para além de empresa política, que permitiu a formação de reinos e a afirmação de monarcas, a Reconquista teve uma dimensão religiosa, patente no espírito de Cruzada e de Guerra Santa com que Cristãos e muçulmanos se enfrentavam. E hoje, em Portugal, na Península Ibérica, na Europa, no Mundo, que manifestações de ódio, intolerância, fanatismo, e até guerra, por motivos religiosos podemos encontrar? O que pensa destas condutas? Existem motivos que as justifiquem? Sabe o homem respeitar a diferença?»[15]

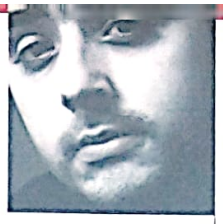
Estas tentativas de analogias históricas, para além de anacrónicas, são altamente questionáveis do ponto de vista pedagógico. Os acontecimentos tornam-se, assim, pretexto para afirmar convicções e tecer considerações gerais, em vez de serem analisados em si mesmos. A propósito de um texto de Ilse Losa, por exemplo, sobre o regresso de um jovem do campo de concentração, eis a proposta de trabalho dos professores: «Escreve 3 frases sobre os malefícios deste terrível flagelo – a guerra. Escreve mensagens a favor da PAZ no mundo.»[16] Porque não tratar as questões em estudo de forma concreta em vez de se refugiar em generalidades? Não temem os autores que esta visão "utilitarista" do passado apenas tenha como corolário a ignorância e a indiferença?

Para além de uma visão ideológica visivelmente orientada, os manuais não armam os alunos para a realidade do mundo de hoje. É possível explicar fenómenos complexos numa linguagem simples. Mas a névoa politicamente correcta obscurece a análise, trava o pensamento.

Em relação ao fenómeno religioso, este é definitivamente relegado para as aulas de religião e moral católica. Não se propõe que os manuais sejam compêndios de história das religiões, mas que sejam capazes de dar conta, com seriedade, da abrangência e vastidão do mundo religioso, da sua influência não só histórica, mas moral e civilizacional decisiva. Não se trata de defender o proselitismo religioso nas escolas, trata-se, sim, da importância da compreensão em profundidade do mundo que nos rodeia, da compreensão de que a história não é o que Joseph Heller chamou de «caixote de lixo de coincidências aleatórias sopradas pelo vento.»[17]

** Escrito com base no estudo "A Religião nos Manuais Escolares" realizado para a Comissão de Liberdade Religiosa.*

[1] Célia Pinto do Couto e Maria Antónia M. Rosas, *O Tempo da História 12*, parte 3, Porto Editora, 2005, p. 69.
[2] Sofia Melo e Manuela Rio, *A Casa da Língua 9.º*, Porto Editora, 2004, p. 244.
[3] Natércia Crisanto e outros, *Olhar a História 9.º*, Porto Editora, 2006, p. 164.
[4] Edite Correia Nunes e Maria Judite Dias, *Acção e Aventura, História e Geografia de Portugal 5.º*, vol.1, Texto Editora, 2005, p. 67.
[5] Ana Rodrigues de Oliveira e outros, *História 7.º*, Caderno de Apoio, Ficha 13, ("As religiões explicadas às crianças... e aos outros", excerto de José Jorge Letria), Texto Editores, 2002.
[6] Ascensão Teixeira e outros, *Língua Portuguesa 7.º*, Texto Editores, 2005, p. 204.
[7] Pedro Almiro Neves e outros, *Cadernos de História 10.º*, vol. 1, Porto Editora, 2006, excerto de Primeiras Notas de Filosofia, p. 99.
[8] Pedro Almiro Neves e outros, *Novo Clube de História 7.º*, parte 1, Porto Editora, 2004, p. 130.
[9] Edite Correia Nunes e outros, *Acção e Aventura, História e Geografia de Portugal 5*, vol.1, Texto Editores, 2005, p. 55.
[10] Fátima Costa e Alberto Marques, *História e Geografia de Portugal 5.º*, Porto Editora, 2005, p. 97.
[11] Afonso Costa, "O Tempo n.º12, 27/3/1911", citado, entre outros, no manual de Júlio Coelho e Sebastião Marques, *História e Geografia de Portugal, 6.º - Portugal: um presente com passado*, ASA 2005, p. 80 e 81.
[12] Pedro Almiro Neves e outros, *Novo Clube de História 9.º*, parte 1, Porto Editora, 2005, p. 44.
[13] Célia Pinto do Couto e Maria Antónia M. Rosas, *O Tempo da História 12.º*, parte 3, Porto Editora, 2005, p. 66.
[14] *Idem*, p. 91.
[15] Célia Pinto do Couto e Maria Antónia M. Rosas, *O Tempo da História 10.º*, 2ª parte, Porto Editora, 2003, p. 130.
[16] Maria José Costa e Maria Emília Traça, *Passa Palavra, Língua Portuguesa 6.º*, Porto Editora, 2005, p. 131.
[17] Citado por Jonathan Sachs, in *A Dignidade da Diferença*



JOÃO PEREIRA COUTINHO

VIDA MACACA

Divórcios unilaterais? Nada contra, partindo do pressuposto de que, desfeita a relação, o casal devolve os presentes de casamento que os otários ofereceram na maior ingenuidade. Estou cansado de enfiar dinheiro em "listas" longamente elaboradas que começam a ganhar contornos de roubo institucional. Mas posso levantar uma objecção, não aos divórcios, mas aos "casamentos unilaterais"? Há vários anos que leitoras inflamadas casam comigo sem que eu tenha nada a ver com o assunto

POSSO CONFESSAR O MEU APOIO A HIASL? Muito obrigado. Caso não saibam, Hiasl é um chimpanzé australiano que, aos 26 anos, viu o seu caso ser levado a tribunal por uma associação qualquer. A associação deseja a liberdade para Hiasl, hoje num jardim zoológico, e por arrastamento a elevação do símio ao estatuto de humano. O caso é interessante e, mais do que interessante, inteiramente justo: se já existem seres humanos que desceram ao nível dos primatas (conheço vários), por que motivo não devemos receber certos primatas no clube da nossa espécie? Hiasl, segundo parece, revela inteligência mínima para tarefas básicas, como construir pequenos artefactos e entender um texto de complexidade básica (um génio quando comparado com as nossas crianças do primeiro ciclo). É asseado (ao contrário dos nossos adolescentes) e, segundo os veterinários, revela uma "inteligência emocional" que, se não me engano, é requisito número um nas habituais exigências femininas (ler revistas especializadas). Aliás, se Hiasl entra no clube, não há nenhum motivo para lhe negarmos certas prerrogativas, como casar e constituir família. O problema, claro, é saber o que será de Hiasl se, impedido de verbalizar descontentamento doméstico, lhe for negado o direito ao "divórcio unilateral", como a nossa esquerda pretende. Isto coloca a noiva (humana de origem) numa situação de vantagem sobre o noivo (humano por convenção). Que fazer? Talvez a solução passe por garantir a Hiasl alguma amplitude comunicacional que passe, não por palavras, mas por actos. Esmurrar a noiva será concerteza um primeiro aviso de que Hiasl está cansado da relação. O uso de ossadas, pedregulhos ou simples troncos de árvore, um convite imediato para que o Estado entre lá em casa e resgate o macaco, perdão, o marido das garras da instituição. Porque uma jaula é uma jaula é uma jaula.

DIVÓRCIOS UNILATERAIS? Nada contra, partindo do pressuposto de que, desfeita a relação, o casal devolve os presentes de casamento que os otários ofereceram na maior ingenuidade. Estou cansado de enfiar dinheiro em "listas" longamente elaboradas que começam a ganhar contornos de roubo institucional. Mas posso levantar uma objecção, não aos divórcios, mas aos "casamentos unilaterais"? Foi o meu amigo Alberto Gonçalves quem, lúcida e seriamente, falou do problema. Falou bem: há vários anos que leitoras inflamadas casam comigo sem que eu tenha nada a ver com o assunto. O caso agrava-se quando, depois do enlace, começam a chover acusações pungentes de que eu não dou contas ao vigário. Não chego a casa a horas decentes, não lhes presto atenção, não respeito as necessidades delas. Confesso que, na maioria dos casos, nem as conheço e a minha única salvação é saber que, sem a consumação do matrimónio, talvez não haja matrimónio. O pior é convencê-las de que não houve consumação, uma tarefa hercúlea quando já existiram casos de gravidez histérica. Pressinto aqui novas dificuldades para o legislador, subitamente confrontado com duas partes em que só uma deseja estar casada. Será o suficiente para que o casamento seja válido?

ENQUANTO O LEGISLADOR PENSA NO ASSUNTO, eu penso em Elis Regina. Sempre deplorei Elis, a vozinha irritante a cantarolar letras "revolucionárias" (no sentido amplo do termo). Mas ouço agora um tema conhecido, em que Elis sonha com uma casa no campo, para plantar os seus amigos, livros e discos. É um bom programa, sobretudo quando a única forma de viver no mundo moderno é simplesmente fugir dele. Soube agora que a Grã-Bretanha pondera proibir os copos de vidro nos *pubs* nativos. Parece que o vidro se converte em arma perigosa quando os bebedores excedem o razoável. O raciocínio é perfeitamente lógico e a conclusão perfeitamente ilógica: qualquer coisa é perigosa se a criatura é perigosa. Até um palito. Mas nada disto convence as "autoridades": depois dos cigarros, é a caça ao vidro e a defesa dos copos de plástico para impedir as matanças etílicas. A prazo, não será de excluir que seja o próprio álcool e, no limite, os próprios *pubs* a serem varridos da paisagem, por imperiosos motivos de "segurança pública". Será nesse momento que qualquer pessoa civilizada procurará a casa no campo de que falava Elis. Para cultivar amigos, livros, discos. E, de preferência, para se poder arruinar em paz.

PORQUE TUDO TEM CAUÇÃO CIENTÍFICA. Eis o problema. O fumo mata. O vidro mata. O álcool mata. E, segundo a *New Scientist*, o sexo oral também: indivíduos mais propícios ao desporto correm sérios riscos de desenvolver cancro na boca pela transmissão de um vírus particularmente letal. A confirmar-se o cenário, não excluo medidas duras para os praticantes, e não apenas em restaurantes, hospitais ou repartições públicas. Em nome da "segurança", essa incontornável palavra, imagino tropas de elite a invadirem quartos privados e a resgatarem *in extremis* a insensatez dos apaixonados. Que, apesar da ciência, persistem em enfiar o nariz onde, literalmente, não são chamados.

GONÇALO REIS

MERECER A RESPONSABILIDADE

As oposições só serão levadas a sério quando se converterem à substância e desenharem toda uma arquitectura de valores. E se tiverem a galhardia das suas convicções

Um dos mais nocivos axiomas da política portuguesa é o pressuposto de que a mudança de ciclo ocorre porque os governos perdem as eleições e não porque as oposições as ganham. Esta ideia não é apenas desculpabilizadora em si mesma, o pior é que a realidade se encarregou de a tornar verdadeira. O corolário desta pequena tragédia é que as oposições preferem o desgaste à criação de alternativas; são casuísticas no método, descurando o planeamento e a coerência de propostas; vibram com "casos" e navegam na espuma dos dias, ao invés de antecipar tendências e linhas de fundo; apelam ao descontentamento popular em vez de acenarem com a esperança; e promovem especialistas em manobras de sótão, no lugar de preparar líderes com estofo. Na verdade, trata-se apenas de mais uma expressão da preguiça reinante, do proverbial improviso. Os resultados são proporcionais ao esforço, sobretudo quando chega o verdadeiro teste, o tempo de governar. Quem não se prepara quando pode, não executa quando deve.

Uma oposição que ambicione ser relevante, fazer-se ouvir para além do ruído, tem necessariamente de buscar a sua razão de ser no domínio dos conceitos, na asseveração de uma doutrina. Este é o trabalho de fundo que urge realizar. Quem não estiver disponível para este trajecto, não será capaz de descolar, quanto mais de voar com algum alcance. Num contexto de descrédito dos agentes políticos, de cinismo em relação à autoridade, de reduzida percepção das diferenças entre os partidos, de imposições e restrições externas, mas também de alterações de paradigma em tantas matérias e a uma velocidade tão brutal, a afirmação de um claro património ideológico, de um terreno bem demarcado é condição essencial para a construção de um projecto de solidez. Os aspirantes a líderes deveriam exibir (o que implica primeiro encontrar) o seu conjunto de convicções, o seu DNA político. Deveriam desenhar com personalidade as traves mestras que orientarão uma intervenção futura, colocando em cima da mesa não um conjunto avulso de medidas, não algumas caras recicladas, não meia dúzia de estatísticas de algibeira, não as oscilantes prioridades da época, mas sim um testemunho de referências, uma visão de sistema. Todos os governos de elevado impacto nascem muito, muito antes das eleições que os legitimam formalmente. Existe todo um longo e trabalhoso percurso de elaboração de um modelo, de fixação de uma matriz. Há, tem de haver, o debate sobre as grandes questões que a sociedade enfrenta, o esgravatar dos temas, o esmiuçar das preocupações dos cidadãos, a análise profunda das alternativas, a escolha dos eixos da mudança, a macro-calendarização do roteiro prometido. O famoso livro *The right nation, why America is different* conta, passo a passo, como intervêm de forma decisiva na elaboração da agenda dos Republicanos os *think tanks*, os meios académicos, uma certa imprensa de opinião, algumas fundações e institutos. Por ali joga-se pouco a feijões; disputam-se projectos engendrados com fôlego e meticulosamente orquestrados.

Olhe-se também, e sempre, para a Inglaterra, que nas últimas décadas teve o engenho (não, não foi sorte) de gerar chefias fortes, assertivas e duradouras; registe-se o gosto que a Sra. Thatcher tinha no debate frontal, no ataque puro e duro aos princípios socialistas; relembre-se como ela reconhecia publicamente a influência do seu mentor, Sir Keith Joseph, fundador do Centre for Policy Studies; recorde-se o espírito missionário que vigorou em todo aquele tempo de transformações radicais. Estude-se o interessantíssimo percurso de gestação do New Labour, no qual Blair, intelectualmente escudado por Peter Mandelson, Gordon Brown e pelo guru da terceira via, Anthony Giddens, enterrou sem piedade a visão esquerdista e de pendor sindical do velho Kinnock e construiu, a partir de uma clara ruptura ideológica, um novo imaginário, uma outra linguagem, uma espécie de guião que viria a orientar dez extraordinários anos de (regresso ao) poder. E agora, no campo oposto, atente-se a David Cameron, que passou a ser levado a sério no exacto momento em que cortou com os tradicionais *Tories*, trazendo para a agenda temas surpreendentes na sua família política, tais como as questões do ambiente e da qualidade de vida, reposicionando os conservadores, atribuindo-lhes renovadas dimensões e factores de atracção. Por trás de uma liderança política com ambição e credibilidade, há sempre um movimento de ideias. É o autêntico fermento.

As oposições em Portugal fariam bem em completar a leveza da intervenção táctica com a densidade da reflexão. Fariam bem em equilibrar a troca de galhardetes entre pretensos barões e a muito querida modalidade do *sound byte* com a caça de talentos e o desenvolvimento de massa cinzenta. Fariam bem em reconhecer que existe uma fatal simetria entre a qualidade (e a antecedência) dos trabalhos preparativos e as probabilidades de êxito posterior dos governos. Fariam bem em ousar nas escolhas de arquétipos. Fariam bem em parar para pensar a política em termos de conteúdos, de significados, de causas. Descobririam as vantagens da profundidade e a confiança que resulta da afirmação. Possivelmente interessariam mais os eleitores. Seguramente habilitariam melhor os futuros executivos.

Solução Automóvel

Carro novo? Nós temos

€200/mês[1]
no primeiro ano
Opel Astra 1.7 CDTI 125 Cv
Edition Caravan 5 portas*

€100/mês[2]
no primeiro ano
Opel Corsa 1.2 Enjoy 5 portas**

Se está a pensar comprar um carro novo venha ao Millennium bcp. Temos as melhores marcas aos melhores preços. Não perca a oportunidade de ter o carro com que sempre sonhou, beneficiando ainda de taxa fixa ao longo de todo o contrato.

Carro novo com uma taxa fora de série!

* Opel Astra 1.7 CDTI 125 Cv: emissões CO2 - 130g/km a 221g/km. Consumo combinado 4,8L a 9,2L
** Opel Corsa 1.2 Enjoy: emissões CO2 - 135g/km a 187g/km. Consumo combinado 5,0L a 7,8L

(1) Prestação mensal nos 6 anos seguintes: €296,70. TN 5,5%. TAEG: 5,985% para um financiamento de €16.441,4
(2) Prestação mensal nos 6 anos seguintes: €179,40. TN 5,5%. TAEG: 6,057% para um financiamento de €15.411,51
Condições de financiamento em Leasing, com um valor residual de 10%. Comissão de dossier não financiada.
Condições válidas para encomendas até 27 de julho de 2007 junto dos Concessionários aderentes. Alguns equipamentos apresentados são opcionais.

Millennium bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24

VASCO RATO EM ISTAMBUL

A ALMA DA TURQUIA

"Existem argumentos para apoiar ou rejeitar a adesão da Turquia. Independentemente da posição, convém salientar que a discussão em volta desta eventualidade é, hoje, uma questão da política interna turca. Estamos perante um país onde o islamismo assume um impulso liberalizador"

Vista da colina do distrito comercial de Bayoglu, a assombrosa Mesquita Azul domina o horizonte da Istambul histórica. A grandiosidade da mesquita, as chamadas à oração diárias e o número elevado de mulheres que, obedecendo à tradição, optam pelo uso do lenço para tapar a cabeça, recordam-nos que a Turquia é uma sociedade onde a religião se encontra solidamente enraizada no quotidiano.

A "questão islâmica", periodicamente suscitada na Turquia, regressou a propósito da eleição de um novo Presidente da República. Eleito pelo parlamento, o chefe de Estado possui escassos poderes. Pode, porém, nomear pessoal dirigente nas universidades, na administração e nos tribunais. Tem, portanto, uma influência significativa no recrutamento das elites nacionais. É justamente este poder – melhor dizendo, a possibilidade de o perder – que perturba o *establishment* laico que domina a república. Gozando de uma maioria absoluta no parlamento, o partido da Justiça e do Desenvolvimento (AK), liderado por Recep Tayyip Erdogan, propôs o actual ministro dos negócios estrangeiros, Abdullah Gul, para o cargo. De imediato, os sectores laicos, com destaque particular para as forças armadas, declararam que se tratava de uma proposta inaceitável na medida em que a eleição de um islamista constituía um perigo mortal para o laicismo.

No Ocidente, a instabilidade política das últimas semanas é descrita como um conflito em volta da "alma da nação", como uma batalha entre o Islão e a república secular fundada por Kemal Ataturk e depois preservada pelas forças armadas. Não deixa de haver alguma veracidade nesta leitura. Mas se é verdade que o AK tem as suas origens no islamismo, é igualmente verdade que o partido não pode ser caracterizado como fundamentalista, ou como uma organização dedicada à islamização do país. Na ausência de provas quanto a essa "islamização", as forças armadas e os partidos laicos apontam para uma "agenda secreta" do AK, agenda invocada para justificar a ameaça de golpe de Estado proferida pelo chefe do Estado Maior, no dia 27 de Abril. Com efeito, o governo de Erdogan tem dado um contributo colossal para a democratização do país. Essa abertura democrática tem vindo, paulatinamente, a levantar dúvidas quanto ao papel de "guardiães da constituição" desempenhado pelos militares. Dito de outra forma, torna-se crescentemente evidente que o perigo islamista continua a ser invocado para legitimar a tutela militar do sistema político e a preservação dos privilégios (também económicos) da elite laica.

Dir-se-á que os islamistas do AK são a força que mais está a contribuir para a democratização plena da Turquia. Por esta razão, as questões de política interna turca convergem com a eventual adesão do país à União Europeia. As elites laicas e nacionalistas demonstram uma crescente desconfiança em relação à Europa e começam a adoptar um discurso hostil às "imposições" da UE. Em contrapartida, o governo do AK tem pautado o seu mandato pela tentativa de "harmonizar" as leis turcas com os critérios de adesão, ou seja, prosseguem uma estratégia de europeização. Também por esta razão, Bruxelas imediatamente se opôs à ameaça de golpe militar de 27 de Abril.

Existem, é certo, argumentos para rejeitar a adesão da Turquia. Uns dirão que, com a sua população de 70 milhões de muçulmanos, o país representa um "cavalo de Tróia" que tornará a Europa vulnerável à "penetração islâmica". A integração da Turquia seria, pois, o princípio do fim da Europa como entidade civilizacional. Por outro lado, o subdesenvolvimento turco significa que os custos da integração seriam proibitivos, e, invariavelmente, acabariam por ser suportados pelos membros mais periféricos.

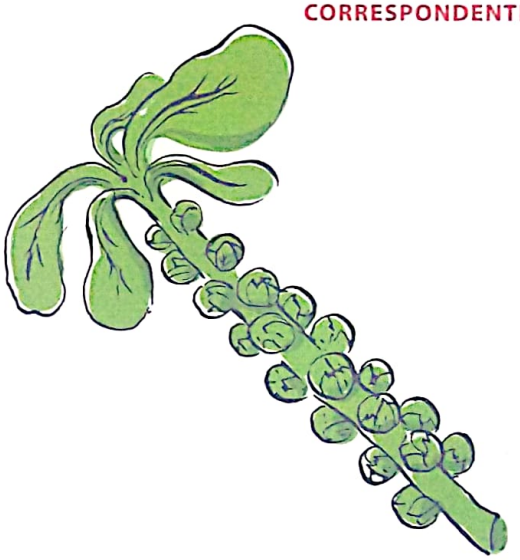
Para os adeptos da integração turca, trata-se de uma decisão que conduziria à consolidação da democracia e a um modelo alternativo ao fundamentalismo islâmico e às ditaduras autocráticas que alastram pelo Médio Oriente. Para além de conferir legitimidade aos reformistas que hoje combatem pela democratização do mundo árabe, uma Turquia democrática integrada na União Europeia refutaria a ideia de que existe uma incompatibilidade entre o Islão e a democracia. Nesse sentido, a adesão turca afigura-se como um contributo, porventura decisivo, para a alteração da carta política do Médio Oriente. A presença da Turquia também reforçaria a segurança da Europa, particularmente no seu flanco sul, onde se registam as ameaças mais preocupantes.

Independentemente da posição adoptada relativamente à integração da Turquia, convém salientar que a discussão em volta desta eventualidade é, hoje, uma questão de política interna turca. Actualmente, os islamistas do AK representam uma força de democratização, enquanto o laicismo republicano dos kemalistas ameaça degenerar num nacionalismo chauvinista e autocrático. Estamos, pois, perante um país onde o islamismo assume um impulso liberalizador. Perante a tragédia que é hoje o Médio Oriente, e face à popularidade dos fundamentalistas, o AK está a emergir como um modelo alternativo que nos oferece esperança quanto ao futuro.

HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS

COUVE-DE-BRUXELAS

LÍNGUAS DE PERGUNTADOR



A guerra das línguas pátrias é comum na União Europeia. Mas os alemães escusavam de exagerar, obrigando um mero mortal a ler um documento de dez páginas na língua deles, para uma reunião que vai acontecer daí a duas horas, com gente de 27 nacionalidades diferentes

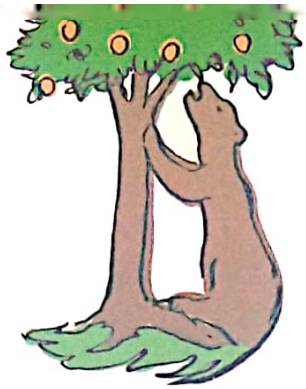
Um alemão será sempre um alemão. Apesar de serem mais de vinte as línguas oficiais nas Instituições Comunitárias, e de ser lógico e desejável que cada deputado, cada membro de Governo, possa falar na sua língua, pela banal razão de o facto de não dominar uma língua estrangeira não poder ser uma limitação à actividade política – para além de ser de boa estratégia que cada um defenda a relevância da sua língua – depois, no dia-a-dia, há a razoabilidade. E razoabilidade quer dizer que todos nos esforçamos para nos fazermos entender e para tornar a vida dos outros mais fácil. Todos, não. Há espécies raras.

Para além dos desgraçados dos espanhóis, que por mais que tentem raramente conseguem articular duas palavras noutra língua sem parecer que estão a pedir ou a engolir uma tortilha, dos franceses que acreditam que no fundo, no fundo, toda a gente os compreende, dos italianos que acham que gritando se fala qualquer língua e dos ingleses que perguntam a quem está a falar inglês que língua é que está a falar, há ainda os alemães, que são uma espécie à parte. Quando toda a gente que fala línguas menos universais do que o inglês (e os francês) tenta comunicar em inglês ou na língua do destinatário, os alemães mandam cartas, convites, documentos de trabalho e *emails* no mais belo alemão. Palavras enormes, longas, intermináveis, frases onde se tem de procurar o verbo com atenção. Tudo como se aquela língua fosse óbvia e falada por toda a gente. Os alemães têm tanto de insistente, persistente, perfeccionista e profissional como um soldado prussiano, e têm tanto de diplomatas como um boxeur e de subtil como um jipe todo-o-terreno. Isso às vezes resulta, mas a maior parte das vezes irrita muito. Experimente-se receber um documento de dez páginas em alemão, para uma reunião que vai acontecer daí a duas horas, com gente de 27 nacionalidades diferentes, e verão a empatia que sentem.

The Sócrates Show? Not so fast. Ainda antes de começar a Presidência portuguesa, é certo que parte do país político e da comunicação social se vai entusiasmar com a súbita importância da Pátria. Assim como já acontece às vezes com Barroso, há uma tendência para fazer dos portugueses a desempenhar cargos internacionais uma mistura de Zé dos Plásticos (o da anedota) com as histórias da Anita. A Anita na praia, o Sócrates em Moscovo; a Anita e o coelho, o Barroso e o Bush, e por aí fora, tudo muito entusiasmado com o brilho do primo da província. Acontece que o que é mesmo importante numa presidência é aquilo que Portugal faz pior: trabalhar com eficácia e estratégia.

Em vez de estar muito preocupado com o brilho, a Presidência deve ser uma oportunidade para fazer andar dossiers que o país que preside considera importantes. E aí a Presidência portuguesa deveria ter três grandes temas prioritários: a cooperação com África – é a nossa oportunidade de utilizar as instâncias comunitárias para dar dimensão às nossas prioridades em política externa e, na mesma linha, trabalhar para o acordo de livre comércio UE/Mercosul (isso sim, sem ser uma festarola é uma iniciativa estrategicamente útil); e, finalmente, aproveitar para dar seguimento ao Livro Verde sobre a política marítima. Ou somos nós a dar o pontapé de saída para uma leitura desta iniciativa favorável aos nossos interesses, nomeadamente à criação de uma nova centralidade, ou não serão certamente os eslovacos ou eslovenos a fazê-lo. Isto é o que nos interessa – para além de outros dossiers com menos *glamour* mas muito importantes para a nossa economia.

Por último, convinha ir lançando os alicerces da reforma do orçamento comunitário, mais do lado das despesas do que do lado das receitas. Tal como os britânicos defenderam, também nós temos todo o interesse em ver reformado o essencial dos fundos comunitários (mesmo deixando, por instantes, a PAC de lado). Por boas razões e por razões meramente egoístas. Portugal está a sair dos fundos da coesão, tanto por mérito de algum crescimento económico que houve nestas últimas décadas, como por mero efeito estatístico que resulta da comparação com os recém-chegados. Ora, o que nos convém – e é esse o "espírito do tempo" – é que os fundos se dirijam agora para objectivos que nos interessam e que interessem ao nosso desenvolvimento económico. Daí que o reforço das verbas dirigidas à investigação e à inovação, às novas tecnologias e às novas economias, ao mar e à sua economia, tudo isso nos seja vantajoso, por oposição ao financiamento das infra-estruturas básicas e primárias que, por comparação com a nova média resultante do alargamento a 27, já atingimos. A avaliação das qualidades da presidência portuguesa deve ser feita segundo estes critérios e não em função da solução para um Tratado que só é um problema para quem o inventou.



NUNO GAROUPA EM MADRID

¡HOLA MADRID!

GUIA POLÍTICO DA PRIMEIRA VOLTA DAS ELEIÇÕES ESPANHÓLAS

Zapatero e Rajoy transformaram as eleições municipais e regionais na primeira volta das gerais, que deverão ser antecipadas para o Outono. Perante o que se viu, é de prever com alguma segurança que não haverá maioria absoluta de socialistas ou populares

As eleições municipais e regionais realizaram-se em Espanha no passado dia 27 de Maio. Quer Zapatero, quer Rajoy transformaram estas eleições na primeira volta das eleições gerais para as Cortes que terão lugar o mais tardar em Março de 2008, mas muitos apostam na sua antecipação para o Outono. Nesta campanha eleitoral, os principais partidos espanhóis ensaiaram os *slogans* e os temas que utilizarão nas eleições gerais. Do lado do PSOE falou-se da guerra do Iraque e do 11M (votar contra a mentira e a guerra), bem como dos avanços sociais do governo socialista. Do lado do PP insistiu-se no tema territorial, na unidade de Espanha e na política anti-terrorista.

As últimas eleições, as de 2003, foram marcadas essencialmente por um empate entre o PP e o PSOE. Os populares perderam menos do que se esperava então – em plena guerra do Iraque – e os socialistas não conseguiram o avanço eleitoral que esperavam: evitaram a maioria absoluta dos populares na Comunidade de Madrid mas uma história de corrupção urbanística mal contada levou à repetição das eleições em Outubro de 2003, que deu a maioria absoluta a Esperanza Aguirre.

Escrito este artigo ainda antes da data das eleições de 27 de Maio, previa-se que os socialistas deveriam manter os seus feudos, Extremadura e Castilla-la-Mancha, apesar de terem afastado os líderes históricos, Rodríguez Ibarra e Bono, respectivamente, assim como, muito provavelmente, Aragão, que tinham roubado aos populares em 2003. Em razão de diferentes calendários eleitorais, não se convocaram eleições para os parlamentos da Catalunha, Galiza, Astúrias e Andaluzia, onde governam os socialistas. Por seu lado, os populares deveriam reforçar maiorias no seus bastiões, Comunidade Valenciana, Murcia, Castilla-y-León, e La Rioja bem como na Comunidade de Madrid, onde se esperava que os socialistas pudessem sofrer um revés histórico.

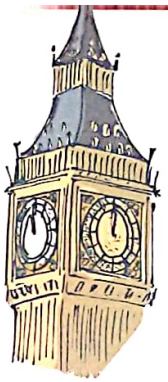
Algumas dúvidas existiam ainda na Cantábria, onde o terceiro partido, o Partido Regionalista de Cantábria, poderia seguir sendo governo com o apoio do PSOE, uma vez que o PP dificilmente chegará à maioria absoluta; nas Baleares, que o PP arrebatou aos socialistas em 2003, mas onde a maioria absoluta perigava nestas eleições; e nas Canárias, que o PSOE poderia ganhar, mas com uma maioria insuficiente para superar a coligação entre a Coligação Canária e o PP.

Restava pois a grande incógnita e com uma enorme transcendência política: Navarra. Era certo que os populares ganhariam a comunidade foral (a coligação que apoia o actual governo, UPN e CDN). Mas poderiam estar longe de uma maioria absoluta, o que abriria portas a um executivo tripartido entre socialistas, comunistas e nacionalistas favoráveis à integração de Navarra no País Basco (Nafarroa Bai). É aqui que, verdadeiramente, se joga o futuro de Espanha. Um governo tripartido em Navarra daria um novo fôlego ao processo de paz que Zapatero mantém em banho-maria. Uma maioria absoluta da actual coligação governamental será um espinho muito duro para o processo de paz.

Quanto às eleições municipais não se esperavam grandes novidades. Porém, os resultados na Catalunha (principalmente em Barcelona), como no País Vasco (aí em Vitória e em São Sebastião) terão importância política, uma vez que não se vota nessas comunidades para os respectivos parlamentos regionais. Tudo apontava em Barcelona para um possível reforço dos socialistas à custa dos seus parceiros de governo (comunistas e republicanos nacionalistas) e uma estagnação dos nacionalistas da CiU. A confirmar-se esse resultado o actual tripartido poderia voltar a sofrer de instabilidade.

No País Basco, a grande incógnita voltava a ser como votará o eleitorado do ilegalizado Batasuna (o braço político da ETA). As várias fórmulas desenvolvidas pelos terroristas para tornear a Lei de Partidos que ilegaliza o braço político da ETA foram parcialmente proibidas pelo poder judicial. As sondagens indicavam que, nem o PNV-EA (nacionalistas actualmente no governo), nem o bloco constitucional, PSOE e PP, terão progressos significativos. Mas evidentemente que tudo está dependente do voto radical; a sua abstenção favorece o PSOE e o PP; o voto útil favorecia o governo regional actual.

Tal como em 2003, esperava-se que todos os partidos se declarassem vencedores na noite eleitoral de 27 de Maio. Contudo, objectivamente, tratar-se-á mais de um empate que volta a empurrar para as eleições gerais o ajuste de contas entre Zapatero e Rajoy. Porém, Zapatero parte com vantagem. Podemos prever com alguma segurança que não haverá maioria absoluta, nem dos socialistas, nem dos populares nas eleições gerais. Mas o PSOE está melhor colocado para coligar-se que o PP. Muito terá de mudar na direita para que uma coligação estável possa ser gerada. Quer a direita catalã (CiU), quer a direita basca (PNV) já mostraram interesse em estudar a possibilidade de voltar a editar a maioria que levou Aznar ao governo em 1996, mas existem obstáculos muito importantes por ultrapassar.



ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES

LONDON CALLING

O SENHOR QUE SE SEGUE

A substituição de Tony Blair por Gordon Brown era há muito desejada pelas estruturas do Partido Trabalhista. Esta exigência ideológica deverá ter um elevado preço eleitoral. Apenas um quinto do eleitorado o considera um político carismático. Chegou a hora do Partido Conservador, assim David Cameron saiba aproveitar a oportunidade

Depois de umas eleições locais em que o Partido Trabalhista sofreu uma pesada derrota e em que a vitória dos nacionalistas escoceses intensificou a discussão sobre a possibilidade de a Escócia voltar a ser independente, Tony Blair anunciou que abandonará o governo. Em Junho, abre-se assim, o caminho a Gordon Brown.

É verdade que a liderança trabalhista e, consequentemente, o cargo de primeiro-ministro não são transferidos automaticamente, mas tudo aponta para que Gordon Brown, o número dois do governo e actual detentor da pasta das Finanças, vá ter fraca oposição. A substituição de Blair por Brown era há muito desejada por uma parte substancial das estruturas do Partido Trabalhista, se bem que, olhando para as sondagens, seja possível admitir que a satisfação dessa exigência ideológica poderá vir a ter um elevado preço eleitoral para os trabalhistas.

Os estudos de opinião realizados até agora apontavam para que a substituição de Blair por Brown custasse ao Partido Trabalhista cerca de cinco pontos percentuais no que diz respeito ao apoio eleitoral. Sabemos que este tipo de previsões tem um elevado grau de incerteza e que, na prática, quase tudo depende da forma como a liderança de Brown irá ser percepcionada pelo eleitorado. Mas não deixa de merecer reflexão esta aparente discrepância entre os desejos das estruturas trabalhistas e a opinião do eleitorado. Uma diferença, que provavelmente se explica pelo facto de o perfil centrista de Blair ter sido feito mais à medida das classes médias do que por ajuste ao tradicional núcleo duro de apoiantes trabalhistas.

O poder frequentemente ajuda a resolver este tipo de questões, mas no caso de Gordon Brown há sérios problemas de imagem para resolver. É certo que mais de metade do eleitorado britânico o considera uma personalidade forte e com perfil de estadista, mas deve ser preocupante para Brown e para a sua equipa que, simultaneamente, quase metade do eleitorado o considere arrogante e excessivamente controlador. Pior ainda, apenas cerca de um quinto do eleitorado o considera um político carismático. Uma fraqueza que, caso não seja corrigida no exercício do poder, pode revelar-se fatal para o Partido Trabalhista, já que as eleições legislativas no Reino Unido (como na maioria dos restantes países) são cada vez mais eleições personalizadas em que se elege essencialmente o chefe do governo. A juntar a estes problemas de imagem, Brown tem ainda o contra de ser escocês, numa altura em que a Escócia dá sinais de caminhar para a independência. A generalidade dos estudos de opinião tem apontado para o facto de a maioria dos eleitores não considerar esse um problema importante. É no entanto de assinalar, que a proporção do eleitorado, que considera um problema o facto de Brown ser escocês tem vindo a subir. Assim sendo, se os restantes problemas de imagem não forem resolvidos, é bem possível que a questão escocesa possa vir a ser a cereja no topo do bolo da impopularidade de Gordon Brown.

Ao mesmo tempo, as sondagens revelam que a esmagadora maioria do eleitorado britânico considera Brown co-responsável por algumas das áreas de governação onde a avaliação da opinião pública sobre o desempenho trabalhista é mais negativa. O grande risco para um Partido Trabalhista liderado por Brown é o de herdar todos os problemas do actual governo (desde a impopularidade da intervenção no Iraque à ineficiência dos serviços públicos) e, simultaneamente, deixar de poder contar com um líder carismático que era popular em segmentos importantes da classe média.

Depois de dez anos de New Labour e com um sucessor pouco carismático, o cenário parece bastante animador para o Partido Conservador. No entanto, os conservadores também têm algumas razões para estarem apreensivos. Antes de mais, o Partido Conservador tem tido resultados na casa dos 40% nas sondagens nacionais. São números razoáveis, mas que não garantem uma maioria na Câmara dos Comuns.

Além disso, são alguns pontos percentuais abaixo dos resultados que o New Labour conseguia nas sondagens que antecederam a sua vitória em 1997. Acresce que, apesar das suas múltiplas fraquezas de imagem, é sempre possível que Brown consiga recuperar nas sondagens estando no poder. Neste contexto, talvez o desafio mais importante para o Partido Conservador seja agora o de consolidar e mobilizar o eleitorado mais à direita. As sondagens indicam que Cameron parece ter penetrado relativamente bem no eleitorado mais ao centro, mas os resultados entre o eleitorado mais conservador são menos animadores. Cameron deu recentemente sinais de pretender querer corrigir essa fraqueza ao endurecer substancialmente o discurso sobre o combate ao crime. Mas nada garante, para já, que essa viragem vá ter continuidade. Contra um líder trabalhista fraco e com o peso de mais de uma década no governo, o Partido Conservador terá nas próximas eleições uma oportunidade de ouro para regressar ao poder. Resta saber se David Cameron a saberá aproveitar.

CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

PASSAGEM PARA A ÍNDIA

MAYAWATI

Conheça uma das mais carismáticas figuras políticas da actualidade indiana, carinhosamente apelidada de behenji, ou irmã. Filha de um funcionário público, Mayawati pertence a uma das milhares de sub-castas hindus e ajudou a fundar o partido que agora a catapulta para o cargo de ministro-chefe do Utar Pradexe, um dos mais prestigiados no país. Histórias da Índia

Com os seus 177 milhões de habitantes, é o maior estado do segundo maior país do mundo. O Utar Pradexe, no planalto do sagrado rio Ganges, foi recentemente a votos num dos processos eleitorais mais complexos do mundo, repartido por sete fases, cinquenta mil mesas de voto e supervisionado por mais de vinte mil paramilitares. Saldou-se tudo numa vitória histórica dos dálitas, também conhecidos como *intocáveis*, os fora-de-casta eternamente marginalizados pela religiosa estratificação hindu.

A face dessa vitória dá pelo nome de Mayawati, uma das mais carismáticas figuras políticas da actualidade indiana, carinhosamente apelidada de *behenji* (irmã). Filha de um funcionário público, pertence a uma das milhares de sub-castas hindus, os *jatav*. Encorajada pelo seu guru ideológico, Kanshi Ram, ajudou a fundar, ainda nos anos 80, o Bahujan Samaj Party (BSP) que agora a catapulta para o cargo de ministro-chefe do Utar Pradexe, um dos mais prestigiados no país. A agenda que levou à emergência do BSP, ainda nos anos 90, era simples e clara: combater o domínio das castas altas brâmanes, vaixás e xátrias e dos partidos tradicionais, especialmente o Congresso, para conquistar o poder e defender os interesses de milhões de dálitas que sofrem do estigma da intocabilidade e de violento ostracismo e discriminação social.

É natural que todo este espírito revolucionário provoque calafrios em Nova Deli. À volta de uma chávena de chá, num dos distintos clubes da era colonial britânica, não são poucos os que defendem que a vertiginosa ascensão do BSP, e de outros partidos com agendas limitadas, irá balcanizar o sistema político indiano e criar um clima de ingovernabilidade crónica.

De facto, longe vão os tempos em que o Congresso recolhia perto de 50% dos votos e os seus deputados ocupavam quase dois terços dos 545 lugares no parlamento nacional. Nos últimos anos, o partido de Gandhi e de Nehru tem-se ficado, em termos de percentagem, pela casa dos vinte, elegendo menos do que 150 parlamentares. Também o facto de as eleições de 2004 terem garantido representação legislativa a um número recorde de quarenta partidos (em 1957 eram doze), parece confirmar os receios de uma crescente fragmentação do sistema político. Os partidos nacionais contraem-se, enquanto que os partidos com agendas e bases de apoio regionalistas, linguísticas e de casta ganham terreno. É o efeito *mandalization*, conceito derivado da Comissão Mandal, cujas recomendações levaram o governo a estabelecer, em 1990, um generoso sistema de quotas para as castas e tribos mais desfavorecidas.

Mas esta vitória de Mayawati contradiz estes medos dos acomodados. A ex-professora chega ao poder pela quarta vez, mas pela primeira com uma base eleitoral alargada, transcendendo as tradicionais linhas de casta. A sua campanha pautou-se por um discurso responsável e moderado, portanto estratégico, procurando alargar ao máximo a agenda do partido. A sua ideia de uma *rainbow coalition*, integrando uma ímpar diversidade de castas, religiões e classes socioeconómicas, ficou patente ao nomear quase cem candidatos da arqui-inimiga casta brâmane. A transformação é quase completa. Há quinze anos os seus apoiantes prometiam vingança e violência contra todos e mais alguém. Hoje já só louvam Ganexa, o deus-elefante que simboliza a harmonia inter-religiosa e inter-casta.

Há outra razão pela qual a democracia indiana deve celebrar, e não recear, a emergência de Mayawati e a crescente confiança das agendas partidárias enunciadas para além de Deli. O sucesso eleitoral dálita passa uma poderosa mensagem de mobilidade social para a imensa maioria da população que não se revê no perfil elitista, anglófono e ocidentalizado da classe política tradicional, aos comandos do país desde os primórdios da luta anti-colonial.

É certo que também Mayawati sucumbiu aos prazeres do poder. É acusada de graves crimes de corrupção, vive envolta de luxos aristocráticos e distinguem-na decisões extravagantes, como a de ter mandado colocar, nos anos 90, milhares de estátuas do dálita Ambedkar, arquitecto da constituição indiana, por todo o Utar Pradexe. Mas cumpre assim uma função social vital que rompe com mitos milenares: ajuda a moldar o sistema político de forma a permitir a normalização de agendas específicas como a dálita, colocando-as em pé de igualdade perante as tradicionalmente dominantes. E assim, mais cedo ou mais tarde, emergirão muitas mais Mayawatis, trazendo consigo muita poeira para os assépticos corredores do poder na capital.

SÉRGIO H. COIMBRA EM WASHINGTON

CAPUT MUNDI

DE AMÉRICA A Z

O que é que uma pessoa que não gosta de futebol diz numa cadeira do barbeiro em Washington? Este é um guia de conversação possível sobre os grandes Estados Unidos, de A de América a Lauren Bacal. Ou talvez a lista apresentada pelo nosso espião na capital do império seja uma forma de fugir ao eterno assunto do Iraque e das culpas de Bush. Talvez...

Último paraíso a materializar-se aqui no bairro chama-se Grooming Lounge. Pelo menos uma vez por mês vou lá deixar uns parcos dólares, sem valor nenhum nos dias que correm, em troco sou atendido por uma hospedeira sorridente que serve *dry martinis* enquanto Mr. Jackson assobia e engraxa os meus sapatos. Depois sou levitado até uma cadeira de barbeiro em couro, envolto em toalhas quentes, delicadamente aparado na cabeleira ao compasso de uma pernalta do *midwest* com jeito para a tesourada; ao mesmo tempo, as unhas vão sendo polidas e os dedos massajados com dedicação por uma rechonchuda mestiça do Haiti. (Eu muito surpreendido: sempre pensei que as mãos haitianas apenas serviam para cortar o pescoço a galinhas e, com igual desenvoltura, a esses outros bípedes que somos todos nós, vítimas do mau olhado). Na última sessão de terapia, envolto nesta celestial atmosfera, caía sobre mim, também vinda do céu, uma nuvem melódica que confundi com a voz de Dean Martin em "There's No Tomorrow".

E o que é que uma pessoa que não gosta de futebol faz na cadeira do barbeiro? Reflecte sobre o mundo. Sendo assim, dei por mim a pensar que não há outro lugar onde tanta coisa prazenteira está disponível por tão pouco dinheiro como nesta terra americana. Apesar de reaccionário assumido, tiro já o chapéu ao George Washington e à prol de revolucionários que lhe seguiu as pisadas. Infelizmente, como já devem ter notado, não é exactamente esta imagem empreendedora e delicada que passa para o resto do mundo. Por exemplo, de cada vez que chego a Lisboa a conversa é sempre a mesma – se digo que está um dia bonito, respondem-me "Pois, mas o Bush só causa tempestades"; se exclamo a minha felicidade por ver floridas as acácias, replicam "Pena que o Cheney e o Rove não sejam flores que se cheirem"; se pergunto pela minha avó, atiram-me à cara que "naquela cabeça dela, coitadinha, está tudo tão baralhado como no Iraque".

Meus amigos, basta de bater na mesma tecla. Os EUA, que este ano celebram quatro séculos de ocidentalização, podem ser motivo de outras conversas. Não, não vos vou incomodar com lições de história ou de política ou de economia. Nada disso. Vou simplesmente deixar aqui, para consulta livre, uma lista de tópicos, que, eventualmente, poderão servir nas próximas conversas que tiverem sobre os grandes US of A.

Vamos começar por A, de América, e seguir sem parar até Lauren Bacall, Ezra Pound, Universal Studios, Nações Unidas, blues, Google, Marlon Brando, Paramount, San Francisco, Orson Wells, Kodak, *New Yorker*, Martin Luther King, Henry Ford, motor a jacto, Robert De Niro, Walt Whitman, GM, Edward Hopper, Yale, Emily Dickinson, código de barras, George Cukor, Napa Valley, George Lucas, Ronald Reagan, Robert Redford, Banco Mundial, Padrinho, Frank Sinatra, missões Apolo, Edgar Alan Poe, Biblioteca do Congresso, Ansel Adams, Polaroid, arranha-céus, William Faulkner, DeMille, Fred Astaire, Dr. Kinsey, Miles Davis, YouTube, Carl Sagan, Mark Twain, Jimmy Carter, Tennessee Williams, D. W. Griffith, Phillip de Sousa, *jeans*, Vincent Minnelli, J.P. Morgan, Gore Vidal, Humphrey Bogart, Silicon Valley, country Carters, Stephen Colbert, Robert Mapplethorpe, rock'n'roll, Elvis Presley, NASA, Bob Dylan, Steven Spielberg, NYSE, Howard Hughes, Andy Warhol, Howard Hawks, Princeton, Jim Morrison, McDonald Douglas, Katherine Hepburn, Jon Stewart, Yosemite, Gloria Swanson, CNN, Rosa Parks, Abraham Lincoln, GE, Talking Heads, Woody Allen, Herman Melville, Johnny Cash, Elliot Hewitt, Boeing, Brian De Palma, Mae West, Marilyn Monroe, T.S. Elliot, Rita Hayworth, Bill Gates, Muhammad Ali, John Steinbeck, Milton Friedman, Annie Liebowitz, XX Century Fox, DuPont, Julia Miles, Kentucky, Dolly Parton, Nova Iorque, Dustin Hoffman, submarino atómico, Sean Penn, James Dean, Coca-Cola, Dean Martin, Lance Armstrong, Houston, HP, Charlie Parker, Clint Eastwood, Alasca, Michael Jordan, George Allen, jeep, Henry Fonda, Carl Lewis, Oeste, Mel Brooks, colt, Stanley Kubrick, David Lynch, Hawai, F. Scott Fitzgerald, Gillette, Martin Scorsese, Grand Canyon, Gary Cooper, James Stewart, James Cagney, Diane Keaton, Vermont, John Nash, Jackson Pollock, Xerox, Dwight Eisenhower, Colorado, zippo, Henry David Thoreau, Gregory Peck, Roy Lichtenstein, FedEx, Alexander Bell, Broadway, Arizona, Steve McQueen, winchester, Grace Kelly, *dry martini*, Ava Gardner, índios, Marcel Duchamp, Minesota, cowboys, Ralph Lauren, Nirvana, Georgetown, Benjamin Franklin, Nicola Tesla, Amelia Earhart, Thomas Edison, *telephone*, Microsoft, Joan Crawford, Smithsonian, Burt Lancaster, Washington, John Wayne, Park Avenue, Frederic Remington, Jack Nicholson, DC-3, Ernest Hemingway, Hollywood, Chuck Yeager, Ray Charles, Starbucks, Sitting Bull, Ford Mustang, Clark Gable, Meryl Streep, Tom Hanks, general Patton, Chicago, Steve Jobs, Ralph Emerson, Miami, Judy Garland, John D. Rockefeller, Nike, Robert McVearry, Apple, elevadores, Otis, Francis Ford Coppola, vai-vem, Sofia Coppola, Pulitzer, Al Capone, i-Pod, New Orleans, Mark Spitz, Pfizer, Al Pacino, Johnston & Johnston, Paul Newman, Seattle, Otis Redding, Frank Capra, IBM, Silvia Plath, Texas, Charlie Chaplin, post-it, Montgomery Clift, Quentin Tarantino, MGM, B-52, Louis Armstrong, Jean-Paul Getty, *New York Times*, Palm Springs, e — para terminar no fim do alfabeto — dois Z de Jazz.

Como se apercebem, nem sequer fui ao fundo do poço. Não vos incomodei, por exemplo, com outra gente nobre, como o Sr. Birdseye e a sua mais nobre criação ainda, a comida congelada. Invento que teve lugar a meio do século passado, quando, do Atlântico aos Urais e mesmo para lá desse fim do mundo, a populaça ainda se alimentava de trigo como na Idade das Trevas. ■

PAULO TUNHAS

NA MESA DAS CRIANÇAS

"O *Nouvel Obs* é o rosto visível mais aceitável de uma esquerda francesa que conhece várias camadas de crescente expressão caricatural, a partir de um original que em si já não se recomenda pela sensatez"

Tenho feito nos últimos tempos uma coisa que o Dr. Mário Soares também faz, e que suponho não estar nos hábitos da esmagadora maioria dos leitores desta revista: tenho lido o *Nouvel Observateur* (*Nouvel Obs*, para os aficionados). Aceito que o costume roça o absurdo, mas justifica-se, em parte, por uma razão simples: perceber um bocado melhor o que vai por dentro da cabeça de um sector influente da esquerda francesa. Certo que a França conta relativamente pouco hoje, e os nomes do *Nouvel Obs* são praticamente desconhecidos fora da doce nação. Mas não se resiste. Em todo o caso, a fortitude não é o meu forte.

O número consecutivo à vitória de Sarkozy foi uma delícia especial. Tinha matéria para todos os gostos. Passo por cima dos detalhes íntimos (minuciosamente revelados) sobre a instabilidade da vida conjugal de Ségolène durante a campanha, com Bernard-Henri Lévy a ler-lhe poesia e coisas assim. O que vale a pena ler é, por exemplo, o editorial de Jean Daniel, que não se cansa de gabar a «determinação serena» e o «encanto luminoso» da candidata derrotada. Tem imensas considerações sobre a perfídia de Sarkozy e uma pérola absoluta: «Recusámo-nos a diabolisar Nicolas Sarkozy [para quem tiver lido os números anteriores da revista, uma afirmação surpreendente]. Não cederemos nesse ponto hoje. Mas não é falso dizer que há algo de Bush nele.» Como a frase merecia um artigo inteiro, deixo-a sem mais, e é pena. Lancemos antes um olhar ao artigo semanal de Jacques Julliard, em defesa da «princesa do povo» (*sic*) contra o PSF. É a mais extraordinária demolição do PSF que se possa conceber: o PSF aparece num precipitado de estupidez, arcaísmo e vacuidade como nunca se viu. E não só o PSF. Bové, por exemplo, é o «Átila dos OGM». Boa!

Mas, por Ségolène (e contra a "ameaça" de Sarkozy), Julliard jura com toda a força. Sem, por um momento, se interrogar sobre a profunda afinidade do que ama e do que recentemente odeia. Como, semana após semana, o *Nouvel Obs* jurou, muito para lá do simples apoio político necessário a tornar as escolhas transparentes. Foi um frenesi. Li coisas extraordinárias. Robert Badinter (um ex-ministro da justiça que escreveu, com a mulher, uma reveladora hagiografia de Condorcet) receava o pior de alguém – Sarkozy, é claro – que sempre quis um «poder acrescido». Um intelectual sofrível além do possível, Michel Onfray, disse de Sarkozy, sem perceber o ridículo retrato que de si próprio dava, cobras e lagartos. Psicanalistas expuseram as taras do homem, e um deles declarou – por causa de uma afirmação do então candidato – que "somos todos pedófilos alemães". "Cem mulheres" aprovaram quase sem excepção Ségolène. Uma delas, a psicanalista Julia Kristeva – que eu, por acaso, entrevistei, em companhia de outras pessoas, nos idos, creio, de 1978, ou 1979 (a entrevista nunca foi publicada) –, afirmou que «a beleza física alia-se nela à ultrapassagem de si mesma, num desejo de governância <*gouvernance*> que realiza o domínio total dos seus afectos». E não continuo por preguiça.

O *Nouvel Obs* é o rosto visível mais aceitável de uma esquerda francesa que conhece várias camadas de crescente expressão caricatural, a partir de um original que em si já não se recomenda pela sensatez. E o que se escreve lá é um bom exemplo do sistema de proibições e repressões que dita o que se pode e não se pode dizer em público nos meios intelectuais e universitários.

Dois exemplos. O primeiro. Um muito conhecido historiador e teórico da arte (com quem tenho relações superficiais mas afáveis) disse a uma amiga minha que os comícios de Sarkozy eram (sentem-se na cadeira) "Nuremberga"; pediu-lhe, de resto, que, caso tencionasse votar Sarkozy, não lho dissesse, sob pena de as relações entre ambos acabarem naquele preciso momento. O segundo. Uma velha inimiga íntima – longínqua descendente de Clitemenestra, mas vivendo há séculos em França, onde a conheci – deixou de me falar depois de eu lhe ter respondido que "sim, votaria Sarkozy" se fosse francês. Perguntou-me a coisa por precaução higiénica. Aguentou Bush (como?), mas Sarkozy era demais. Apesar de tudo, era a França.

Devo dizer que gosto imenso da França; que, por absurdo, preferiria, por razões práticas óbvias, ter nascido francês (ou finlandês, ou sueco, ou italiano; para não dizer inglês, ou americano) a ter nascido português; e que a França é um lugar muito melhor para viver do que Portugal. Sobretudo, Paris é bem mais lindo que o Porto. Dito isto, o grau de primitivismo e de arcaísmo, com a concomitante censura do discordante, que a França exibe – ajudada pelo génio particular da língua –, atinge proporções cósmicas. Ler o *Nouvel Obs* é recuar à adolescência, no que ela tem de mais inconsciente, auto-suficiente e sectário. O mundo que de lá transpira é um mundo maniqueísta, reaccionário como tudo, cheio de moral e grandiloquência (o extraordinário Jean Daniel sobre o voto em Ségolène: «*Toute autre attitude eût été indigne de notre histoire*»). Passar daquilo mesmo para a *Time* é ser aceite na mesa das pessoas crescidas.

A julgar pelo Telejornal, o mundo parece resumir-se à tosse de Fidel e às piadolas de Chávez. A coisa não é bem assim. Há vida para além do catarro do ditador cubano

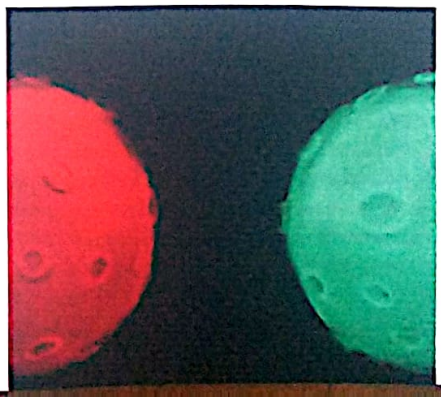
A Leste, sim, tudo de novo

BERNARDO PIRES DE LIMA

Quantas vezes ouviu falar da Shanghai Cooperation Organization (SCO)? Enquanto os *media* continuam entretidos com as graças de Hugo Chávez ou a contagem de mortos no Iraque, a política internacional avança sem pedir autorização. As televisões e jornais têm-se mostrado incapazes de acompanhar o mundo e de o mostrar tal como ele é. A retórica mediática de Putin, Ahmadinejah, Bush ou Blair é vista como política *per se*. Salvo raras excepções, a preguiça intelectual é gritante.

Desde 2001, no tal mundo que escapa ao umbiguismo europeu, a Rússia e a China revitalizaram uma parceria iniciada cinco anos antes para resolver o problema da desmilitarização da sua fronteira comum. Na altura, incluíram o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e, mais tarde, o Uzbequistão. Oficializada como SCO, tem como observadores a Mongólia, o Irão, o Paquistão, a Índia e vê o Afeganistão a aproximar-se. Se os estatutos dissertam sobre "cooperação energética, económica e militar", a realidade mostra estarmos perante um claro e paciente fórum de expansão de poder dos dois gigantes (Rússia e China) sobre os recursos da região. Além de limitarem a expansão da NATO pelo Cáucaso até à rica Ásia Central – a Geórgia e o Azerbeijão têm um fascínio cada vez maior por Washington –, conseguiram a retirada militar norte-americana do Uzbequistão (2005), porque olham para o Afeganistão como uma porta de controlo regional pelas potências ocidentais.

A China, que desespera pelo acesso às rotas do gás e do petróleo, viu o ano passado o Irão propor-se como o grande sustentáculo da organização nesta matéria. A Rússia, que vê como ameaça à sua segurança a expansão da NATO a Leste, catapulta o seu poder por uma cooperação reforçada com Pequim e Teerão, quer como parceiro militar fundamental, quer conquistando mais influência no "mundo árabe". Para Teerão, quarto maior produtor de petróleo do mundo e potência-chave no Médio Oriente, ter dois parceiros com veto no Conselho de Segurança é uma garantia de continuidade das suas ambições nucleares. Tudo isto, no entanto, é visto pela Índia mais ou menos por dentro e é aqui que reside o trunfo de Washington: Nova Deli é a aliança do momento. Não antagonizará os EUA em favor de outros. Mesmo que estes pareçam, paulatinamente, virar-se para a Ásia Central, encurralando estrategicamente a Europa e pondo Washington em alerta. A isto chama-se *realpolitik* e até prova em contrário é assim que o mundo não televisionado se desenrola.



IBSA e o novo Sul liberal

HENRIQUE RAPOSO

Quantas vezes, caro leitor, já ouviu falar do IBSA nos nossos *media*? Eu ajudo: nenhuma. O IBSA é um novo fórum mundial que junta as três grandes democracias do Sul: Índia, Brasil e África do Sul. E por que razão as nossas TVs não falam do IBSA? Eu ajudo novamente: porque não é um fórum anti-americano, porque não tem uma mensagem anti-globalização. Quando Hugo Chávez profere um insignificante guincho contra o FMI, as nossas TVs reportam o acto circense. Quando três potências mundiais concertam posições, num acto de cooperação estratégica Sul-Sul sem precedentes, a nossa agenda mediática ignora o facto. Há uma *actualidade* circense, que aparece. Há a *realidade* internacional, que é ignorada.

A posição de Mbeki (África do Sul), Lula (Brasil) e Singh (Índia) é muito simples: a ordem construída em 1945 perdeu a validade. Os europeus ainda estão presos à legalidade internacional que emana de 1945. Ora, essa tal *legalidade* não tem qualquer *legitimidade* política aos olhos do IBSA. Todas as intuições internacionais criadas no pós-II Guerra ainda estão marcadas por um enviesamento em favor dos europeus. É natural: em 1945, o centro do mundo ainda era o espaço atlântico e a Europa era o grande aliado dos EUA. Só que, contra a vontade dos europeus, a história não parou. Em 2007, a distribuição de poder nas instituições internacionais não tem qualquer relação com a distribuição de poder real no sistema. Naturalmente, o IBSA exige a revisão da ordem internacional. Brasília, Nova Deli e Pretória defendem a reforma do Conselho de Segurança e, acima de tudo, exigem uma revolução nas instituições económicas (OMC, FMI, Banco Mundial, G-7), que, na vida real, são mais importantes do que a ONU (desde a sua fundação, o FMI só conheceu presidentes europeus. O G-7, com uma multidão de países europeus, representa a distribuição de riqueza dos anos 80 e não a actual; os países em desenvolvimento, *liderados* pelo IBSA, já representam mais de 50% da riqueza mundial).

Durante a Guerra Fria, o revisionismo do Sul esteve ligado ao espírito de Bandung/movimento dos não-alinhados. Bandung representava a negação da globalização liberal; sonhava-se com uma ordem mundial alternativa (leia-se: neomarxista) fora das regras *ocidentais*. Ora, o espírito do IBSA rasga com este passado. Bandung está enterrado e só vive na cabaça de jornalistas em Paris, Londres e Lisboa. O IBSA, se quisermos, é um Bandung liberal. Hoje, as gentes do Sul querem mais globalização. Mais: querem liderar a globalização a par dos ocidentais. Tradução: querem ter tanto poder como os europeus dentro da ordem internacional. Não é por acaso que os *media* europeus preferem as palhaçadas que chegam de Caracas.

RUI CARMO

O CONTINENTE INVISÍVEL

Se existe um continente ainda invisível neste mundo global ele dá pelo nome de África. Mas será que se pode ainda esperar alguma mudança positiva na única região do globo em que a pobreza aumentou nos últimos 25 anos? A defesa das liberdades, económica e política, é a única pista possível

África é a única região do mundo em que a pobreza aumentou nos últimos 25 anos e quase metade dos 840 milhões de habitantes (so)brevivem com menos de um euro por dia. Para que o continente africano alcance o nível de desenvolvimento desejável, faltam criar condições essenciais: eleições regulares limpas, separação efectiva de poderes, existência de um poder judicial forte e independente, respeito pelos direitos humanos e efectiva protecção da propriedade privada.

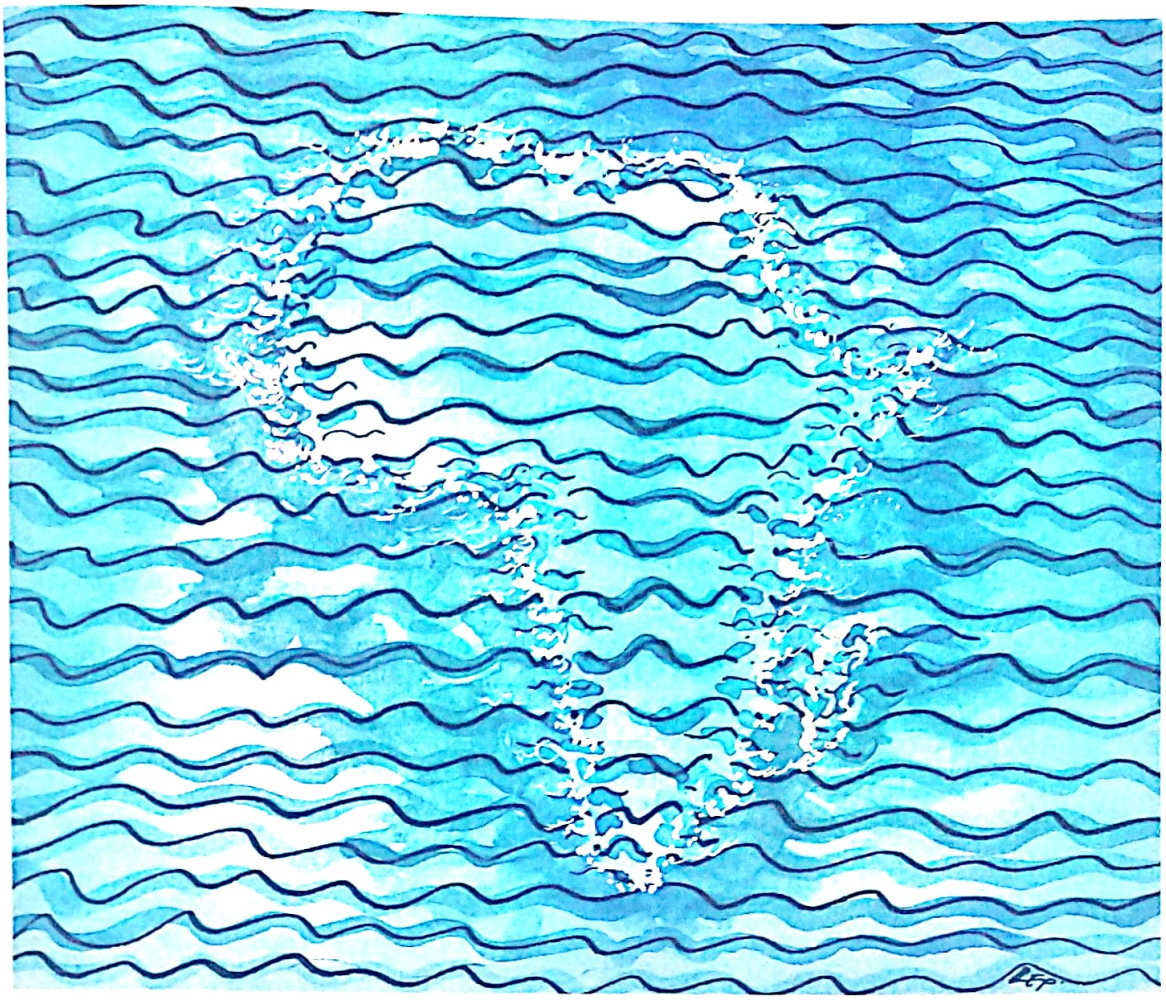
Na imensa maioria dos países africanos é necessário aplicar com urgência medidas que valorizem a liberdade intelectual, política e económica, o capitalismo e o comércio livre. Só assim é possível ao continente esquecido construir uma sociedade civil forte e uma classe média (inexistantes na grande maioria dos países africanos) que sejam os principais agentes do desenvolvimento dos mecanismos básicos que possibilitam a erradicação da pobreza e asseguram o mínimo de dignidade.

São estes os caminhos que os dirigentes africanos nunca percorreram para combater a pobreza extrema e o miserabilismo existente, consequências principais dos governos incompetentes e corruptos, que esquecem o bem-estar das suas populações e extraviam a riqueza em guerras, na imposição de ditaduras e na construção de colossais fortunas pessoais. No que respeita aos factores externos, é evidente que enquanto os países ocidentais manterem fechadas as suas fronteiras, protegidas por quotas, taxas e barreiras alfandegárias aos produtos africanos, pouco adianta o financiamento internacional das ajudas públicas ao desenvolvimento, que acabam por mais não ser do que uma ajuda financeira aos líderes políticos locais.

África tiranizada

De acordo com o estudo Economic Freedom of the World, elaborado pelos institutos Fraser (http://www.fraserinstitute.org/) e Cato (http://www.cato.org/), os índices globais da liberdade económica no mundo melhoraram nos últimos 25 anos. Entre critérios e áreas de estudo, são considerados pelo Economic Freedom of the World, entre outros: o tamanho da composição do governo, a estrutura legal, a segurança dos direitos de propriedade, o acesso a dinheiro, a liberdade de comércio internacional, a regulação do crédito, trabalho e negócios. A conclusão que se pode retirar é que os países mais livres, crescem mais a nível económico e são mais ricos. Nas últimas duas décadas e meia, a liberdade económica global melhorou. Numa escala de 1 a 10, a média mundial passou de 5,1 pontos em 1980 para os 6,5 pontos em 2006. Dos 102 países que foram alvo do estudo Economic Freedom of the World, 98 melhoraram os níveis de liberdade dos seus cidadãos nas suas relações económicas e sociais e apenas quatro países pioraram os seus índices.

Outro facto retirado do trabalho que pode ser consultado nos sites dos institutos Fraser e Cato é que o continente africano, é na sua globalidade, o mais reprimido, o mais pobre. Em termos individuais, os países mais reprimidos economicamente são Zimbabwe, Myanmar, Congo, República Democrática do Congo, Venezuela, Guiné-Bissau, Argélia, Burundi, Ruanda e a República Africana Central. (nota: Cuba e Coreia do Norte não constam do relatório por falta de dados fidedignos). Este ano, como desde 1980, que Hong Kong é considerada como a economia mais livre do mundo. O Botswana, é o país africano em melhor posição, em 35.º lugar. Mas os maus indicadores não se ficam por aqui. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2005 dedica um capítulo inteiro ao comércio internacional. Considera o comércio como um dos mais poderosos instrumentos que conduzem à integração global e é esta actividade que maiores oportunidades oferece ao desenvolvimento humano. É através do comércio livre que se pode reduzir a pobreza e diminuir as desigualdades. O aceso dos países pobres ao livre comércio global defronta-se ingloriamente com os subsídios dos países ricos à exportação dos seus produtos e imposição de tarifas e taxas alfandegárias. Particularmente atingida é a África subsahariana, cujo peso no comércio mundial decresce desde 1960. Dezoito daqueles países registam crescimentos económicos negativos, que afectam 320 milhões de pessoas. E outros oitos países da chamada África negra, têm um crescimento nulo ou inferior a 1%. A paradoxal combinação de abundantes recursos naturais e a existência de uma pobreza endémica, a que se junta uma tradição histórica de governos autocráticos, dificultam a luta pela corrupção. A tal ponto que está criado o mito (nalguns casos bem real) de que África é sinónimo de corrupção. Apesar de alguns progressos democráticos e de direitos humanos de alguns regimes,



Em Angola, o número de pessoas afectadas pela guerra ultrapassa ainda hoje os quatro milhões. O poder político continua concentrado nas mãos do presidente Eduardo dos Santos

as elites continuam a usufruir dos rendimentos provenientes da exploração dos recursos naturais e das ajudas bi e multilarais, privadas e públicas. Os serviços públicos são praticamente inexistentes e os funcionários são tão mal pagos que têm que recorrer a "esquemas" para garantirem o sustento das suas famílias. Este "socialismo esquemático", em que cada um procura arranjar um esquema para melhor orientar a sua vida é transversal a toda a sociedade e tem vindo a impedir melhores resultados na luta contra a pobreza e corrupção. Em contraponto com esta realidade tão desmotivadora, assiste-se para já, a um tímido aparecimento de uma elite educada nas universidades ocidentais, a órgãos de comunicação social independentes, o acesso à internet mais disseminado, tendo criado aquilo a que chamaria como um embrião de uma sociedade civil mais activa, mais preocupada e interventiva sobre as políticas e gestão públicas dos seus governos. O que não deixam de ser sinais de algum optimismo para o futuro.

O exemplo angolano

Angola é um dos maiores países de África e é, em potência, um dos mais prósperos países de África, devido às suas reservas de petróleo, às capacidades hidroeléctricas, às reservas minerais de que dispõe e às grandes extensões de terra cultivável, embora apenas uma pequena parte esteja a produzir de facto. Existem também recursos na pecuária, importantes áreas florestais e zonas ricas em pesca. Todavia, Angola apresenta boas taxas de crescimento apoiadas principalmente pelas suas exportações de petróleo.

A guerra civil durou 26 anos. Causou mortes, danos físicos e emocionais às pessoas, destruiu a economia, aniquilou o normal funcionamento das instituições políticas e sociais do país. As Nações Unidas estimam em quase dois milhões o número de pessoas que foram forçadas a deslocarem-se, enquanto que o número de pessoas afectadas pela guerra ultrapassa os quatro milhões. As condições de vida quotidiana em todo o país, e especialmente em Luanda, (que tem uma população residente estimada em cerca de quatro milhões) levam ao colapso das infra-estruturas administrativas bem como de muitas instituições sociais e de saúde. Não existe saneamento básico, existem hospitais sem equipamentos básicos medicamentos, ou há escolas que não têm livros... A economia de Angola foi gravemente atingida pela guerra civil, colocando o país juntamente com Guiné-Bissau entre os mais pobres do planeta. O poder político de Angola está concentrado, por inteiro na Presidência da República. O ramo executivo do governo é composto pelo Presidente (José Eduardo dos Santos), pelo primeiro-ministro e pelo conselho de ministros (composto por todos os ministros e vice-ministros do governo), que se reúne para discutir os assuntos políticos do país. Os governadores das 18 províncias são nomeados pelo presidente e executam as suas directivas. A Lei Constitucional de 1992 estabelece as linhas gerais da estrutura do governo e define os direitos e deveres dos cidadãos. O sistema legal baseia-se no português e na lei do costume, mas é fraco e fragmentado. Existem tribunais só em 12 dos mais de 140 municípios do país. Um Supremo Tribunal serve como tribunal de apelo. Um Tribunal Constitucional com poderes de revisão judicial nunca foi constituído apesar de existir autorização estatutária. O presidente anunciou a intenção de organizar eleições em 2006 (para quando mesmo?). Estas, quando se realizarem, serão as primeiras eleições desde 1992 e servirão para eleger um novo presidente e uma nova Assembleia Nacional. Haja esperança.

BRUNO CARDOSO REIS

Catolicismo, Partidos e Privilégios

"É normal, coerente, até corajoso, que a direita mais liberal defenda a construção de um Estado mínimo, distanciando-se também de parcerias com o catolicismo. O que não vejo é grandes privilégios católicos para quebrar"

Católico significa universal. O Papa é o Sumo Pontífice, o que significa em latim o supremo construtor de pontes (um super-engenheiro de almas). A Igreja Católica sempre se viu, portanto, como uma união ou comunhão na diversidade. Ora, um partido, por definição, parte: serve para dividir politicamente. Por isso, a ideia de um partido católico sempre suscitou sérias reservas e tensões internas.

As organizações que mais se podem aproximar de partidos católicos na história portuguesa significativamente não usaram essa designação. O Partido Nacionalista, do período final da Monarquia, não era católico na sua etiqueta. E o Centro Católico, dos anos finais da Primeira República, fazia questão em insistir que não era propriamente um partido. É revelador também que no nome escolhido tenham acentuado uma lógica nacional e centrista que favorecesse a união acima e para além de esquerdas e direitas. Qualquer deles, no entanto, foi incapaz de unir sequer todos os católicos activos politicamente. De sucesso e duração limitada, PN e CCP surgiram em reacção ao que era visto por muitos católicos como políticas governamentais sistematicamente anti-religiosas. Os grandes partidos da Democracia Cristã europeia surgiram em boa medida de dinâmicas semelhantes, mas beneficiaram depois do esvaziamento da direita radical e do crescimento da ameaça comunista soviética no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em Portugal, o CCP ficou com a actividade suspensa a partir de 1928, mas não foi formalmente extinto até 1940. A Concordata, assinada nesse ano, foi o mais importante de vários acordos que foram sendo negociados (com mais ou menos sucesso) desde 1916, fosse qual fosse o regime vigente em Portugal, de acordo com uma persistente procura de uma conciliação mínima com o poder político no sentido de garantir o funcionamento da Igreja Católica.

Em 1968, o papa Paulo VI quebrou essa tendência e pronunciou-se de forma invulgarmente clara sobre o futuro político português. Fez o voto, na posse de um novo embaixador, de que Portugal cedo vivesse numa "sã liberdade" do tipo normal na Europa Ocidental. Quando se deu o 25 Abril de 1974, os bispos no seu primeiro documento colectivo após o golpe apontaram para a importância de se caminhar para uma democracia pluripartidária. Uma democracia em que nenhum partido – isso era expressamente dito – poderia reclamar-se detentor dos princípios ou defensor dos interesses da Igreja. Claro que o CDS (que recuperou a velha etiqueta centrista) reclamava parte desses princípios, mas havia militantes católicos prestigiados até no MDP-CDE para não falar no MES, e, claro, no PS e PSD.

Os católicos portugueses queriam viver plenamente o novo pluralismo político. Uns valorizando mais a vertente social da doutrina da Igreja e pendendo para a esquerda. Outros valorizando mais a vertente moral e pendendo mais para a direita. Desse ponto de vista pode dizer-se que nenhum partido deve um particular favor à Igreja. Mas todos lhe devem um clima favorável à emergência de um pluralismo saudável.

Será o preço pago pela ausência de uma questão religiosa um Catolicismo privilegiado pelo Estado? É evidentemente uma questão legítima. Mas não creio. O Catolicismo português é privilegiado em relação a que padrão? No Mundo o que dominou totalmente até há um ou dois séculos (e nalguns países perfeitamente democráticos ainda hoje) foi o modelo de religião de Estado. Como Hayek argutamente recordava, até ao século XIX era impensável para a maioria das pessoas que um Estado pudesse deixar de ter a sua Igreja nacional.

E neste último século, até se pode dizer que o Catolicismo em Portugal tem sido prejudicado relativamente ao normal na Europa Ocidental. Viu todos os seus bens nacionalizados em 1910. Só muito parcialmente os recuperou em 1940. Nunca recebeu qualquer indemnização pelo resto. Não teve qualquer subvenção estatal directa como é comum no resto da Europa.

Se os católicos portugueses se têm destacado nalguma coisa é no privilégio de substituir o imprevidente Estado Providência português, num voluntarismo talvez nem sempre muito eficiente, mas revelador de capacidade de iniciativa e com muito auto-financiamento. O Estado Social em Portugal fechava no dia em que esse grande privilégio católico acabasse. De vez em quando ainda têm o privilégio de se entreter a fazer peditórios para evitar que as Igrejas que o Estado expropriou em 1834 e 1910 não caiam aos bocados. Igrejas que o Estado devotamente manteve na sua posse para ter a certeza da sua preservação como Património Nacional.

Acho normal, coerente, até corajoso, que a direita mais liberal de um Adolfo Mesquita Nunes e André Abrantes Amaral defenda nas páginas do número anterior desta revista a construção de um Estado mínimo distanciando-se também de parcerias com o catolicismo. Mas o que não vejo é grandes privilégios católicos para quebrar, ou hábitos católicos de dependência do Estado (ou dos partidos) para corrigir.

LICENCIATURA

- **Curso Superior de Gestão Imobiliária***
  1º ciclo de 3 anos conforme Processo de Bolonha

CEPI

Cursos certificados por
European Council of Real Estate Professions
www.cepi.be

MBAs

- **Avaliação Imobiliária*** 8ª Edição
- **Gestão, Promoção e Montagem de Negócios Imobiliários***

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Direito e Fiscalidade no Imobiliário**
- **Reabilitação Urbana**
- **Gestão das Cidades**
- **Patologias e Reabilitação de Edifícios**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Avaliação Imobiliária*** 9ª Edição
- **Angariador Imobiliário**
- **Mediação Imobiliária****
- **Gestão e Administração de Condomínios** 4ª Edição
- **Reabilitação Urbana**
- **Perito Avaliador das Finanças**
- **Perito Avaliador Judicial**
- **Marketing Imobiliário**

* Certificado pela CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
** Reconhecido pelo IMOPPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

18º Aniversário

ESAI
Escola Superior de Actividades Imobiliárias

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias
Tel.: 21.839.20.00 / Fax: 21.839.20.60 / E-mail: esai@esai.pt
Praça Eduardo Mondlane, 7C Marvila
1950-104 Lisboa
Homepage: www.esai.pt

Protocolos com:

Universidade de Salford Manchester, Reino Unido
Universidade de Fontys Eindhoven, Holanda
Fac. Católica de Ciências Empresariais da Baia S. Salvador, Brasil
Universidade Miguel Hernández Elche, Espanha
Universidade Nacional da Liberdade Lisboa
Liberdade Editora de Estudos Liberais
Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios
Associação dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia
Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária
Associação Nacional dos Avaliadores Imobiliários
Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
Sindicato Nacional dos Engenheiros
Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

PEDRO MARQUES LOPES

BLOCO DE QUÊ?

O Bloco de Esquerda define o futuro próximo nos dias 2 e 3 de Junho. Na V Convenção digladiam-se duas facções em luta intestina: a que pretende manter o discurso radical do passado e a que procura caminhar para o poder, ao lado do PS, moderando as bandeiras e as causas. Quem sairá vencedor?

O próximo congresso do Bloco de Esquerda a 2 e 3 de Junho – a chamada V Convenção – deverá definir um novo caminho no processo de evolução em curso. Entre os diversos e previsíveis conflitos que confrontam as várias facções que compõem esta agremiação, o duelo fundamental será aquele que irá opor os que pretendem transformar o BE num partido do sistema e… o resto do mundo: a multidão de gente que quer continuar a pertencer a um movimento radical anti-sistémico.

O Bloco de Francisco Louçã, assim parece, vai ter de tomar uma decisão estratégica *histórica*. Isto, aliás, já foi assumido de uma forma clara por alguns dirigentes. Ou se assume como um partido clássico – com o natural propósito de chegar ao poder –, ou se cristaliza como um agrupamento de protesto. Ou começa a fazer política efectiva, ou continua a ser a plataforma de lançamento de estrelas mediáticas que se julgam acima de qualquer crítica. Ou começa a trabalhar a sério, ou continua a ser o partido equilibrista que está ao mesmo tempo em X (são políticos de manhã) e em Y (criticam o sistema político à tarde, como se não estivessem lá incluídos).

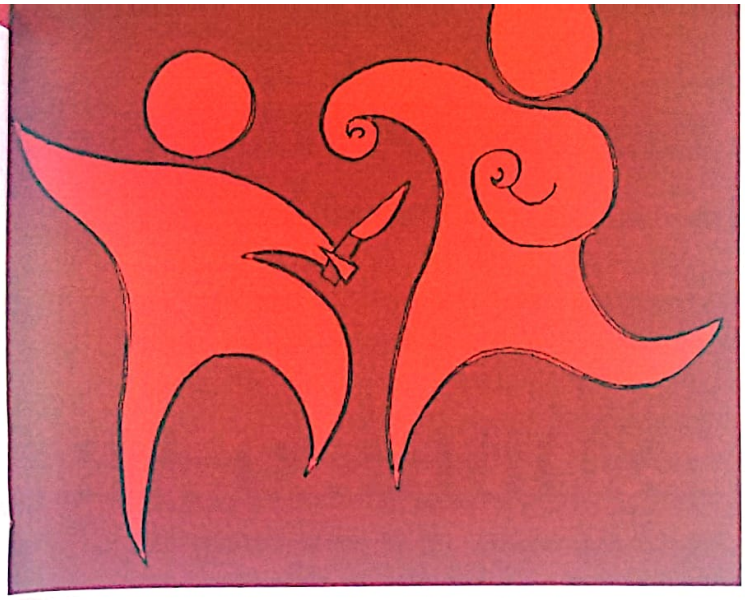
A primeira opção - assumir que é um partido de poder - obrigaria o Bloco de Esquerda a desenhar uma estratégia no sentido da aceitação institucional por parte do maior partido de esquerda, o Partido Socialista. Porque o Bloco só poderá chegar ao poder através de uma coligação com os socialistas. Ora, esta aproximação ao centro da política portuguesa exige que se corte com tendências que são ainda bastante influentes. O BE teria de cortar, sem ambiguidades, com o discurso que defende "a socialização da banca, dos principais meios de produção e da indústria" ou "a cooperação entre o Estado e as associações de produtores na planificação e na gestão dos objectivos económico-sociais, numa perspectiva de descentralização crescente, reduzindo progressivamente o mercado e suprimindo a exploração das pessoas pelas pessoas". Esquecer ainda que "a conquista do socialismo e do poder popular enfrentará a resistência do imperialismo global e das camadas burguesas dependentes da oligarquia financeira transnacional" ou que é "um processo que assenta no movimento popular e no seu desenvolvimento até formas superiores de luta". Isto que aqui se cita não saiu de um livro de história. Isto não é um discurso esquerdista dos anos 30. Isto existe, aqui e agora, em Portugal: são extractos da Declaração de Princípios da UDP (Abril de 2005, Lisboa). Se o BE pretende ser um partido do arco governativo, em alianças conjunturais com o PS, não pode pactuar com este tipo de discurso.

Certo é que uma inflexão "revisionista" em direcção à social-democracia trará, inevitavelmente, cisões internas. Este tipo de alteração ideológica atinge valores profundos de algumas das tribos ideológicas que compõem o BE. Tribos com a cabeça e a alma nos mitos de séculos passados (como já vimos, a UDP ainda vive nas mentiras radicais do século XX). Não nos podemos esquecer que grande parte das pessoas deste movimento provém de grupos de extrema-esquerda constituídos no pós-25 de Abril. Aqui, os chamados "desvios" ideológicos são consideradas terríveis traições. O esquerdista radical até tolera a traição conjugal. Mas é ponto assente que nunca aceita o desvio social-democrata do partido, a mais grave das blasfémias.

Pular a cerca

As facções radicais são inimigas viscerais dos que não se incomodam com as movimentações a caminho da social-democracia. Esta facção, a que podemos chamar a "direita" do partido, é composta por aqueles que nunca foram de extrema-esquerda - e *extrema-esquerda* deve ser entendida como aqueles que fizeram a proeza de estar à esquerda do PCP durante os anos quentes de Abril - e que já fizeram a "grande ruptura", ou seja, saíram do PCP há uns largos anos. É este grupo que menos se incomoda com o pular da cerca social-democrata. São também os que melhor compreendem a necessidade de atingir o poder, nos seus diversos níveis (autárquico, sindical, central, organismos públicos, etc.). O grupo compreende, por exemplo, que a única coisa que manteve o PCP como força política relevante após a queda do Muro foi a presença de comunistas em centros de poder, nomeadamente, autárquicos e sindicais. O que seria do PCP sem a CGTP? Aliás, até se pode dizer que a CGTP *é* o PCP no século XXI. O BE, para sobreviver, precisa de ter estas ligações à sociedade. O mediatismo de algumas estrelas já não chega.

A estratégia daqueles que recentemente se assumiram como social-democratas é clara: obtenção de aceitação institucional (chegar ao arco



O BE teria de cortar, sem ambiguidades, com o discurso que ainda hoje defende "a socialização da banca, dos principais meios de produção e da indústria". É o discurso dos radicais

da governabilidade) e aceitar as consequências dessa acção. Mais: pretende-se colocar pessoas em organismos públicos e afins. Só assim poderá o Bloco conseguir a chamada *clientela política* e a *respeitabilidade* institucional. Claro que estas movimentações são acompanhadas do legítimo objectivo de levar as convicções próprias do partido para os centros de decisão. Ou seja, o BE seria um partido como os outros. Perderia charme *cool*, mas ganharia poder. E poder é o que se pretende.

Na prossecução do objectivo de angariar mais votos, o Bloco poderia tentar entrar na área de influência eleitoral do PCP. Este caminho, porém, não parece viável. A capacidade de captar eleitorado no PC é muito reduzida, para não dizer impossível. O eleitorado comunista é envelhecido, violentamente reaccionário (não aceita qualquer mudança, muito menos mudar de partido) ou fortemente ligado ao movimento sindical (onde a presença do BE é residual ou inexistente). O mundo do PCP não é o mundo do Bloco. Além disso, a "esquerdização" do discurso dirigida a estes segmentos poderia pôr em causa, mais uma vez, a aceitação institucional por parte do PS.

Riscos da democracia

A linha de responsabilização política coloca sérios riscos. O primeiro é o da descaracterização do actual BE, levando-o a perder – como já referido – parcelas importantes do movimento. Depois, a viragem à direita seria, com certeza, aproveitada pelos comunistas. Mas o perigo maior, parece-nos, é a continuação das coisas tal como estão. A manutenção da actual linha impõe uma constante exploração das chamadas "questões fracturantes". Ora, estas causas começam, aparentemente, a ser escassas e cada vez menos exclusivas da esquerda (o debate do aborto, por exemplo, acabou e vai fazer muita falta). Neste sentido, o seguinte extracto da moção aprovada pela IV Convenção do BE parece claramente ultrapassado pela dinâmica dos tempos: «a chave da política para o crescimento do Bloco é uma intervenção social organizada que desenvolve movimentos e temas de ruptura, reforçando as suas características de movimento aberto para protagonizar uma política socialista».

O dilema central acaba por ser este: a esmagadora maioria dos militantes e membros dirigentes são ainda da extrema-esquerda de 1975, mas são sobretudo as figuras "sociais-democratas" que trazem os votos e, acima de tudo, a exposição mediática ao partido. Sem estas figuras, o Bloco transformar-se-ia, em muito pouco tempo, num grupo de radicais sem assento parlamentar. Como conciliar a maioria revolucionária e subterrânea com a minoria social-democrata e mediática? Eis o dilema. A chave da embrulhada bloquista está nas mãos de Francisco Louçã, placa de comunicação entre as facções desavindas. Como é que Louçã poderia vestir a pele de "traidor de classe"? Este filho da extrema-esquerda será capaz de engolir sapos sociais-democratas?

Em suma, a curiosidade está em saber se o BE consegue ser o primeiro movimento europeu deste género a conseguir a transição institucional sem perder a força e o eleitorado. A V Convenção vai, deste modo, definir se o BE veio para ficar ou se foi um breve fogacho na política portuguesa. O Bloco quer ser um bloco de quê? Quer ser um bloco de vaidade mediática ou um bloco que faz política como os outros?

Radicalismos à solta

«O BE é claramente um fenómeno centrista progressivo – isto é, oscila entre o marxismo e o reformismo, entre a revolução e as reformas – que vai da ruptura com o modelo neo-liberal à recusa da assumpção do projecto socialista – mormente na questão do partido e do programa – em nome de uma certa lógica keynesiana (in)conscientemente adaptada aos mitos da "indestrutibilidade do capitalismo" e do "fim da centralidade da classe operária".

Todavia, no interior do BE há componentes organizadas e activistas que rompem essa barreira reformista e visam claramente o socialismo. Estas contradições entre vias reformista e revolucionária estão em aberto num contexto em que a evolução do BE será condicionada pelos grandes índices económicos, pelos ritmos de conflitualidade social, pela situação política geral e pela linha de acção dos revolucionários no seu interior.

Contudo, o BE não é assumidamente um partido revolucionário e nem sequer tem um programa global. O BE é um movimento e não um partido com actuação concertada em todos os domínios da vida pública. O BE tem algumas definições programáticas em algumas áreas importantes (reforma fiscal, política de emprego, segurança social, toxicodependência e aborto), mas não construiu ainda um programa consensual em áreas como a Educação, a Saúde, a Justiça ou a Economia. Assim sendo, é óbvio que estamos diante de um programa mínimo e não há aqui espaço para o programa histórico do socialismo.»

[extractos do programa aprovado no I Congresso do Ruptura/FER. Lisboa, Abril 2000]

JOÃO MIRANDA

DIREITOS DE PROPRIEDADE SOBRE O AR

"Na polémica sobre o fumo em estabelecimentos privados abertos ao público foi alegado que o dono do restaurante não possui direitos de propriedade sobre o ar. Este argumento ignora o facto de um restaurante ser uma criação do seu proprietário que não retira direitos a ninguém"

O ar é um recurso natural que até ao início da Revolução Industrial podia ser considerado um recurso comum a todos e virtualmente infinito. O estatuto de bem comum em que um bem é explorado por todos sem quaisquer regras, acaba por gerar o fenómeno de Tragédia dos Comuns. Enquanto o recurso puder ser considerado infinito não ocorrem problemas graves. Quando a intensidade da exploração atinge um determinado patamar, o recurso deixa de poder ser considerado infinito. Como cada um dos utilizadores tem um incentivo muito maior para explorar o recurso do que para o conservar, o recurso corre o risco de ser destruído. O risco de esgotamento do recurso não é incentivo suficiente para que cada indivíduo contribua para a sua conservação. Como o risco é partilhado por todos e como ninguém tem nada a ganhar se contribuir unilateralmente para a conservação, todos têm um incentivo para explorar o recurso para lá dos limites da sustentabilidade.

O fenómeno de Tragédia dos Comuns ocorre a partir do momento em que a atmosfera passa a ser utilizada como depósito de resíduos industriais. Este uso enquanto depósito de gases industrias entra em conflito com o uso tradicional do ar enquanto depósito de um gás respirável. A tragédia ocorre porque o incentivo económico de cada um para poluir é maior que o seu custo enquanto utilizador do ar. Os ganhos do poluidor são individuais, os custos são dispersos pelo colectivo. Como nenhum poluidor individual tem um incentivo para não poluir, todos acabarão por poluir.

O fenómeno de Tragédia dos Comuns resolve-se por introdução de direitos de propriedade. A atribuição de direitos de propriedade sobre o ar a um agente que represente todos os utilizadores, habitualmente o Estado, pode ser uma solução. O Estado passaria a gerir o ar de acordo com a vontade expressa por um processo democrático. O principal problema desta abordagem é que o ar é gerido de acordo com a vontade da maioria, o que por vezes pode levar a decisões em que determinados utilizadores minoritários são injustamente prejudicados.

Uma alternativa passa pelo reconhecimento de direitos de propriedade individuais. Claro que não é possível estabelecer que a porção de ar à volta de cada indivíduo é propriedade sua. Este é um procedimento desadequado à natureza do ar. Felizmente o direito de propriedade não se limita ao direito de propriedade de um objecto ou de um espaço físico. Podem ser atribuídos direitos de propriedade com base no uso que é dado a um determinado recurso. Por exemplo, o direito tradicional nas aldeias portuguesas separa a propriedade da terra do direito ao uso da água, considera que determinados usos da água têm precedente sobre outros e permite a partilha do mesmo curso de água por vários utilizadores. Ou seja, os proprietários não são donos da água, são donos de títulos de utilização para fins específicos.

O ar pode ser gerido de forma semelhante. Tendo em conta que a espécie humana respira ar desde que apareceu no planeta, esse uso deve ter precedente sobre todos os outros. Isto implica que, por um lado, todos somos titulares do direito de usar ar para respirar, e que, por outro, ninguém pode contaminar o ar ao ponto de prejudicar esse uso. O direito de respirar ar puro deve ser entendido como um direito negativo de todos os seres humanos. Esse direito apenas requer que nenhum outro ser humano altere o estado inicial do ar. A poluição é uma interferência dos outros seres humanos que prejudica esse direito negativo.

Dado que existe um excedente, não propriamente de ar, mas de possibilidades de utilização sem sobreposição de direitos, o facto de todos termos o direito a respirar ar puro não impede que partes do ar possam ser temporariamente apropriadas para outros fins. É o que acontece, por exemplo, no interior de instalações industriais em que o ar é usado como matéria-prima ou como comburente. Desde que o uso não prejudique o direito a respirar ar puro, pode ocorrer a utilização simultânea para outros fins.

Na recente polémica sobre o fumo em estabelecimentos privados abertos ao público foi alegado que o dono do restaurante não possui direitos de propriedade sobre o ar. Nesta situação o ar seria um recurso partilhado entre os clientes e não um recurso ao dispor do proprietário. Este argumento ignora o facto de um restaurante ser uma criação do seu proprietário que não retira direitos a ninguém. O proprietário, tal como o dono de uma fábrica, limita-se a utilizar o excedente não aproveitado de possibilidades de utilização do ar puro, dentro da sua propriedade, para criar um novo serviço. A criação de um restaurante para fumadores acrescenta opções à realidade, porque para além de continuar a ser possível respirar como habitualmente, passa a haver um espaço privado aberto ao público onde se pode jantar e fumar ao mesmo tempo.

Memorando

De: Atlântico
Para: Dr. Teixeira dos Santos, Ministro das Finanças

Sabe o Sr. Ministro, por acaso, em que mundo vivemos? Terá noção que o cataclismo do modelo social europeu é o claro prenúncio de decisões que promovam a liberdade individual e limitem o carácter vegetativo do paternalismo estatal? Quer ou não reformar e actualizar o sistema fiscal português de forma a torná-lo numa alavanca da própria reforma da administração pública? Quer ou não promover a autonomia privada (dos cidadãos e das empresas)? Quer ou não atrair investimento, internacionalizar a economia e, horror dos horrores (agora, sim!) criar emprego?

Um sistema fiscal moderno depende de quatro pilares. Se o Sr. Ministro quiser continuar a estrangular a vida diária dos portugueses, continue a fazer o seu trabalho e a ir de quando em vez ao Parlamento e às reuniões do ECOFIN mostrar os extraordinários avanços da colecta pública! Que, diga-se, é cada vez maior, à custa do contribuinte. Qualquer dia oficializa-se a escravatura fiscal em Portugal, Sr. Ministro. Politicamente é possível proceder à reforma que propomos. Possível, desejável e com proveitos a longa duração. Siga, então, os quatro caminhos da fortuna.

Comece pela eficiência económica. A tributação deve ser a mais baixa possível, não deve distorcer as decisões dos operadores nem desencorajar a iniciativa, o esforço individual, o crescimento económico e a competitividade internacional da economia. Quanto mais neutro for o sistema, mais os agentes procuram o lucro pelo investimento na produção; quanto menos neutro ele for, mais os indivíduos e as empresas preferem investir em planeamento fiscal (não reprodutivo), estruturando os negócios na minimização fiscal e não no benefício económico Para além do investimento, os impostos altos desencorajam a poupança, assim como a progressividade desencoraja o trabalho e promove o lazer.

Vamos dar início a uma justiça fiscal concreta? Vamos a isso. Deve caminhar-se para a proporcionalidade da tributação, em detrimento da actual progressividade. Deve ser introduzido no sistema o conceito do utilizador-pagador. Depois, não devemos excluir da análise as modernas experiências de *flat taxes*, levadas a cabo em alguns países com economias emergentes, nomeadamente no leste da Europa. A Eslováquia já ultrapassou Portugal? Qual é o espanto? A Eslováquia tem uma *flat tax* fixa de 17% sobre o IRC e sobre o IRS.

Simplicidade e transparência: sabe o que significam? Pois bem, os impostos devem ser, tanto quanto possível, claros, fáceis de entender, de calcular e de colectar. A actual complexidade cria lacunas e vazios legais. Pior: a malha legal portuguesa criou um jogo de permanente perseguição e fuga entre os especialistas e o legislador, que não tem outra arma a não ser a sobreregulação das relações tributárias.

A simplificação (nomeadamente da rede de deduções) permite a redução de custos dos contribuintes e do Estado – cuja administração fiscal pode, inclusivamente, colocar na actividade inspectiva a grande parte dos funcionários com funções meramente burocráticas.

E, enfim, chegámos ao ponto que as mentes mais idealistas detestam: estabilidade e previsibilidade. Uma vez logrados os princípios anteriores, as alterações à lei fiscal devem ser mínimas e esporádicas.

Não assuste quem não merece o choque. Assuste aqueles que querem continuar a ter um padrasto carinhoso, o Estado. O mundo, Sr. Ministro, é altamente competitivo. Portugal nunca o foi. E este fardo histórico é visível hoje na máquina fiscal; uma máquina que afugenta os portugueses para outros países. Países mais justos, onde trabalhar compensa, onde não se arranca metade dos rendimentos mensais a cada cidadão responsável. A asfixia tem limites e o oxigénio está mesmo no fim.

Boa noite e boa sorte.

DALILA RODRIGUES EM ENTREVISTA A FÁTIMA VIEIRA:

"O MODELO DE GESTÃO DOS MUSEUS INCENTIVA A INDIGÊNCIA"

Nos museus portugueses a situação é de "dependência paralisante", "pobreza orçamental" e "precariedade total". Praticamente nada vai mudar com a lei orgânica para o novo Instituto dos Museus e da Conservação, resultante da fusão do Instituto Português de Museus e Instituto Português de Conservação e Restauro. **Dalila Rodrigues**, directora do Museu Nacional de Arte Antiga, não esconde o seu forte desapontamento

O que acha da nova lei orgânica para o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) na qual depositava tantas expectativas?

Numa avaliação global, penso que não resolve os actuais problemas dos museus portugueses, uma vez que se mantém uma igualitária e paralisante dependência estatutária da tutela para os 29 museus, como se todos tivessem a mesma importância, o mesmo mérito e o mesmo desempenho. Há dois aspectos positivos nessa nova lei orgânica, que de facto correspondem às minhas expectativas, e que são a possibilidade de gestão dos apoios mecenáticos directamente angariados pelos museus e a retenção da receita gerada pelo aluguer de espaços. Embora a lei seja muito mais abrangente, no que respeita à vida dos museus portugueses estes são os dois únicos aspectos positivos a destacar, sendo que tudo o resto se mantém.

Portanto estamos ainda muito longe da autonomia que reclama?

Estamos muito longe da autonomia de que este museu precisa para se desenvolver e afirmar tanto a nível nacional como a nível internacional.

Segundo o director do IMC, Manuel Bairrão Oleiro, a autonomia financeira é uma utopia, só faz sentido quando as receitas são muitíssimo mais elevadas do que as obtidas pelos museus portugueses.

É uma utopia pensar que o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) terá um dia o número de visitantes que tem, por exemplo, o Louvre. Tenho consciência, evidentemente, da diferença de escalas. Mas não tenho dúvida de que a falta de visitantes e as magras receitas geradas são também o resultado do actual modelo de gestão, que não só não premeia o mérito como incentiva a indigência. E a nova lei orgânica não altera esta situação. O processo de comercialização da imagem, hoje um sector decisivo, mantém-se na estrita dependência da tutela, ficando os museus privados dessa fonte de receita. O mesmo sucede com a totalidade da receita mensal proveniente da bilheteira e da loja (o resultado da venda não apenas do *merchandising*, mas também de catálogos e livros). Ora, retirar a totalidade da receita mensal ao organismo que a gera, independentemente do seu desempenho, é injusto e desmotivante. Confesso que me surpreendeu o facto de se manter a gestão centralizada das lojas, sem que os directores tenham qualquer poder decisório. De resto, discordo também da actual política normalizadora quanto aos produtos. Cada museu deveria apostar num *merchandising* próprio. Não me interessa nada ter no MNAA réplicas de azulejos do Museu do Azulejo, sobretudo quando não tenho um postal do apostolado de Zurbarán.

Bairrão Oleiro minimizou as reivindicações de autonomia, dizendo que a questão não é consensual, que as queixas são apenas de um ou dois directores. É assim, está praticamente só nas suas reivindicações?

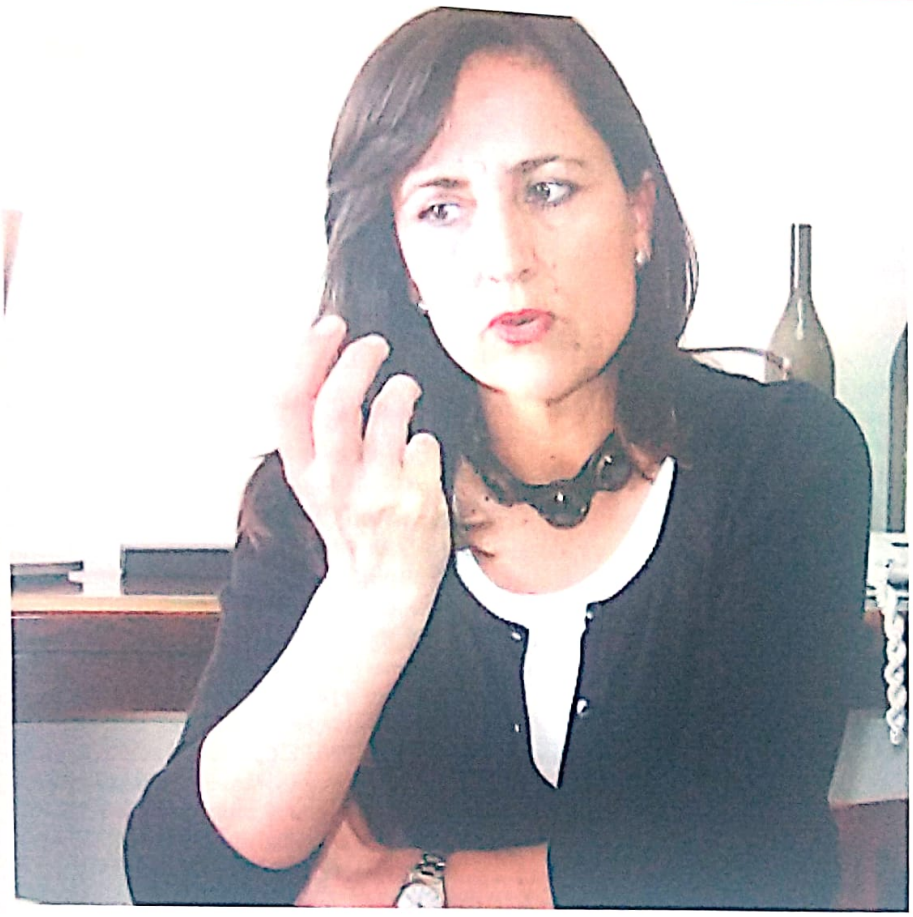
Eu reclamo a autonomia do MNAA porque tenho a responsabilidade de o dirigir e de o defender, e sou de opinião de que alguns museus deveriam ser entregues às autarquias. Compreende-se, portanto, que não seja a totalidade dos directores de museus a reclamar a autonomia; de resto não concordo que os 29 museus fiquem autónomos. Os exemplos internacionais são, neste aspecto, muito claros: em toda a Espanha, por exemplo, só o Prado e o Rainha Sofia são autónomos.

Este ano manifestou a sua indignação pela redução do apoio mecenático que angariou para o MNAA, (que recebeu apenas 360 mil euros do montante atribuído pelo Millennium BCP, em vez dos 500 mil entregues no ano passado). Como é que será essa distribuição no próximo ano?

Não faço a mais pequena ideia.

Também este ano, a falta de vigilantes trouxe à luz a situação de ruptura a que chegaram os museus. Considera que o problema foi devidamente resolvido?

O problema foi resolvido apenas tempora-



"Reclamo a autonomia do Museu Nacional de Arte Antiga porque tenho a responsabilidade de o dirigir e de o defender. Alguns museus deveriam ser entregues às autarquias"

riamente, uma vez que, no caso do MNAA, se efectuaram dez contratos de tarefa, por um período de três meses, neste momento em fase de renovação por mais três meses.

E depois volta tudo ao mesmo?
Espero que não!

Além da falta de vigilantes, quais são os principais problemas que o MNAA enfrenta actualmente?
A dotação orçamental é absolutamente deficitária, servindo apenas para fazer face a despesas de manutenção. As verbas para a programação anual, isto é, para actividades que vão das exposições temporárias à conservação e ao restauro ou à frente editorial, foram este ano de apenas 360 mil euros. Esta situação de subfinanciamento, juntamente com o défice no sector da vigilância, coloca-nos, de facto, numa situação particularmente difícil.

Podemos concluir que o MNAA está em crise?
Se falarmos em crise no MNAA, falamos em crise nos museus portugueses.

E podemos falar em crise nos museus portugueses?
Podemos falar em crise nos museus portugueses e podemos dizer que há largos anos vivem nesta situação, com crescente aceleração dos problemas que a geram. Não há como ocultá-lo. Apesar de neste momento decorrerem obras de requalificação estrutural em alguns museus, em Évora ou em Aveiro, por exemplo, tal facto não desculpa a degradação de edifícios, museografias, condições de exposição nos restantes museus, sobretudo no principal museu português.

Quando aceitou o cargo (no final de 2004) estava ciente de todas estas dificuldades, ou foi pior do que o que esperava?
Estava ciente de todas as dificuldades excepto de duas, datadas deste ano. A primeira foi o facto de não ter sido concedido ao museu a totalidade do apoio mecenático. Em pleno processo negocial, fui muito clara quando informei quer o director do IPM quer o mecenas que não aceitava menos de 500 mil euros anuais pelo mecenato exclusivo, justamente porque precisava de uma programação dimensionada à escala do museu e à expectativa dos públicos. A redução do apoio mecenático acordado foi injusta e desmotivante. A segunda dificuldade que me surpreendeu foi a situação de ruptura gerada pela falta de vigilantes. Nunca supus que não fossem tomadas medidas para evitar a situação de encerramento, que há muito se adivinhava com o fim do programa do Mercado Social de Emprego, um programa que servia para resolver, não estruturalmente, mas de ano a ano, a questão da vigilância. Nunca imaginei ter de fechar cerca de 40% do percurso expositivo do MNAA.

Quais considera que foram os seus grandes êxitos à frente do museu?
Penso sobretudo no imenso trabalho que há a realizar. Mas sinto alguma satisfação pelo trabalho diário que tem vindo a ser feito pela equipa, e que nem sequer assume visibilidade, como, por exemplo, a reorganização das reservas, a limpeza das zonas de armazenamento, a formação dos vigilantes na área de relações interpessoais e competência de atendimento, e que fazem com que sinta o museu mais qualificado. Em termos de impacto junto do público, a programação de exposições temporárias parece-me estruturada em critérios que têm tido sucesso: exposições organizadas a partir de colecções próprias, como foi a dos desenhos, ou de uma nova aquisição, como a pintura de Frei Carlos, e uma grande exposição internacional, no ano passado a Colecção Rau, e este ano *O Brilho das Imagens*, que lamento não ter mais público, porque é uma extraordinária exposição. Como historiadora de arte tenho imenso orgulho em tê-la programado.

Quando exposições desta qualidade não se traduzem num êxito, o que é que falha?

"A falta de visitantes no Museu de Arte Antiga e as magras receitas geradas são também o resultado do actual modelo de gestão, que não só não premeia o mérito como incentiva a indigência"

Falha a resolução de problemas estruturais, que são fundamentalmente dois: o actual modelo de gestão e a acessibilidade Repare, o Prado e o Louvre têm uma clara centralidade no tecido urbano e o acesso garantido através dos mais diversos meios de transporte. O MNAA inscreve-se numa zona privilegiada da cidade do ponto de vista da paisagem, mas tem apenas como meio de acesso o autocarro e não tem estacionamento. Os públicos que aqui vêm são públicos muito esforçados. É evidente que nós, portugueses, não conseguiremos ter os públicos do circuito do turismo internacional que o Prado ou o Louvre têm. Mas também não fazemos nada para tal. Nem para garantir o acesso dos públicos nacionais escolares ao património artístico de referência. Confesso que não compreendo e não me conformo com este desinvestimento nos museus portugueses.

Como se poderia resolver o problema da acessibilidade?

Poderia resolver-se através da ligação desta zona da cidade ao rio e através da requalificação dos edifícios abandonados na zona de Santos. De resto, o arquitecto Souto Moura chegou a idealizar uma passagem pedonal, com elevador, sobre a 24 de Julho, que serviria não apenas o museu mas também o seu envolvente.

E o projecto ficou na gaveta?

Era suposto que a Câmara Municipal de Lisboa assumisse este projecto como uma prioridade. O professor Carmona Rodrigues tinha-me garantido o seu empenho na execução do projecto, e agora terei com certeza oportunidade de apresentá-lo ao novo presidente da Câmara, que espero que esteja receptivo à ideia de eleger como prioritária a resolução desta questão.

Mas mesmo resolvendo-se estes problemas haveria sempre o da falta de hábitos enraizados de fruição cultural em Portugal...

Os portugueses visitam muito pouco os seus museus, é verdade, mas fazem-no no estrangeiro. Os museus terão alguma responsabilidade nisso, mas não tenho qualquer dúvida em considerar que a principal responsabilidade resulta do desinvestimento do Estado. O Estado não pode considerar a Cultura um acessório e não pode deixar os seus museus chegar à situação a que chegaram: uma situação de sub-financiamento, de precariedade total, que evidentemente se reflecte ao nível dos públicos.

Para si qual deve ser o papel dos museus?

Entendo que os museus (de arte), além do entretenimento e do prazer, devem ser assumi-

Podemos falar em crise nos museus portugueses e podemos dizer que há largos anos vivem nesta situação, com crescente aceleração dos problemas que a geram. Não há como ocultá-lo

dos como instrumentos fundamentais de formação estética e histórica. Essa educação é, evidentemente, não formal, mas deve ser um complemento obrigatório à formação obtida nas escolas. Os museus devem considerar não apenas as exposições temporárias, mas também uma programação científica assumida enquanto tal. É fundamental também que saibam comunicar os seus conteúdos aos diversos públicos, que sejam mais assertivos nas programações e definam com muito clareza que tipo de público pretendem atingir.

O espectáculo, a festa, surge cada vez mais como estratégia para levar mais público, sobretudo jovem, aos museus, mas isso não se traduz num interesse real pelas exposições...

Nunca programei uma festa que não tivesse uma clara articulação ao museu e que não procurasse, mais ou menos directamente, funcionar como uma forma de aproximar do museu os públicos que vêm à festa. Por exemplo, este ano, no Dia Internacional dos Museus, a festa mais não foi do que o prolongamento da inauguração de uma exposição de arte contemporânea, assumida como mediadora da arte antiga.

Na programação há uma aposta forte nas colecções internacionais. O acervo do museu não tem capacidade para atrair mais visitantes?

Tem. E posso dar como indicador o livro de sugestões do museu, o *feed back* do público relativamente à qualidade das colecções e da programação.

Com esta pressão dos números não se está a querer transformar os museus mais em máquinas de produção de eventos que de conhecimento?

Sempre me preocupei com o aumento de públicos em proporção directa com o aumento da qualidade das programações. De resto, a lógica do aumento dos públicos por si só não me interessa nada, ainda por cima quando o museu nem sequer tem o incentivo de poder ficar com a receita proveniente das bilheteiras. Em termos financeiros, o facto de o museu ter um visitante ou ter um milhão de visitantes tem exactamente o mesmo peso. É a lógica perversa que se verifica com as lojas e o *merchandising*: ter como receita 1 cêntimo ou 1 milhão, significa, no final do mês, para os museus, exactamente a mesma coisa.

O que acha desta ministra da Cultura?

Não vou responder a essa questão, por motivos que são óbvios.

Então pergunto-lhe o que acha da estratégia para a Cultura... Se no panorama actual fazem sentido, por exemplo, iniciativas como a vinda do Hermitage, ou a criação do Museu Mar da Língua Portuguesa...

Enquanto os museus portugueses, e particularmente o grande museu português, o MNAA, enfrentarem problemas como os que enfrentam actualmente, não posso concordar que sejam desviados para outros fins as magras verbas disponíveis no Ministério da Cultura.

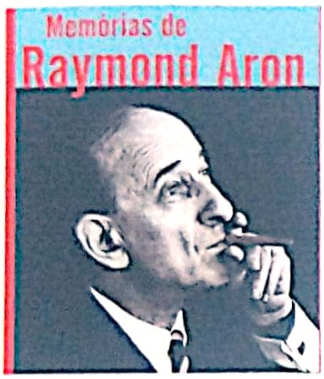
Antes de ser conhecida a nova lei orgânica, pôs a hipótese de sair do MNAA no final da comissão de serviço, em Novembro. Agora, perante uma lei que deixa quase tudo na mesma, essa hipótese mantém-se?

Desde que soube que o apoio mecenático não ia ser dado ao museu na totalidade e que as verbas do POC (Programa Operacional de Cultura) iam ser canceladas, procurei encontrar formas de minimizar os efeitos dessas perdas. No que respeita à minha permanência na direcção do MNAA depois de Novembro, a decisão cabe à ministra da Cultura.

"O Estado não pode considerar a Cultura um acessório e não pode deixar os seus museus chegar à situação a que chegaram: uma situação de sub-financiamento, de precariedade total"

GOSTOS

LIVROS



ARON

RAYMOND ARON, *MEMÓRIAS*, LISBOA, GUERRA & PAZ, 2007 [1983], 671PP.

HENRIQUE RAPOSO

Isto não é uma crítica. É uma celebração. Consta que a primeira palavra que balbuciei foi "Aron" e não "Gu-gu da-da". Não esperem, portanto, grande contenção nesta prosa. Raymond Aron (1905-1983) foi a maior figura intelectual do século XX e, como diria Borges, encontrou o destino dos grandes: transformou-se num adjectivo, *aroniano*. Um adjectivo que sintetiza uma atmosfera intelectual própria, uma maneira de ver o mundo

Nestas memórias, Aron oferece-nos uma visita guiada ao seu longo percurso intelectual. O autor recorda os seus livros e polémicas, desde o caos dos anos 30 até às incertezas dos anos 80. A Guerra Fria («paz impossível, guerra improvável») tem óbvio destaque. Esta foi uma época marcada por uma *batalha* de ideias na qual «a mente ou o coração dos homens estava em jogo» (p. 206). Aron foi o navio almirante dessa batalha; defendeu os EUA e a NATO contra as hordas de amantes da URSS lideradas por Sartre. E Aron faz questão de recordar algo que já estava fora de moda nos anos 80: sem a NATO e sem a integração da Alemanha na NATO, a França nunca teria participado na construção europeia a par de uma Alemanha novamente soberana e armada. Sem o «egoísmo esclarecido» (p. 549) dos americanos não teríamos a Europa de hoje («o plano Marshall obrigara os europeus, alemães incluídos, a trabalhar em comum», p. 236).

Mas hoje, mais do que a História, o que interessa recuperar é o tal espírito *aroniano*. E o que é ser-se *aroniano*? É praticar o cepticismo e, por isso, recusar o papel de intérprete «da consciência universal» (p. 536). É lutar pelo pluralismo («o Ocidente só vive e sobrevive pelo pluralismo», p. 632). É proteger o valor da humildade perante os clássicos («um ano de familiaridade com a obra de Kant curou-me, de uma vez por todas, a vaidade», p. 23). É ser capaz de fazer a ponte entre a teoria e a realidade, entre o jornalismo e a academia. Aron, jornalista e académico, criticava quem vivia apenas no «universo de algodão» académico (p. 191). É desconfiar dos Príncipes (p. 521). É recusar o quentinho ideológico e sair para o frio analítico, ou seja, é ver o mundo tal *como é*, e não *como deveria ser*. É criticar revolucionários («pode-se ser marxista-leninista e inteligente, mas nesse caso, não se é honesto», p. 629) e reaccionários («nacionalistas ou reaccionários pertencem a um universo no qual eu nunca poderia respirar», p. 588). É ter o gostinho de ouvir os adversários confessar que é melhor errar com Sartre do que ter razão com Aron. É, enfim, recusar «crenças milenaristas ou racionalizações conceptuais» e preferir «a experiência, o saber e a modéstia» (p. 626). Ámen.

UM LIVRO DESTES EM CADA SALA DE AULA!

JOHN GLEDSON (ORG.), *CONVERSA DE BURROS, BANHOS DE MAR E OUTRAS CRÓNICAS EXEMPLARES*, LISBOA, COTOVIA, 2006, 342 PP.

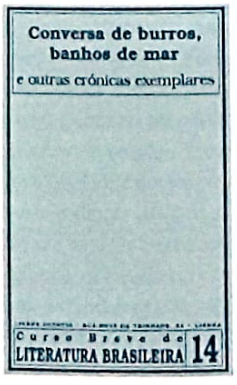
BERNARDO PIRES DE LIMA

O Brasil é um ilustre desconhecido de Portugal, embora o inverso também seja verdade. Muito por culpa do umbiguismo lusitano que tanta ignorância acarreta, temos passado ao lado da literatura brasileira, um manancial de bem escrever, de criatividade, de inovação linguística e de pluralismo intelectual. Por exemplo, um homicídio de uma avó é um "vovocídio" nas palavras de Stanislaw Ponte Preta. Sinceramente, não estou a ver isto nas páginas dos jornais portugueses. Na imprensa lusa, sangue é para ser relatado, não satirizado.

Mas este livro é uma compilação de um estilo: a crónica. Definida no Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira (1980) como um «género menor, cujas fronteiras imprecisas confinam com as do ensaio de ideias, do memorialismo, do conto e do poema em prosa...», prova este emaranhado de prosa que de menor a crónica nada tem.

No décimo quarto volume do curso breve de literatura brasileira, dirigido por Abel Barros Baptista, a crónica brasileira passa a conto e o poema sai em prosa. De Machado de Assis a Olavo Bilac, passando por Drummond de Andrade e terminando em Clarice Lispector, o Brasil da última centena e meia de anos cabe nas suas palavras mordazes. Mas há mais e agradáveis surpresas. Rubem Braga e Lima Barreto que entrelaçam estórias do quotidiano carioca com jornadas de jornalismo político. Mendes Campos, o já citado Stanislaw e a infortunada Clarice Lispector, que no humor do detalhe acaba por não ofender ninguém se apresentar a crónica como um pequeno conto.

Bem sabemos que a ideia não era reunir exaustivamente todos aqueles que se destaca-



ram nas páginas dos matutinos brasileiros, mas não viria mal ao mundo se dois colossos do género tivessem merecido destaque. Falamos de Paulo Francis e Nelson Rodrigues. É certo que sobretudo o último tem já editado volumes de crónicas (políticas, mundanas, futebolísticas) à venda nas livrarias portuguesas. Mas deixá-los de fora quando marcaram as gerações seguintes acaba por trazer alguma mágoa ao leitor mais ferrenho. Nelson não era homem para se preocupar com isso (a Feira do Livro de Paraty deste ano dedica-lhe o certame). Mas Francis talvez não achasse muita graça.

É A EPISTEMOLOGIA, ESTÚPIDO!

GUY VERHOFSTADT, *OS ESTADOS UNIDOS DA EUROPA, LISBOA*, GRADIVA, 2006, 90PP.

HENRIQUE RAPOSO

O medo em relação ao exterior é a marca da Europa. Guy Verhofstadt, primeiro-ministro belga, reconhece isso: o «medo do "canalizador polaco"» e o «medo das economias do Sudeste Asiático» (p. 13) dominam os europeus. O problema é que este medo é acompanhado por uma incompreensão do mundo. A elite europeísta não percepciona a actual política internacional porque, simplesmente, não raciocina em termos políticos. Verhofstadt, por exemplo, vê a *política* através de lentes *económicas* e *geográficas*.

Este cavalheiro belga encara a Ásia como um bloco económico uno que ameaça a Europa. Vários actores políticos (China, Índia, Japão) são, assim, colocados no mesmo saco. Verhofstadt não percebe que não existe *Ásia*, mas sim diversos estados asiáticos, com diferentes regimes políticos. A par do determinismo económico existe o determinismo geográfico. A elite europeísta está sempre a falar da necessidade de sofisticação ao nível do diálogo, multilateralismo, etc. Porém, quando analisa o mundo não-europeu, esta elite acaba sempre por revelar a visão menos sofisticada possível, isto é, reduz a política à geografia. Verhofstadt vê o mundo nestes termos: continente europeu *vs.* continente asiático *vs.* continente americano. O *continente* (geografia) é elevado à condição de *actor* (política). O mundo, quando observado por esta lente europeia, é um sítio onde os homens são

Guy Verhofstadt
Os Estados Unidos da Europa

determinados por estruturas económicas e limites geográficos. Não há política, não há vontade dos estados. E, claro, o cavalheiro belga instiga a Europa a agrupar-se para fazer frente aos «outros continentes»; somente os Estados Unidos da Europa, diz-nos o autor, podem proteger e projectar os europeus. Naturalmente, a realidade *discorda* desta visão. A política internacional, no século XXI, não se divide por linhas geográficas ou por meros blocos geográficos/económicos. As alianças entre estados saltam por cima das contingências geográficas. Ao usar apenas a economia e a geografia, Verhofstadt, por exemplo, separa os EUA (continente americano) do Japão e da Índia (continente asiático). Erro crasso. É que através da política bilateral (variável desconhecida por Verhofstadt), os EUA estão interligados com o Japão e começam a interligar-se com a Índia. As democracias tendem a aliar-se, apesar da distância geográfica.

Este livro procurava ser uma revitalização da Europa depois do fracasso de 2005 (*não* francês). Acaba por ser a demonstração da incapacidade analítica europeia. Na Europa, não se pensa em termos políticos (estados, regimes políticos, alianças). Qualquer problema é pequeno quando comparado com esta incapacidade... epistemológica.

GARANTIA DE PERPETUAÇÃO

DAVID CASTAÑO, *PATERNALISMO E CUMPLICIDADE: AS RELAÇÕES LUSO-BRITÂNICAS (1943-1949)*, LISBOA, AAAHD/MNE, 2006, 206 PP.

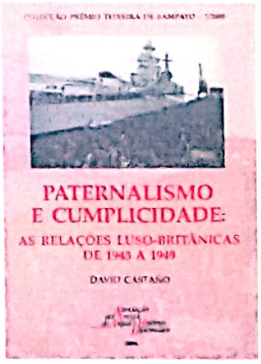
BERNARDO PIRES DE LIMA

Este livro é dos poucos que anualmente saem das prateleiras universitárias para publicação. Alerta prévio: há inúmeras teses e trabalhos de investigação que mereciam outro tratamento das editoras nacionais. David Castaño é um destes casos. E este livro parte de uma questão essencial para a história do século XX português: como se explica a longevidade do consulado de Salazar e da ditadura portuguesa? O autor foca-se na dimensão externa, entre o final da Segunda Guerra Mundial e a criação da NATO – da qual Portugal foi membro fundador – e na aliança com a Grã-Bretanha, nesta época aquela a quem Salazar mais se devotou.

Primeiro, o livro explica que esta relação bilateral sustentou o regime no plano internacional e se pautou por um paternalismo do lado de Londres. Na ausência de oposições políticas organizadas em Portugal e crendo na capacidade estabilizadora que Salazar dava ao país – uma "ditadura humana", na visão inglesa –, tornou-se inevitável um estreitamento de relações bilaterais. O regime, por seu lado, garantia o apoio (ou pelo menos a não hostilização) das duas potências principais euro-atlânticas, a Grã-Bretanha e os EUA, sedimentando-se internamente.

Segundo, este livro mostra que a par do paternalismo britânico sobre a «imaturidade política portuguesa», factor que era entendido como propício a uma liderança do tipo salazarista, existiu uma cumplicidade entre Lisboa e Londres a três níveis: militar (a Grã-Bretanha voltou a ser um dos principais fornecedores a Portugal), económico (o principal parceiro comercial de Portugal em 1948) e colonial (Churchill entendia que uma derrocada da presença portuguesa significaria uma avanço de Moscovo).

Para Londres, o Estado Novo era um mal menor. Para Salazar, a manutenção no poder via no aprofundamento das relações com a Grã-Bretanha uma garantia. A entrada na NATO e o pedido de adesão à ONU (1946) foram →



duas armas de afirmação interna e de cooperação com o Ocidente anti-comunista, o que ajuda a explicar, pelo menos neste plano, a longevidade do regime.

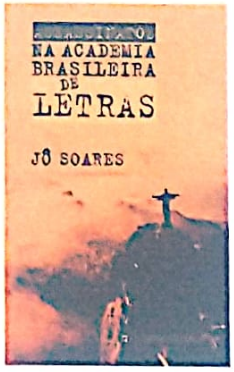
MACHADO QUE NÃO É DE ASSIS

JÔ SOARES, *ASSASSINATOS NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS*, LISBOA, EDITORIAL PRESENÇA, 2006, 190PP.

FILIPA D'AVILLEZ

O tema não é desconhecido, muito menos para Jô Soares. Trata-se aqui de um romance policial bem apimentado com o bom humor a que o autor já nos habitou, quer ao vivo, quer na sua escrita fluída que nos faz esboçar sorrisos ao longo de todo o livro. *Assassinato na Academia Brasileira de Letras* reporta-nos ao Brasil do início dos anos vinte do século passado, mais especificamente em direcção ao boémio Rio de Janeiro. Acompanhamos a construção do Cristo Rei, somos convidados para a inauguração do Copacabana Palace e vamos diversas vezes tomar chá ao *Petit Trianon*, com todos os *Imortais* da Academia Brasileira de Letras. É neste meio excêntrico, repleto de personalidades (ficticias e não fictícias) que conhecemos e acompanhamos o policial Machado Machado nas investigações dos *Crimes do Penacho*, onde uma série de *Imortais* da Academia são envenenados de forma brutal e impiedosa sem motivo aparente, como acontece em qualquer crime em série.

A construção das personagens continua a ser o ponto forte da escrita de Jô. Com o fantástico Sherlock Holmes, no livro *O Xangô de Baker Street*, (Lisboa, Editorial Presença, 1996), que se encantava com o ritmo e a musicalidade brasileiros, entregando-se às tentações da carne nos braços da «morena» mais bela do Rio de Janeiro e arredores, já tínhamos vislumbrado esta capacidade de dar cor e ritmo a uma das personagens mais sérias e cinzentas da literatura de ficção britânica. No caso deste livro, Machado Machado não foge à regra, e é tal como Sherlock Holmes, um personagem simplesmente divinal. Um policial de classe média brasileira, dotado de um intelecto cultural extenuante, filho do escrivão Machado de seu nome, eterno apaixonado pelo escritor Machado de Assis, que não resistiu em chamar ao filho o mesmo nome do seu ídolo criando assim esta repetição sonora



que ao longo do livro o autor aproveita para engendrar deliciosas situações do mais refinado humor. Ao acompanharmos a história somos confrontados com diversas pistas que o horrendo assassino vai deixando no campo de visão de Machado, desafiando o leitor a ajudar o policial e o seu companheiro Penna-Monteiro, o médico legista, a desvendá-las. Tem um defeito esta obra: deixa-nos adivinhar o fim e rapidamente apanhamos o assassino.

No entanto, a lírica do bom humor leva-nos pelas 190 páginas como uma rápida viagem ao Rio de Janeiro na sua época de glória e *glamour* gerando um romance descontraído, comandado por um policial original, que nos conquista a cada página.

1914-1918

MARTIN GILBERT, *A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL*, LISBOA, A ESFERA DOS LIVROS, 2007 [1994], 909PP.

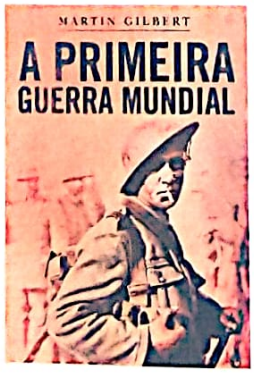
HENRIQUE RAPOSO

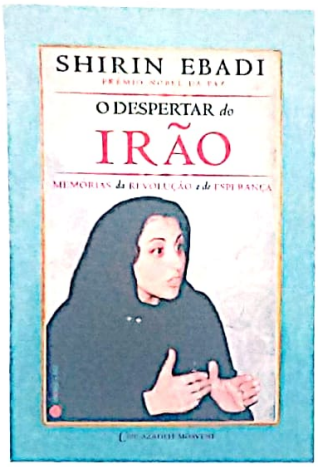
É um hábito: olhamos para a II Guerra Mundial, desprezamos a I Guerra. A II Guerra está sempre na linha de fogo do nosso olhar. A cultura ocidental produz uma constante barragem de livros e filmes sobre o período 1939-45. As trincheiras ideológicas da Guerra Fria (que ainda são as nossas) olham para 1945 como um momento fundador. Em consequência, esquecemos a I Guerra. Mas, caro leitor, repare em algumas das expressões que acabámos de utilizar: *barragem*, *trincheiras*, *linha de fogo*. São I Guerra vintage. Como salienta Sir Martin Gilbert, estas expressões, que ainda usamos diariamente, são o resultado da influência invisível da I Guerra Mundial na psique europeia: as «imagens e os ecos da Primeira Guerra Mundial continuam presentes na consciência pública» (p. 796). A ocorrência posterior da II Guerra e do Holocausto ofuscou o impacto de 1914-1918. Mas esse impacto foi fortíssimo. A brutalidade da guerra das trincheiras (aliados: 5 milhões de soldados mortos; potências centrais: 3.5 milhões de baixas) ainda sobrevive na memória europeia. Em 1984, a França e a Alemanha escolheram a I Guerra, e não a II Guerra, como palco da sua reconciliação: Kohl e Mitterrand deram as mãos num dos campos de batalha marcantes da I Guerra (Verdun).

A grande riqueza de *A Primeira Guerra* é a forma como Gilbert integra o indivíduo/soldado no quadro estratégico global. Temos a perspectiva do general e do soldado. Acompanhamos as grandes movimentações no mapa, mas também respiramos o ar pestilento da trincheira. E, devido a esta proximidade com o real, encontramos aqui algo que tem sido desprezado pela historiografia contemporânea: o drama dos acontecimentos e a forma como os indivíduos (e não abstracções ou estruturas) reagem aos ditos acontecimentos no terreno e na hora.

Todavia, por longos períodos, este esforço descritivo transforma o livro num relato demasiado seco. Gilbert empilha factos numa prosa sem um fio condutor claro. Não raras vezes, sentimo-nos perdidos no meio de tantos mortos, batalhas e decisões tácticas. Gilbert é um capitão ausente: não escolheu um rumo para o seu livro; deixa o barco à deriva num mar de descrições. O historiador tem de saber cortar o supérfluo. Gilbert, neste livro, não foi particularmente acutilante nesse ponto. A intenção era louvável: respeitar a memória dos homens que morreram na I Guerra. Só que as boas intenções ainda não fazem bons livros. Em *A Primeira Guerra*, há demasiada memória e pouca história.

Em todo o caso, estamos obviamente na presença de um livro interessante. E à jovem editora *A Esfera dos Livros* (que revelou um cuidado exemplar na edição) recomendamos a tradução de *1914-1918* (David Stevenson, 2004), provavelmente o livro mais completo sobre a I Guerra.





PROCURAM-SE MAIS MODERADOS PARA O IRÃO

SHIRIN EBADI, *O DESPERTAR DO IRÃO: MEMÓRIAS DA REVOLUÇÃO E DE ESPERANÇA*, LISBOA, GUERRA & PAZ, 2007, 238 PP.

BERNARDO PIRES DE LIMA

Com uma população jovem a rondar os 70 por cento e com crescentes reservas quanto ao radicalismo que a República Islâmica retomou após a liderança de Khatami, o Irão é hoje um caso de preocupação para a segurança internacional e para os equilíbrios no Médio Oriente. Além disto tem, provavelmente, uma das sociedades civis mais dadas ao desconhecimento ocidental. É sobre esta lacuna que a Nobel da Paz (2003) se propôs escrever uma autobiografia, que acaba por ser um bom retrato social e político das últimas quatro décadas do Irão.

Escrito a quatro mãos, com a correspondente da *Time* em Teerão, Azadeh Moaveni, Ebadi percorre a primeira parte do livro com fortes críticas ao regime do Xá Reza Pahlavi, quer por ter "entregue" o país às mãos das principais potências ocidentais (EUA e Grã-Bretanha), quer por se ter imposto a um período de democracia iniciado em 1951, com a eleição de Mohammad Mossadegh, amado pelos iranianos por ter nacionalizado a indústria petrolífera. Embora o período liderado pelo Xá seja várias vezes descrito como uma marioneta dos interesses norte-americanos, o certo é que a lei iraniana era aberta ao percurso livre das mulheres e reinava uma relativa liberdade na sociedade. Contudo, este espírito anti-americano aliado a algumas violações por parte do regime, levaram a que, em 1979, o exilado ayatollah Khomeini proclamasse com o apoio do povo – e de Shirin Ebadi – a República Islâmica, adoptando a vertente xiita do Islão e assegurando que a «vida de uma mulher vale metade da de um homem».

Ebadi fez carreira na magistratura. Um brilhante percurso que vê interrompido pelo regime fundamentalista. No entanto não abandona o país, sai inúmeras vezes em defesa pública de presos políticos, dos direitos das mulheres, é presa e humilhada, mas não escapa ao traço contínuo deste livro: os sentimentos nacionalistas e, sobretudo, anti-ocidentais são inúmeras vezes valorizados em relação à existência de uma sociedade aberta no regime islâmico. Espírito este que, mais tarde, conduziria ao benefício da dúvida em relação aos ayatollahs – que naturalmente a desiludem – recuando o Irão até às práticas punitivas e legais do século VII.

A lutadora Shirin Ebadi é exemplo de perseverança na sociedade iraniana que o Ocidente vê como una, indivisível e profundamente fechada. Este livro prova que a realidade é bem diferente.

NÃO HÁ FIM DE HISTÓRIA

ANDRÉ COMTE-SPONVILLE, *O CAPITALISMO SERÁ MORAL?*, MEM MARTINS, EDITORIAL INQUÉRITO, 2006, 186PP.

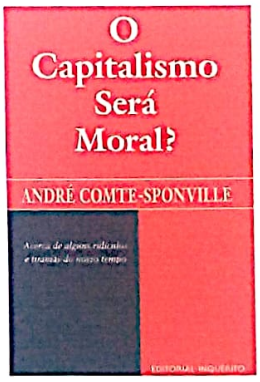
HENRIQUE RAPOSO

Será o capitalismo moral? Para responder a este dilema, o filósofo francês Comte-Sponville (n.1952) começa por enumerar três ordens: (1) tecnocientífica, (2) jurídico-política e (3) moral. A ordem tecnocientífica (em que se inclui a economia) lida com o que é cientificamente possível. É uma ordem não-moral, logo, incapaz de se limitar a si própria. Há que limitá-la a partir do exterior. Como? Através da ordem jurídico-política, a legalidade. Porém, a legalidade política não é sinónima de legitimidade moral. Uma lei pode ser imoral. Entra aqui a terceira ordem, a moral: já não estamos no campo da *possibilidade* material ou da *legalidade* positiva, mas sim no campo da *legitimidade*. A moral é o «limite negativo» (p. 54) que ninguém pode pisar.

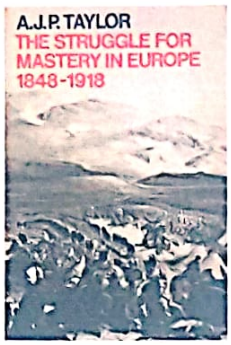
Posto isto, Sponville afirma que o capitalismo não é moral nem imoral. É amoral, como qualquer actividade da ordem tecnocientífica. É isto negativo? Não, diz-nos Sponville. O capitalismo é o melhor sistema económico. Ponto. E é só isso. Ao contrário do marxismo, o capitalismo é só uma *praxis* económica e não um projecto de redenção da sociedade. O erro do marxismo «foi pretender submeter a economia à moral» (p. 74). O marxismo tentou abolir o abismo que separa a moral da economia. Resultado: o marxismo abriu portas a um «humanismo criminoso» (p. 96).

Tendo em conta esta linha de raciocínio, Sponville critica a forma como muita gente anda a tentar construir uma moral baseada no sucesso do capitalismo. Alguns anarco-capitalistas (já não são liberais) tentam fundir a moralidade com a economia, tal como fizeram os marxistas. Nesta visão, quem abre as portas ao capitalismo é automaticamente *benigno*, mesmo quando estamos a falar de ditadores (muitos desculpam Pinochet da mesma forma que a esquerda desculpa Fidel Castro). Estes anarco-capitalistas partilham uma obsessão com os marxistas do passado: a revolta contra a Política. Acham que encontraram o fim de história, a era pós-política onde uma poção mágica que unifica economia e moral põe termo aos conflitos e tensões entre homens.

Sponville vem recordar que não há saída para a condição trágica da história. *Trágica* no sentido da negação da *Dialéctica*, isto é, não há «nenhuma síntese plenamente satisfatória», não existe uma «reconciliação definitiva e total» (p.117). Não houve fim de história marxista. Não há fim de história capitalista. É impossível fundir economia e moral. São dois campos distintos em permanente tensão. É por isso que precisamos da Política, a plataforma de diálogo entre a *possibilidade* económica e a *legitimidade* moral.



HENRIQUE RAPOSO



PARA UM EUROPEÍSMO CONSERVADOR

A.J.P. TAYLOR, *THE STRUGGLE FOR MASTERY OF EUROPE, 1848-1918*, OXFORD, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1977 [1954], 638 PP

O *alfarrabista* regressa a A.J.P. Taylor (1906-1990), um dos grandes historiadores britânicos do século XX. Depois de *Europe, Grandeur and Decline*, entramos neste *The Struggle for Mastery of Europe*. E a relação entre esta página e Taylor não ficará por aqui. Porquê tanta insistência neste autor? Porque ler Taylor é o antídoto perfeito contra a amnésia histórica vigente na Europa.

A ortodoxia europeísta encurtou a História. Bruxelas decretou que 1957 (tratado de Roma) é o ano zero. O que está antes de 1957 é assunto tabu. Ora, este bloqueio em relação ao passado acaba por esconder alguns factos considerados inconvenientes pelos europeístas. Um desses factos é o seguinte: em 1918, «a Europa deixou de ser o centro do mundo» (p. 568). Com a entrada decisiva dos EUA na I Guerra Mundial, os europeus deixaram de ser auto-suficientes e o seu destino passou a estar em mãos não-europeias. A Europa, outrora o centro do mundo, «passou a ser meramente a "questão europeia"» (p. xxxvi), ao lado da "questão do médio oriente" e da "questão do extremo oriente". A luta pela supremacia na Europa entre os cinco grandes europeus (Reino Unido, França, Prússia/Alemanha, Rússia e Áustria), aqui descrita por Taylor, acabou por ditar o esgotamento das potências europeias e a emergência de um mundo pós-europeu. Hoje, quase um século depois de 1918, os europeus ainda têm dificuldade em aceitar este facto. Mas o pior é que a amnésia histórica, projectada pelos ideólogos dos Estados Unidos da Europa, impede que os cidadãos europeus percebam a verdadeira grandeza da Europa de hoje. Vejamos porquê?

Quando estuda o século XIX, o europeu de 2007 constata que, afinal, é um felizardo. Na Europa de *The Struggle for Mastery in Europe*, o segredo era o ponto dominante. A «guerra de gabinete» (p. 170), decidida somente nos corredores da diplomacia, sem consideração pela opinião pública, era uma marca deste estranho mundo. A Europa, entre 1848 e 1918, era um mundo de segredo e para o segredo. Este livro é, no fundo, uma descodificação desse enredo sigiloso.

A cultura do secretismo, dominante entre políticos, criava a tensão entre Estados. Por exemplo, entre 1909 e 1911, ingleses e alemães encetaram negociações no sentido de controlar a corrida naval, mas o «único resultado foi o aumento da suspeição nos dois lados» (p. 461). Entre a França e o Reino Unido, «a suspeição» (p. 405) era a marca dominante. Neste ambiente de equilíbrio de poder, era impossível conhecer as reais intenções do campo oposto. As fronteiras eram mesmo paredes opacas que ocultavam os planos dos Estados. Confiar num Estado vizinho era sempre, mas sempre, um passo no desconhecido. A suspeição era a moeda de troca.

Taylor afirma, e bem, que a paz europeia do século XIX foi mantida devido ao equilíbrio de poder. Taylor critica, e bem, aqueles que vêem no equilíbrio de poder a causa da I Guerra. A Guerra de 1914-1918 estalou porque, precisamente, o equilíbrio de poder deixou de ser respeitado (p. 528). Os ingleses, convencidos da sua superioridade naval, desprezaram-no («*splendid isolation*», p. 382); os alemães, após 1905, quiseram substituí-lo por uma hegemonia alemã. A tese de Taylor está certa. O problema é que Taylor estica demasiado a corda, dando a entender que apenas o equilíbrio de poder garante a paz entre Estados.

Este livro é de 1954. Ainda não existia integração europeia. A NATO dava ainda os primeiros passos. Portanto, Taylor desconhecia os efeitos de uma nova organização da política europeia. Nós, em 2007, sabendo o que se passou entre 1954 e a actualidade, temos o dever de dizer que o equilíbrio de poder não é uma lei imutável da política. Existem outras formas menos instáveis de manter a ordem entre Estados. A anarquia pode ser domesticada por uma *ordem liberal* assente em regras positivas que advêm da partilha de regras e de valores por repúblicas kantianas (o *equilíbrio de poder* baseava-se apenas numa regra negativa: a inviolabilidade da esfera de influência de um Grande Poder).

Na Europa oitocentista do equilíbrio de poder, tudo era incerto. As alianças eram apenas temporárias coligações de vontade criadas contra ameaças conjunturais. Nada era estável. A «única relação estável na Europa era a solidariedade entre a Rússia e a Prússia contra a Polónia. E mesmo esta tinha um carácter negativo» (p. 142). Não havia previsibilidade. Ora, a persistência das kantianas NATO e UE representa a negação desse passado instável e a consumação de um novo tipo de ordem internacional. Sim, é impossível abolir a anarquia entre Estados. Sim, as relações entre Estados serão sempre marcadas pelo segredo. Todavia, é possível diminuir a presença do segredo e da anarquia. Aquilo a que chamamos *Ocidente* (NATO e EU) é isso mesmo: um grau de confiança e previsibilidade sem precedentes na História.

Na esperança de criar um futuro federal e celestial, a ortodoxia europeísta prefere esquecer o passado europeu. Nós, europeístas um pouco mais modestos, preferimos recordar esse passado pré-1957. Porque só assim podemos usufruir da Europa que já construímos. A Europa de hoje discute o pão com manteiga da PAC. Coisa chata? Sim. Mas há um século, os excitadíssimos europeus discutiam as dimensões dos couraçados. A Europa de hoje é chata, mas é uma utopia quando comparada com a Europa do século XIX. Essa Europa era excitante, mas era também perigosa e imprevisível. A política quer-se chata. Para que tenhamos tempo para o essencial.
Não ser o centro do mundo não é assim tão inconveniente, senhores.

FILMES

TRANSPORTE PÚBLICO PARA A REDENÇÃO

SHORTBUS, JOHN CAMERON MITCHELL
TÍTULO ORIGINAL: *SHORTBUS*; INTERPRETAÇÃO: SOOK-YIN LEE, PAUL DAWSON, LINDSAY BEAMISH, PJ DEBOY; DRAMA; 2006

ALEXANDRE BORGES

Lembro-me de ver gente sair a meio de *Irréversible*, de Gaspar Noé. De *La Pianiste*, de Michael Haneke. De mais dois ou três títulos, todos audazes na apresentação do sexo e dos comportamentos sexuais. Eu só por uma vez abandonei um filme, e já bem a mais de meio. *Der Rosenkönig*, de Werner Schroeter. E fui tarde. Aquelas duas horas, passadas a despejar copos de água no oceano ou a tentar discutir as provas da existência de Deus com um semáforo, teriam sido bem melhor empregues. E a fita nem sequer tinha remotamente a ver com a exploração do bíblico acto da cópula; atinha-se mais à cabal demonstração da não menos evangélica imbecilidade. Mas adiante. Agora, veio *Shortbus*. Eu não saí, ninguém saiu, mas oiço dizer que, em várias outras sessões, houve desertores.

["Desertores". Hum… Pausa na redacção. O cursor anda para cima e para baixo, chega a apagar a palavra, vai ensaiar um sinónimo mais suave. Mas, depois, não. Arrepende-se e repõe. "Desertores" está perfeito. Tem a ver com falta de coragem, falso pudor. Moralismo irritante, pelo menos. Podemos seguir.]

Mais que não seja, Mitchell é honesto. Avisa logo ao que vem. Os cinco primeiros minutos do filme, em abertura sinfónica pelos quadros dos vários protagonistas, apresentam, de pronto, as imagens mais cruas. É uma espécie de "fale agora ou cale-se para sempre". Se resistir à dominatrix ressentida, ao casal que, decerto, conseguiu uma qualquer autorização para praticar a sua vida íntima para lá das implicações da lei da gravidade e, sobretudo, ao contorcionista que arranjou forma de aceder directamente ao *fellatio*, sem passar pela nem sempre eficaz casa da conversão de terceiros, consegue tudo.

E, no entanto, garantem os relatos que me chegam, não foi por aqui que os representantes dos bons costumes sentiram a pontadinha no coração que os mandasse para os cuidados intensivos da realidade exterior. Não. Eles resistiram, remoendo o choque com a certeza de que não poderiam esbanjar assim, sem dar luta, o dinheirinho do seu bilhete. Cinco euros não podem só pagar cinco minutos. Até num táxi daria para mais. E fixam-se às cadeiras, provavelmente soprando para os espectadores em volta a declaração de revolta pela ignomínia a que estão a ser sujeitos, até que o pequeno Papa dentro deles não suporte mais um segundo daquela monstruosidade e os faça pular do lugar, deixando a sala com passos determinados e sonoros, para que todos os sintam e, sobretudo, se sintam. Sintam-se inferiores, imorais, uns depravados que, para não saírem em épico cortejo atrás deles, só podem estar mesmo a gostar daquele cerimonial ao grotesco.

Só não é caso para dizer "mais fica" porque, pela própria definição da arte, o cinema, consumido por um ou por um milhão, chega sempre ao utente inteiro, completo, redondo. Mas há um certo gozo acrescido. Um tempero. Sabe ainda melhor.

Shortbus, agora com John Cameron Mitchell, depois de *Hedwig And The Angry Inch*, sentado somente de um dos lados da câmara é, sobretudo, uma obra de uma extraordinária alegria. É sentido de humor em estado puro, não para o mero entretenimento, mas como forma tão legítima como o drama de procurar um hipotético sentido de vida, um caminho para a salvação. Gay, certamente. Gay, de homossexual, numa importante parte de si, mas gay, de alegre, na substância, no esqueleto, no todo. *Shortbus* não está nem aí para teses politiqueiras de retrato social, de crítica psico-sociológica à sociedade americana ou mundial e à sua falta de abertura ou pudor ingerido em *overdose*, quando a civilização ainda era pequenina; está bem depois disso e dos pretensos armários e tentativas ressentidas de sair deles. É descomprometido, solto e, portanto, feliz.

No eixo da história, está um bar que é o microcosmos onde habita a notável galeria de personagens da película. Lá, mora uma banda – a Hungry March Band –, que conta com um coro que actua de pernas para o ar, com soutiens em forma de lábios e dois olhos por restante *linge-* →

rie; um relações públicas "glamsexual" (género acabado de cunhar pelo linguista de ocasião Alexandre Borges), que é Justin Bond, "as himself", e um conjunto de salas onde a orgia é o mais familiar dos jogos sexuais. Há homens e mulheres, *straights*, gays e bissexuais, novos e velhos, casais e solteiros, gente anónima e um *mayor* dos *eighties* nova-iorquinos (cabe-lhe uma das frases mais estandartes do filme: "Nova Iorque é o sítio para onde todos vêm quando querem ser perdoados."). E há aqueles de quem a câmara se aproxima mais: James (Paul Dawson), um ex-prostituto que não consegue entregar-se inteiramente a ninguém, nem sequer a Jamie (PJ DeBoy), o seu companheiro nos últimos cinco anos; Sofia (Sook-Yin Lee), uma terapeuta sexual com vida íntima hiperactiva com o marido, mas nenhum orgasmo no currículo; e Severin (Lindsay Beamish), a *dominatrix* de carreira que só deseja uma relação normal com alguém. Ora bem. Uma colecção de peregrinos à procura da felicidade.

Ironicamente, se o sexo, em geral implícito ou tratado com sombras pela generalidade do cinema, se oferece, nesse mesmo cinema, como apogeu do percurso do eventual casual protagonista, em *Shortbus*, onde é explícito, evidente e, já agora, real (pormenor curioso: na ficha técnica, a lista de figurantes – "extras", em inglês – é encimada pela etiqueta "sextras"), não salva ninguém. É ponto de passagem, mas não de encontro. Porque a felicidade supracitada depende de mais, de uma completude que aqui só a portentosa banda sonora de *Shortbus* acaba por nomear: "Love Will Take Over", na voz de Ari Gold. Ou "In The End", tal modo interpretada por Justin Bond que apetece seguir atrás, em marcha tresloucada, felliniana. E há ainda Yo La Tengo, Azure Ray, Animal Collective.

No fim, sai-se... Bem, sai-se feliz. É um pouco superficial? É. Mas ninguém me tira da cabeça que as depressões só começaram quando os artistas meteram na cabeça que tinham todos de ser muito profundos.

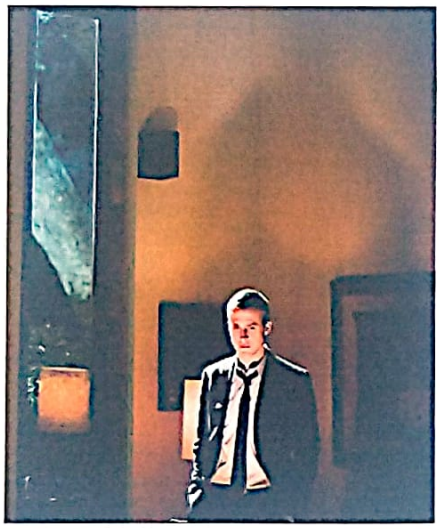
ESPECTADOR PROCURA *THRILLER* PARA RELACIONAMENTO SÉRIO

RUPTURA, GREGORY HOBLIT
TÍTULO ORIGINAL: *FRACTURE*;
INTERPRETAÇÃO: RYAN GOSLING, ANTHONY HOPKINS, DAVID SRATHAIM, ROSAMUND PIKE; THRILLER; 2007

ALEXANDRE BORGES

Este mês, seria, talvez, mais natural que se escrevesse sobre *Pirates Of The Caribbean – At World's End*, mas tenho medo. Da última vez que se rodaram duas sequelas de uma só vez – *Matrix Reloaded* e *Revolutions* – deu no que deu. *No further questions*. Havia outra saga a bater-se por ter mais público que o Papa, de visita ao Brasil: *Spiderman III*. Mas a crítica não ocuparia mais do que uma linha: Homem-Aranha era mais adulto quando existia só numa revista de banda desenhada. E haveria, por fim, *Zodiac*, o ansiado regresso de David Fyncher, se a distribuidora simpatizasse com visionamentos de imprensa. Mas não simpatiza. Ok. Vamos ver *Fracture*, aliás, *Ruptura*.

Duas notas prévias: um, o crítico é 11 dias mais velho que o protagonista Ryan Gosling. Isto, caro leitor, é uma tragédia. Repete aquela fase dramática em que o Benfica já tinha jogadores mais novos que nós. Não é que nos faça sentir velhos; dá-nos é a ver que, enquanto nos desunhávamos a tentar chegar a qualquer lado, houve outros tipos que, muito mais depressa,



foram bem mais longe. *Hélas*. Dois, temos saudades de *thrillers*, mas de *thrillers* bons, mesmo. Duma coisinha decente, que nos encoste às cordas, que nos deixe com problemas de coluna de tanto tentar deslindar o mistério; que nos ponha de rastos, porque o *thriller* é a única situação em que o célebre "quanto mais me bates, mais gosto de ti" é legítimo.

Mas ainda não foi desta. Não é *Fracture* que nos mata o desconsolo. Porta-se bem, não tem uma resolução óbvia, prende a respiração em algumas sequências, mas termina a avaliação com um "suficiente", um "satisfaz". Não mais.

O *plot* começa com uma perversão com potencial, mas, ao fim de 20 minutos, já colocou a carne toda no assador e tudo o que temos por descobrir é onde raio Crawford (Hopkins) enfiou a arma do crime. É pouco, embora a solução resista protegida até ao final. De resto, não há qualquer dúvida sobre quem seja o culpado, a vitória dos bons sobre os maus é uma questão de tempo e o argumento jamais se adensa com novos detalhes. A perversão inicial, inscrita na *storyline* – um homem traído mata a mulher e o detective chamado a investigar o caso é o amante da falecida – é desperdiçada numa personagem pouco mais que inócua.

Gregory Hoblit, o realizador, tem trabalho feito no género, mas só em televisão – *Hill Street Blues, NYPD Blue, LA Law* – porque em cinema não há mais que *Primal Fear* para mostrar. Daniel Pyne, um dos argumentistas, vem também com credenciais no policial: *Miami Vice* (a série) e *The Manchurian Candidate*. Mas aqui, um e outro não arrancam mais do que uma história para um bom episódio televisivo, adaptado ao grande ecrã apenas por esticão.

O elenco cumpre. Gosling é bom, a David Strathaim basta abrir a boca e a Rosamund Pike passear-se pelo *set*. Mas, depois, há Anthony Hopkins e dele espera-se bem mais que isto: contentar-se com uma personagem com maneirismos e idiossincrasias de Hannibal Lecter, mas sem canibalismo. Pífio, portanto.

Falta dizer que *Fracture* falha no essencial: na presunção. Um *thriller*, mais do que qualquer outro género, tem de estar à altura das suas intenções, porque todo o seu interesse reside no jogo de forças com a inteligência do espectador. Isto é, um *thriller* só é bom se for mais inteligente do que nós. De modo que nos dá a aparência perfeita. Coloca todos os pormenores a bater certo para que só um falhe e o espectador se esfole a tentar encontrá-lo. *Fracture* não tem isso. Tem um título que não faz sentido, um *slogan* – se olhares de perto, verás que toda a gente tem um ponto fraco – que não corresponde à chave da história e pormenores recorrentes, como umas irritantes maquinetas onde rolam esferas, sem qualquer relevância para o enigma final.

Enfadonho.

DISCOS

MEMÓRIA FUTURA

MAX RICHTER
SONGS FROM BEFORE
FAT CAT/ FLUR 2006

RICARDO GROSS

Existem músicos cuja biografia a obra pouco ou nada explica. No caso de Max Richter (n. 1966), ela ajuda a perceber alguma coisa. A família de Max mudou-se da Alemanha para Inglaterra quando ele era criança. Refiro-me à família nuclear, uma vez que muitos dos seus parentes não abandonariam a pátria. O facto poderá justificar o carácter desterritorializado das composições de Richter, mas não é totalmente seguro que o faça. Nada é totalmente seguro, avançamos, por isso, de suposição em suposição. A sua formação no cânone clássico teve lugar na Universidade de Edimburgo, à qual se seguiu residência, em Florença, junto de Luciano Berio (1925-2003), figura central da história da música do século XX e precursor no recurso à electrónica aplicada à escrita erudita. Esqueçamos o que poderia Berio pensar (paz à sua alma!) do trajecto do pupilo Richter até ao presente *Songs From Before*, sobre o qual recai a nossa atenção. Antes ainda, importa referir os dez anos que Max Richter passou no projecto Piano Circus, que ousou encomendar partituras a talentos da envergadura de um Arvo Pärt, Brian Eno, Philip Glass ou Steve Reich. Nos anos 90, Max viria a trabalhar com os Future Sound of London (ambient *techno*, estão a ver...), e se o seu interesse pelo uso de samplagens (processo no qual se retira uma porção de música gravada para ser utilizada num contexto musical novo) ao vivo era prática corrente com o Piano Circus, o mergulho no mais fundo das potencialidades da electrónica, na criação de atmosferas e na sugestão de memórias conheceria avanço definitivo de que *Songs From Before*, a par de *The Blue Notebooks*, são magníficos testemunhos.

O idioma musical de Richter é francamente literário e cinemático. Em *Songs From Before* os interlúdios dão-nos a escutar, na voz de Robert Wyatt, textos de Haruki Murakami, de modo absolutamente nada enfatizado. As narrações são tal como os temas instrumentais despoletadores do imaginário e do inconsciente. Como se Max Richter estivesse já a constituir, partindo da criação no tempo presente, uma qualquer memória futura. Ao fim e ao cabo fictícia, a nível iminentemente factual, mas que se projecta ao mesmo tempo para lá e para antes da nossa contemporaneidade. Em *Songs From Before* ouvem-se piano, violoncelo, violino e viola, em cima dos quais Richter exerce cuidada manipulação sonora. Como se de fotografias se tratasse, o músico revela cada composição apenas na medida da sua sensibilidade estética. Há como que uma "sujidade" depositada sobre grande parte dos temas, que pode sugerir-nos a imagem do pó acumulado sobre fotografias já de si amarelecidas. Poeira sobre memórias, também musicais, que remetem para o universo de Michael Nyman (em particular nas faixas *Autumn Music 1 e 2*), para o filme *Europa* de Lars von Trier, para a deriva existencial e literária *sebaldiana* e até para um prolongamento instrumental da trova melancólica dos The Divine Comedy. Vê-se que Max gosta do grão, da estática, da marca do antigo colocada sobre partituras de pendor neoclássico. Não esperem um dia que seja para fazerem vossa esta belíssima memória futura.

O TROMPETISTA TRANQUILO

ARVE HENRIKSEN
STRJON
RUNE GRAMMOFON/ ANANANA 2007

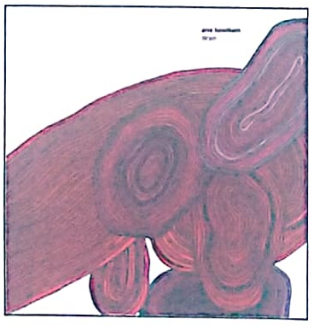
RICARDO GROSS

Sempre entendi que a influência mais presente no som de Arve Henriksen vinha do igualmente trompetista Jon Hassell (n. 1937). Hassell alinhou com Brian Eno e Harold Budd no pioneirismo da música ambiental e com Eno foi ainda mais longe, até àquilo que recebeu a designação de "música do quarto mundo", que (re)produzia em estúdio sons e manipulações electrónicas com divisões rítmicas e/ou samplagens provenientes da música tradicional das remotas regiões do planeta. Nessa altura o norueguês Arve Henriksen (n. 1968) era ainda criança de liceu. Anos mais tarde, entre os seus 19 e 23, Arve faria formação no Conservatório de Trondheim, muitas horas entretanto decorridas sobre experimentações caseiras em torno de sequências electrónicas improvisadas, que vieram a estar agora na base de algumas composições de *Strjon*, disco que este ano lançou, e de novo pelo selo Rune Grammofon, onde se vem projectando desde o início do milénio. *Strjon* remete para a designação medieval da terra onde Henriksen nasceu. Tem nome de rio – o rio Stryn –, na costa oeste da Noruega, e procura traduzir em música o efeito de espanto e de acalmia que o espectáculo da natureza provoca: teoria e prática que no universo da *pop* se encontram personificadas na obra dos islandeses Sigur Rós.

Strjon deixa também perceber para os que estiverem familiarizados com os anteriores registos de Arve Henriksen na Rune – *Sakuteiki*, de 2001, e *Chiaroscuro*, de 2004 –, o quanto que representa de resenha dos caminhos trilhados, ao mesmo tempo que busca novas paisagens de serenidade e contemplação: como se da procura de uma espiritualidade pagã se tratasse. Será porventura menos belo que *Chiaroscuro* (que em linguagem estritamente musical e onomatopaica procurou traduzir uma profundidade – espacial e emotiva – equiparável à que os pintores atingem trabalhando com efeitos de luz e sombra); não tão depurado quanto *Sakuteiki* (CD em que Henriksen celebrou, sozinho, no trompete e restantes instrumentos, o impacto causado pela descoberta do som do *shakuhachi*, espécie de flauta associada com o Budismo Zen e com o Japão mais tradicional). Mas *Strjon* revela por outro lado, um alinhamento onde convergem os principais interesses de Henriksen em matéria de exploração de uma possível ideia de escultura sonora que se constitui, camada após camada, com toda a liberdade possibilitada pela sobreposição e colagem electrónicas. *Strjon* é também um registo que surge no momento em que Arve deixou de ser conhecido somente nos contextos do jazz e da electrónica, tendo adquirido notoriedade suplementar pelo trabalho desenvolvido com David Sylvian, no interior do projecto Nine Horses, onde igualmente se destacam Burnt Friedman e Stina Nordenstam.

É como se um ciclo se fechasse, na medida em que as intervenções de Arve, hoje, na superior discografia de Sylvian, remetem para o mesmo papel que coube a Jon Hassell nos anos 80: tempos de *Brilliant Trees* e de *Alchemy – An Index of Possibilities*.

A lógica perene é talvez a do cuidar – como na "poda" – de uma certa tonalidade sonora, frágil, muito próxima da respiração, logo, da voz humana (que também se escuta a espaços neste *Strjon*), que de Hassell a Henriksen (não esquecendo gente ilustre como Miles Davis, Chet Baker ou Don Cherry) faz escola na valorização da pureza do som e na construção de atmosferas musicais de introspecção, quase silêncio e aquietamento mental.



desde 1943
TRICANA

TRICANA

Mestres em Tapetes há mais de meio Século

Persia Isfahan _2,16 x 3,17

COLECÇÃO «CLÁSSICOS INTEMPORAIS»

www.tricana.pt

Flag Store

ATENDIMENTO APÓS O ENCERRAMENTO COM MARCAÇÃO PRÉVIA ATRAVÉS DO TELEFONE 919 540 682

LISBOA P 213 512400 | LISBOA 213 165900 | PORTO P 226 096200 | AVEIRO P 234 314810 | COIMBRA 239 482459 | CASCAIS P 214 848052 | ALMANCIL P 289 399323 | PORTIMÃO P 282 485257 | FUNCHAL P 291 762539

ARTES

BERARDO EM SÃO BENTO

3D-COLECÇÃO BERARDO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
TERÇA A DOMINGO DAS 10H ÀS 18H
ATÉ 19 DE AGOSTO

FÁTIMA VIEIRA

Uma escada reluzente em vidro e aço (*Stairway* de Danny Lane) ergue-se por estes dias junto à fachada da Assembleia da República, como um convite para que a escalemos e entremos pela janela para onde ela se dirige. No lado oposto está o que parece ser uma monumental aranha de aço pintado a vermelho vivo (um *stabile* de Alexander Calder). Um ano depois da inédita exposição da Fundação de Serralves (*O Poder da Arte),* a Assembleia da República (AR) deixa-se invadir de novo pela arte contemporânea, desta vez escultura da Colecção Berardo. Em vésperas da inauguração do museu de todas as polémicas no Centro Cultural de Belém, a mostra surge como uma operação para promover a colecção e o novo espaço.

Jean-François Chougnet, o director do Museu Berardo, seleccionou cerca de três dezenas de esculturas de artistas nacionais e internacionais que se espalham pela entrada, pisos térreo e superior, claustro e jardins de São Bento, em diálogo com o espaço onde se inserem (numa mostra que também inclui fotografias de Hamish Fulton e Bernd & Hilla Becher). A proposta é uma reflexão sobre a evolução da escultura ao longo do século XX, marcada por novas práticas que estilhaçaram os limites tradicionais desta arte, dando-lhe uma outra vitalidade.

À entrada, um casal exuberante na cor, na forma e no gesto, moldado em resina e poliéster (*Les Baigneuses* de Niki de Saint Phalle), anuncia o campo de possibilidades inesgotáveis que se abriu à escultura nos últimos 100 anos e se revela nas peças expostas lá dentro.

No átrio principal, uma figura surrealista (*Femme à la Demi-Tête*) de Max Ernst, concebida como um "cadavre-exquis", surge quase "clássica" ao lado de dois cães (*Poodle* e *Bob tail*) de Jeff Koons, "kitsch" solenemente promovido a obra de arte, ou de um caminho de pedras (*Sandstone Line*) de Richard Long, escultura "roubada" à Natureza, que (nas palavras do artista) pode ser "deslocada, dispersada, transportada".

Junto à escadaria, "brota" da terra uma árvore feita de lâmpadas (*Árvore sem sombra*) de João Paulo Feliciano, uma peça que se prolonga pela sua própria luz, e perto do jardim uma enorme estrutura de Frank Stella (*The Broken Jug)* expande-se por todo o espaço onde foi instalada, ou não a tivesse o artista concebido para "absorver o espectador".

No claustro impõe-se um núcleo português, com peças como *L'Homme qui marche et la Femme aussi,* de Ângelo de Sousa, tiras de aço que numa simplificação extrema evocam dois corpos em movimento, ou *Perder a alma* de Rui Chafes, peças de ferro suspensas, simultaneamente leves e pesadas, lúdicas e inquietantes, numa tensa coabitação de opostos.

Uma das obras de maior impacto é *Register*, de Peter Burke, mais de duas mil mãos de ferro que se erguem como uma só nos Passos Perdidos, num gesto que pelo contexto assume inevitavelmente conotação política. E um dos conjuntos mais fascinantes é o que se revela no jardim, com obras como *Le Arbre Biplan* de Jean Dubuffet, um grafismo transformado em monumento, *Reclining Figure* de Henry Moore, formas orgânicas concebidas para se conjugarem harmoniosamente com a Natureza, ou *Looking Back*, de Zadok Ben-David, escultura de bronze mas leve e transparente, que atravessa a paisagem e é atravessada por ela.

CARLA HILÁRIO QUEVEDO

TRÊS BLOGOCOISAS

Dizer mal é a coisa mais fácil que há. Basta que no mundo haja pessoas e se passem coisas para haver motivos mais que suficientes para não suportar nada disso. O discurso pela negativa depende sempre do outro e, como tal, acaba por revelar uma relação de hierarquia entre o maledicente e o seu alvo ou aparente vítima (seja ela de que tipo for), acabando o objecto da maledicência por ocupar uma posição superior relativamente àquele que se indigna a propósito de tudo e de nada

Gostaria neste artigo de reflectir sobre três maneiras de estar na blogosfera que me causam alguma perplexidade: 1) falar pela negativa, 2) pilhar ideias alheias e 3) resmungar no anonimato. Não posso afirmar que estas realidades bloguísticas me tiram o sono. Quer dizer, poder posso mas estaria a mentir, no entanto é verdade que ainda hoje em dia não deixam de me surpreender. As três formas de ocupação do espaço virtual – que é tão vasto que felizmente suporta tudo isto e mais ainda – merecem alguma atenção porque são muito mais frequentes do que imaginaríamos (isto partindo do princípio errado mas engraçado de que imaginamos todos o mesmo).

A insistência no discurso pela negativa é um dos aspectos mais interessantes nos blogues e merece um tratamento sério e extenso. Por agora, gostaria de introduzir a questão, resolvendo-a imediatamente: dizer mal é a coisa mais fácil que há. Basta que no mundo haja pessoas e se passem coisas para haver motivos mais que suficientes para não suportar nada disso. O discurso pela negativa depende sempre do outro e, como tal, acaba por revelar uma relação de hierarquia entre o maledicente e o seu alvo ou aparente vítima (seja ela de que tipo for), acabando o objecto da maledicência por ocupar uma posição superior relativamente àquele que se indigna a propósito de tudo e de nada. O discurso permanente do contra é assim adoptado por aqueles que considero serem uma espécie de serviçais virtuais. Afinal, quem se revolta precisa de se envolver com aquele que deita abaixo, ou de se associar às situações ou aos grupos que condena repetidamente. Não digo que o envolvimento pela negativa, de vez em quando, não seja natural, uma vez que nem na blogosfera, por muito que pareça que andamos a pairar, somos imunes a tudo, mas a necessidade diária de bater na mesma tecla negativa quase me leva a suspeitar de certo horror à sexualidade, mas deixemos o desenvolvimento e a resolução desta desconfiança para textos futuros.

Para concluir este primeiro ponto, gostaria de mencionar a necessidade de alguns blogueadores e comentadores falarem mal dos blogues de que não gostam. Tendo em conta que aquilo que a maioria das pessoas faz nos blogues não é diferente do habitual e que é tão-somente falar, opinar, dizer coisas, esse não gostar geral, atirado para o ar com precipitados "não gosto do blogue x" ou "o blogue y é mau", só pode implicar que não se gosta do que o seu autor diz. Ora, a não ser em casos graves de esquizofrenia galopante (não conheço nenhum), como é possível separar completamente o que somos daquilo que dizemos? Perdoem-me a ingenuidade mas há outro aspecto importante nos blogues que me leva a pensar assim: há poucos escritores profissionais na blogosfera que possam inventar personagens ou elaborar ficções, ou que simplesmente saibam mentir com graciosidade. Todo o resto – a grande maioria – é mesmo o que está à vista. Nalguns casos, os blogues poderão mesmo ser o que de melhor existe naquelas pessoas. Agora imaginem que alguém diz que o nosso melhor par de sapatos é medonho? É uma maçada, pois claro. Concluindo – agora sim – os blogues são só pessoas e a misantropia nunca me interessou.

O que me leva ao segundo ponto. Se nos blogues observamos bocadinhos das vidas das pessoas os seus gostos, as suas escolhas, as palavras que utilizam, o modo como se relacionam com os outros, então a pilhagem seja do que for que existe naquele blogue não pode deixar de ser sentida como uma enorme invasão. Exageros à parte, é como se aqueles que furtam *posts* e ideias estivessem a arrancar uma parte da vida do pobre assaltado. O furto nos blogues que operam como diários ou depósito de ideias e de experiências é inevitavelmente sentido como um ataque pessoal. Mas o castigo dos blogueadores vampiros é fatal. O vampirismo resulta sempre numa enorme perda de tempo pública para quem o pratica. E qual é a ideia de ter um blogue para copiar a vida dos outros? Importante na blogosfera é ser único e original.

Finalmente, a terceira realidade bloguística que, mais do que me espantar, me diverte. Não são poucas as vezes que encontramos em blogues anónimos verdadeiros tratados da resmunguice que incluem frases deste género: "tenho muito mau feitio", "não devia estar a dizer isto, mas eu sou assim" e o fatal "não se metam comigo!" em jeito de conclusão num *post* pejadinho de blá, blá, blá e ela é isto e ele é aquilo e eu, a mim ninguém me lixa, pá! O que me diverte é que tudo isto se passe no mais profundo dos anonimatos. Ora vamos lá a ver se percebo, o chiquinho34 tem muito mau feitio…

SEMINÁRIOS
CONGRESSOS
CONFERÊNCIAS
LANÇAMENTOS
ETC.

ROTEIRO

ALAÍDE COSTA

EM DESTAQUE

SOCIEDADES ISLÂMICAS: UM CONTEXTO PLURAL

Pretendendo refutar estereótipos como a homogeneidade das sociedades islâmicas ou a teoria do confronto de civilizações, este Colóquio Internacional promove uma série de debates com diversos especialistas da matéria. «Julga-se assim, imperativo, porque mais rigoroso, pensar nesta pluralidade de povos como um mosaico onde se confrontam tensões de ordem religiosa, filosófica, política e sócio-económica, ao longo de um "cinto" islâmico que se estende de Marrocos à Indonésia, sobre o eixo este-oeste, e do Cazaquistão até à Tanzânia, no eixo norte-sul.» - **in Programa do Colóquio Internacional**

Um debate sobre um tema que anima paixões. Contudo, apoiado nas ferramentas da História, da Economia, da Política, da Geografia, da Filosofia, da Teologia, da Cultura e da Civilização, o que permitirá análises menos redutoras e simplistas.

. **01 de Junho [11h30] – Penser "l'Islam" et les sociétés travaillées par le "fait islamique" en contexte de mondialisation**
Com Rachid Benzine (Univ. Aix-en-Provence – França)

. **[12h00] – Pan-arabismo *vs* Islamismo**
Com Khalil Samir (Univ. Saint Joseph – Líbano)

. **[15h00] – Política, Governo e Sociedade Civil no mundo islâmico: que lugar para a democracia, a religião, os direitos humanos e as mulheres?**
Com Houria Alami (Fac. Direito de Rabat – Marrocos)

. **[15h30] – A economia política do desenvolvimento no mundo islâmico – coesão económica e social no espaço euro-mediterrânico as sociedades do Magrebe face aos desafios demográficos da mundialização**
Com Adelino Torres (ISEG – Univ. Tec. Lisboa)

Local: Fac. Letras – Univ. Porto - Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto - **Organização:** Centro Estudos Africanos – Univ. Porto - **e-mail:** ceaup@letras.up.pt (www.flup.up.pt)

SEMINÁRIOS

FORMAÇÃO E MEDIAÇÃO: PENSAR, AGIR E INOVAR EM EDUCAÇÃO

. **04 de Junho [10h00] – Mediação**
Com Jean-Pierre Bonafé-Schmitt (Univ. Lyon II – França)

. **[14h30] – Experiências de formação**
Com Ana Paula Caetano (Univ. Lisboa), Arnaldo Santos (PT – Inovação), Fernanda Marques (ANOP), entre outros

. **05 de Junho [09h00] – Supervisão da Formação**
Com Idália Sá-Chaves (Univ. Aveiro)

. **[11h00] – Formação e mediação: dinâmicas e desafios**
Com António Louro (The Academy of Experts Mediator – Inglaterra), Isabel Freire (Univ. Lisboa), Mário Freitas (Univ. Minho), entre outros

Local: Univ. Minho - Campus de Gualtar – Braga
Organização: Inst. Educação e Psicologia – Univ. Minho - **e-mail:** formar-medior@iep.uminho.pt (webs.iep.uminho.pt/formacaoemediacao)

SEMINÁRIOS FEP

. **04 de Junho [18h00] – Espaço Atlântico Europeu: um território de cooperação para o desenvolvimento urbano e regional**
Com Armindo Carvalho (Autoridade de Gestão Programa Espaço Atlântico)

. **06 de Junho [13h30] – The spillover effects of public capital**
Com Ertugrul Deliktas (Ege University – Turquia)

Local: Fac. Economia – Univ. Porto - Rua Dr. Roberto Frias – Porto - **Organização:** Fac. Economia – Uni. Porto - **e-mail:** sandras@fep.up.pt (www.fep.up.pt)

SEMINÁRIOS DO ICS

. **05 de Junho [13h30] – Que modernidade? Valores da vida privada na Europa contemporânea**
Com Sofia Aboim (Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa)

. **15 de Junho [15h00] – Fluidez e Ambiguidade do pensamento simbólico: para uma crítica a alguns modelos de análise**
Com Manuela Palmeirim (Univ. Minho)

. **29 de Junho [15h00] – Os rituais na construção da família contemporânea**
Com Rosalina Pisco (Ins. Ciências Sociais – Univ. Lisboa)

Local: Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa
Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 – Lisboa
Organização: Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa
e-mail: secretariado@ics.ul.pt (www.ics.ul.pt)

SEMINÁRIOS CETAC

. **18 de Junho [15h00] – Relações e interacções entre a linguística e as ciências da informação e comunicação**
Com Joaquim Barbosa (Fac. Letras – Univ. Porto)

Local: CETAC - Praça Coronel Pacheco, 8 – Porto
Organização: CETAC
e-mail: mail@icicom.up.pt (www.icicom.up.pt)

CICLO RELAÇÕES INTERNACIONAIS – O PÚBLICO DECIDE

. **26 de Junho [19h00] – Os valores democráticos não podem impedir a cimeira EU-África!**
Intervenientes a definir

Local: Almedina Atrium Saldanha
Atrium Saldanha, loja 71 – Lisboa
Organização: IPRI e Livraria Almedina
e-mail: ipri@ipri.pt (www.ipri.pt), (www.almedina.net)

CICLO CAUSAS & EFEITOS – UM M S/UMA CAUSA

. **28 de Junho [19h00] – Combate ao tráfico de seres humanos**
Intervenientes a definir

Local: Almedina Atrium Saldanha
Atrium Saldanha, loja 71 – Lisboa
Organização: Filipa Melo e Livraria Almedina
e-mail: atrium@almedina.net (www.almedina.net)

CONFERÊNCIAS

O ESTADO DO MUNDO

. **01 de Junho [18h30] – Da actualidade do conceito de civilização**
Com António Cícero (Filósofo – Brasil)

. **02 de Junho [18h30] – Pensar as artes, hoje: as artes, o verdadeiro e o justo**
Com Danièle Cohn (L'Ecole des Hautes Estudes en Sciences Sociales – França)

Local: Fundação Calouste Gulbenkian
Av. Berna 45 A – Lisboa
Organização: Fundação Calouste Gulbenkian
e-mail: mmagalhaes@gulbenkian.pt
(www.estadodomundo.gulbenkian.pt)

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

. **05 de Junho [15h30] – O Protocolo de Quioto: a dependência energética e as consequências para Portugal**
Com Carlos Borrego (Univ. Aveiro)

. **[16h45] – Conservação e utilização racional da energia**
Com Luís Malheiro da Silva (LMSA - Eng. Edifícios, SA); António Joyce (Int. Nacional de Engenharia) e João Reis Simões

. **[17h15] – Auditorias energéticas e planos de racionalização de consumos: o caso português**
Com Borges Gouveia (Univ. Aveiro)

Local: Ordem dos Engenheiros - Av. Sidónio Pais, 4 E – Lisboa - **Organização:** Fórum para a Competitividade e Ordem dos Engenheiros
e-mail: secretariageral@cdn.ordeng.pt
(www.competitividade.com.sapo.pt),
(www.ordemengenheiros.pt)

O PENSAMENTO POLÍTICO ANGLO-AMERICANO

. **05 de Junho [18h00] – Joseph Nye e o conceito de *Soft Power***
Com Teresa Botelho (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

. **12 de Junho [18h00] – O Pensamento político de Harriet Martin**
Com Gabriela Gândara Terenas (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

. **19 de Junho [18h00] – Linhas de força do pensamento político Anglo-Americano**
Com Filipe Furtado (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

Local: Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa - Av. Berna, 26C – Lisboa
Organização: Fac. Ciências Sociais e Humanas
e-mail: coord.ingles@fcsh.unl.pt (www.fcsh.unl.pt)

CONFERÊNCIAS CULTURAIS 2007

. **06 de Junho [17h00] – Realidade e Ficção**
Com Mário Cláudio (Escritor)

. **13 de Junho [17h00] – O Segundo renascimento da composição portuguesa (o panorama da criação musical e a identidade nacional no mundo globalizado)**
Com Eurico Carrapatoso (Compositor)

Local: Univ. Lusófona
Rua Augusto Rosa, 24 – Porto
Organização: Univ. Lusófona
e-mail:sofia.fragateiro@ulp.pt
(www.grupolusofona.pt)

14TH INTERNATIONAL PRODUCT DEVELOPMENT MANAGEMENT CONFERENCE

. **11 de Junho [09h45] – Reality Computing: a new frontier**
Com António Câmara (YDREAMS)

. **12 de Junho [08h45] – Conferência proferida por**
Rui Guimarães (COTEC Portugal)

. **[15h45] – Conference Summary and emerging trends**
Com Christer Karlsson (Copenhagen Business School – Dinamarca)

Local: Fac. Engenharia – Univ. Porto
Rua Dr. Roberto Frias – Porto
Organização: European Inst. Advanced Studies in Managment, Fac. Eng
Univ. Porto e Fac. Economia – Univ. Porto
e-mail: michelante@eiasm.be (www.eiasm.org)

CRÍTICA DO COMTEMPORÂNEO

. **12 de Junho [21h30] – Os benefícios sociais de aprender**
Com Tom Schuller (Centre for Educational Research and Innovation – Paris) e Alberto Amaral (C. de Inv. Politicas do E. Superior)

. **26 de Junho [21h30] – Educação: da investigação às políticas**
Com William Schmidt (Univ. Michigan – EUA) e Alberto Amaral (Centro de Investigação Políticas do Ensino Superior)

. **28 de Junho [21h30] – A teologia política e económica do nosso tempo**
Com Giorgo Agamben (Fac. Arq. e Design Veneza – Itália) e Guilherme de Oliveira Martins (Centro Nacional de Cultura)

Local: Auditório da Fundação de Serralves
Rua D. João de Castro, 210 – Porto
Organização: Fundação de Serralves
e-mail: eventos@serralves.pt (www.serralves.pt)

MESA REDONDA NO ICS

. **12 de Junho [15h00] – MERCOSUL: Situação e perspectivas**
Com Andrés Malamud (Univ. Lisboa), Isabella Alcañiz (Univ. Houston – EUA), Marisa von Bülow (Univ. Brasília – Brasil), entre outros

Local: Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa
Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 – Lisboa
Organização: Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa
e-mail: secretariado@ics.ul.pt (www.ics.ul.pt)

TEMAS DE EDUCAÇÃO

. **14 de Junho [18h00] – Educação e globalização**
Com Bernard Charlot (Univ. Paris VIII – França) e Rui Canário (Univ. Lisboa)

Local: Fac. Psicologia e Ciências da Educação – Univ. Lisboa - Alameda da Universidade - Lisboa
Organização: Unidade de I&D de Ciências da Educação – Univ. Lisboa **e-mail:** uidce@fpce.ul.pt

(roteiroatlantico@gmail.com)

DESTE MUNDO E DO OUTRO

MÃE GALINHA

LIBERDADE OU SEGURANÇA

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA

Portugal tem a segunda maior taxa de obesidade infantil da União Europeia, é o primeiro em abandono escolar e um dos últimos no *ranking* da taxa de natalidade. Temos tantas crianças dos 0 aos 14, como idosos com mais de 65 anos. Portugal está velho, ignorante e tendencialmente mais gordo. No entanto, é um dos países mais seguros do mundo. Enquanto que em Inglaterra o número de crianças desaparecidas soma milhares por ano, em Portugal é com esforço que se contabilizam dezenas.

Já tudo se disse e escreveu sobre a tragédia da criança inglesa desaparecida na Praia da Luz. Sobre a comunicação social, o segredo de justiça, as redes de pedofilia, o sofrimento dos pais, o impacto mundial deste drama - e muito mais. Mas o exercício mais doloroso foi o que fez cada família quando transportou esta tragédia para dentro de sua casa. João Miguel Tavares explica melhor no *DN*: «Na tragédia da pequena inglesa estão inscritos os nossos medos mais íntimos e o eterno mistério do mal. É por isso que toca tão fundo em qualquer pessoa, mesmo que não o saiba verbalizar».

É de facto angustiante, apesar de as estatísticas nos darem algum conforto, pensar como poderemos proteger os nossos filhos do pior que pode acontecer – a nós e a eles.

Se há uns vinte ou dez anos era normal ir a pé para a escola, andar de bicicleta na rua até a noite cair, explorar matas e atalhos, fazer recados à mercearia, ir à boleia para a praia, andar a fugir do pica no comboio e passar uma tarde a deambular "por aí", e se todos nós crescemos assim, quais são as nossas referências, agora que chegámos a pais e que os "tempos são outros"? A minha grande angústia é que não sei mesmo qual a resposta. Não sei como é que se concilia segurança com liberdade quando a doutrina se aplica aos meus filhos.

O MARIALVA

UMA NOITE COM MARQUES MENDES

RODRIGO MOITA DE DEUS

Já alguma vez ouviu um discurso de um político? Não é ouvir. É ouvir mesmo. Para além dos *soundbytes*? Um discurso? Inteiro? Pois eu fiz isso mesmo. Segui de bloco, calculadora e caneta na mão um discurso de Luís Marques Mendes sobre "A reforma do modelo governativo" feito num jantar conferência. Tirei notas do que era dito. Tirei notas das palavras que dizia e de quantas vezes as repetia.

O líder do PSD insistiu na linha da "credibilidade", palavra que repetiu quinze vezes durante o discurso. Desta feita a credibilidade vinha com a variação da "profundidade". Profundidade da análise, profundidade do diagnóstico, profundidade das soluções. Por doze vezes Marques Mendes referiu a palavra profundidade. Por seis vezes repetiu a expressão "âmago da questão" e por outras seis vezes utilizou a metáfora "espuma das ondas". Contas feitas, por vinte e quatro vezes o líder do PSD apelou a uma reflexão que não ficasse apenas pela "rama" mas que fosse "ao cerne das questões".

Em tudo isto há um irónico pormenor. É que apesar da veemência dos apelos à "profundidade" o orador foi deixando cair, aqui e ali uns "eu acho que". Um aqui, outro ali e mais um e mais outro. Vinte e nove ao todo. A expressão mais repetida do discurso da "profundidade" foi "acho que".

Bem sei que o pormenor aritmético pode parecer miudeza cómica. Mas a verdade é que a escolha do termo "acho", consciente ou inconsciente, faz-se em prejuízo de outros termos bem mais importantes na "reforma do modelo governativo". A saber: "penso", "reflecti", "quero", "conclui" e até "acredito". "Eu acho que...", repetido 29 vezes, é atirar sal para a mousse da "profundidade" e do "âmago". Se tivermos em conta que Marques Mendes falou cerca de uma hora e quarenta minutos então temos uma "profunda"

média de um achismo por cada 3.44 minutos. Cifra impressionante, mesmo num campeonato tão competitivo como é o português.

Para além do "eu acho que..." há outro vírus de oratória muito comum nos nossos políticos e do qual Marques Mendes também padece: "quero dizer-vos muito sinceramente...". "Quero dizer-vos muito sinceramente" descende, em linha directa, desse grande contributo de Manuel Monteiro para a vida política portuguesa que foi o "é preciso dizê-lo com toda a frontalidade". E com toda a frontalidade vos digo que Marques Mendes nem por uma vez referiu a expressão. Contabilizei três "quero dizer-vos muito sinceramente..." e outros três "com toda a franqueza". Mas nem uma frontalidade. Seja como for, repetir expressões como "sinceramente" ou "franqueza" num discurso é como acrescentar a frase: "desta vez estou mesmo a falar a sério". E desta vez estava. Acho.

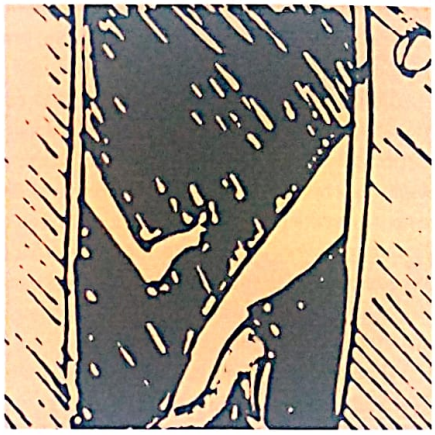
A ADVOGADA

DEBAIXO DA PELE, À FLOR DA ALMA

LAURA ABREU CRAVO

Frank Sinatra morreu há nove anos, a 14 de Maio de 1998. Faz parte da minha vida há 27. Desde muito pequena me lembro de ouvir, em casa dos meus avós, no rádio que estava sempre perto do meu avô, no alpendre, à esquerda da bengala apoiada no cadeirão, aquela voz de galanteio sem vergonha, de quem pisca o olho sem mostrar os dentes. Ou então, quando se cumpria o ritual de ir dançar os *standards* a um hotel, às sextas-feiras ou sábados à noite, as senhoras impecavelmente arranjadas, com vestidos compridos, os cavalheiros de *smoking* e, no salão medianamente iluminado, uma irrepreensível banda de hotel (que não era um pobre diabo sentado à frente de um órgão com caixa de ritmos, que reproduz, com enfado, vinte e cinco instrumentos).

Sinatra é memória de momentos felizes que não voltarão, porque os meus avós já se foram e ele também. Mas se dos meus avós ficaram, mais do que boas recordações, ficaram os valores, de Sinatra ficou um universo paralelo, em que as lembranças da realidade distante se confundem com uma atmosfera nebulosa de sonho quase verdadeiro, de factos, por pouco não



ocorridos, mas apenas imaginados. Um universo de humidade penumbrosa e melódica, de *cocktails* bebidos em mesas redondas dispostas em torno de uma pista de dança onde as senhoras rodopiavam e se deixavam embalar nos braços do seu par, entre conversa de circunstância e sorriso genuíno, ainda que injustificado senão pela alegria de viver aquele instante. Nesse mundo, fumava-se sem sentimento de culpa socialmente infligido, ouvia-se um jazz "swingado" envolto em *whiskey* com pouco gelo ou *dry martinis* e vestia-se elegantemente de preto, com raros apontamentos de cor. O mundo de Sinatra – ou o mundo que imaginei para ele e que ele, muito provavelmente, nunca viveu ou viveu de outra maneira – é um mundo de códigos sociais severos mas boémios, de honras defendidas sem indignações encenadas, com tanto de hipocrisia natural como de absoluta crueza no repúdio pela mediocridade pateta. Uma sociedade marginal de *gangsters* de modos aristocráticos, que seduziam mulheres como quem encanta serpentes, olhando-as nos olhos e despindo-lhes a alma até o rubor subir-lhes à face pela força das palavras não ditas e inferidas de comportamentos pudoradamente lúbricos.

Não tive o prazer de ver Sinatra cantar ao vivo, não sei sobre a sua vida mais do que o que foi sendo contado, insinuado e romantizado, mas não tenho dúvida nenhuma de que vivo – mais do que no meu – no tempo dele: um tempo de valorização das coisas simples mas requintadas, da beleza etérea e algo decadente, em que o prazer de quebrar algumas regras se mistura com o absoluto e austero respeito pela disciplina dos valores instituídos. Alguns de nós têm esta voz debaixo da pele. Como se fosse nossa.

O MILITAR

A GUERRA E A LIBERDADE

JOSÉ CARMO

Segundo Hegel, os homens e os animais desejam comida, bebida, abrigo e, acima de tudo, a preservação do próprio corpo. O Homem distingue-se porque deseja ser "reconhecido" pelos seus. Hobbes, materialista empedernido, para quem o Homem se move principalmente pela força dos instintos, encontra, todavia, na sua natureza a "glória", que o leva a atacar por ninharias, como um insulto, uma careta, uma opinião, ou outro qualquer sinal de desvalorização dirigido contra si, a sua mãe, o seu clube ou a sua Pátria. Que outro animal senão o Homem, arrisca a vida por ideias abstractas, símbolos e bandeiras?

Imaginemos então dois metafóricos homens no início da História, apostando as suas vidas numa batalha mortal, não pela carcaça de uma presa ou pela posse da fêmea, motivações que concorrem para as lutas entre todos os mamíferos, mas sim pela glória, honra, prestígio ou superioridade. Quando um deles se submete, cedendo ao receio natural da morte, surge uma relação de poder. Submete-se aos instintos e a outrem. Perde a sua liberdade, porque os seus instintos o dominaram antes. O outro, que deliberadamente age contrariando os seus instintos numa luta em que nada de material tem a ganhar, é livre e ganha poder. Desta batalha extrai-se uma importante lição: só é livre quem não cede à animalidade e admite morrer na luta. A capacidade de lutar por símbolos e de levar a luta aos extremos é, portanto, condição *sinequanon* da liberdade humana. A determinação com que lutamos está na relação directa do modo como nos avaliamos a nós próprios. Sócrates afirmava que quanto mais nobre for o homem (quanto mais superiormente se autoavaliar), maior será a sua ira ao ser tratado injustamente. O desejo de reconhecimento, individual e colectivo, e a vergonha, a ira e o orgulho, que decorrem na interacção com o outro, são factores importantíssimos no desenrolar dos processos históricos e políticos.

Como encarar a esta luz o desejo de rendição de importantes sectores do Ocidente, relativamente aos conflitos no Iraque e no Afeganistão? Poderão ser livres as sociedades que não se dispõem a lutar?

CRÓNICA BOHEMIA

SCHILLER, FRED ASTAIRE E OUTROS SENTIMENTOS DE CULPA

ALEXANDRE BORGES

O cronista encontra-se em crise. Assumida. Acaba de ler a entrevista de Eduardo Lourenço na *Pública* de 13 de Maio (ao diabo com estas datas dadas a aparições!), imediatamente findo um fim-de-semana passado na companhia integral da *Avenida Paulista*, reunida por João Pereira Coutinho, para a *Sábado*. Deprimiu-se. É como o razoável guitarrista que põe um disquinho do Paco de Lucia para o inspirar e, depois, não é capaz de arrancar um só acorde à ingratidão da viola. Claro, pensa ele, que se é esmagado pelo conhecimento de Lourenço – o homem tem 84 anos de experiência. Mas, depois, tem de tentar – tentar tanto, raisparta! – convencer-se de que Coutinho mente na idade e que aqueles 30 anos, que confessa na contracapa e por todo o lado, são mero síndrome de elizabethtaylorismo: arregalará os olhos até consumir dois terços da testa para que ninguém lhe conte as rugas.

Os sintomas não são novos. Tampouco é caso único. Anos atrás, um professor de Filosofia Antiga contou-lhe dum amigo, que era, a seu tempo, capitão de equipa da selecção de génios, categoria "Esperanças", e que, por se ter dedicado a ler tudo antes de começar a escrever, não fora, depois, capaz de rubricar a mais parca linha de literatura.

O aviso ficou lá, no caminho, iluminado de noite e de dia, claro. Mas com os sem-abrigo da intelectualidade podemos nós bem. Estamos seguros de que jamais será para nós. Mas será, realmente, melhor contentarmo-nos com um burguês T2, numa razoável zona da sabedoria?

Difícil. Dias hão-de de querer pôr tudo no prego e ir fazer companhia aos Danis da genialidade para debaixo das arcadas dum edifício de escritórios qualquer. E outros em que, diante da estante repleta de Kants e Schillers, Leibnizes e Feuerbaches, nos voltamos a tomar da crença de que o Nobel lá anda, guardadinho para consagrar essa obra magistral que, mais dia, menos dia, começamos a parir.

Que tem isto a ver com a boémia? Tudo. Tivéssemos nós cortado pela metade as noites em que, pelos restaurantes e bares da cidade, sonhámos ser alambiques; a costumeira recta final em que, já assinando "Fred Astaire" nos talões do visa, demos novos mundos aos ancestrais rituais de acasalamento, e talvez houvéramos lido mais, escrito mais, melhor.

Ou não. Fizéssemos o perfeito contrário. Riscado do mapa as noites e o projecto da literatura e da sabedoria, concentrando-nos, a 100%, na missionária tarefa nocturna de descobrir novos talentos para a nossa vida sentimental. E acabado de vez com o complexo de culpa.

Era uma questão de ter optado, atempadamente, por uma só das carreiras. Seríamos hoje felicíssimos homens ou escritores premiados. E não esta coisa ambígua do amante-escriba, carcomido, em sistema de turnos, pelos remorsos de ambas as patologias.

DO PÚLPITO

A MINHA MÃE É PIOR QUE A TUA

TIAGO CAVACO

Conhecemos a generalização: os católicos são meninos da mamã, os protestantes do papá. Nesta preferência esconde-se a explicação para muita diferença disfarçada sobre o manto respeitável da teologia. Enquanto pai, cedo imprimi à minha primeira filha a necessidade de ter de lidar com o clássico dilema. E se inicialmente a convenci, sob muito trabalho apologético, a responder à pergunta "gostas mais do papá ou da mamã?" com um credível "papá" (inevitavelmente sussurrado), a verdade que o tempo se encarrega de instalar trouxe para a boca da criança de três anos uma recolocação

amorosa: o livre-arbítrio elege hoje a mamã. Já me resignei (outro princípio que considero essencial transmitir à descendência).

Quando escrevo estas linhas encontro-me órfão do usufruto do domingo no seu sentido original. São horas do culto e eu estou em casa. Explico: a sensibilidade dos brônquios da filha mais nova vai ao ponto de prejudicar o exercício da religião dos pais. Claro que a prioridade nestes casos é permanecer a mãe em casa com a debilitada, enquanto o pai segue para os claustros com a mais velha (até porque o pai lá exerce funções profissionais). A excepção de hoje prende-se com o Dia das Mães. E já que a atenção se vira para elas, coube ao bom-senso trocar os papéis habituais e assim oferecer à mãe uma justa folga que complementarmente a homenageasse. Mulher na igreja, logo homem nos aerossóis.

Escrevo Dia das Mães porque os protestantes não têm Dia da Mãe, mas das Mães, e celebram-no no segundo domingo de Maio e não no primeiro (aliás, como a maioria dos países no mundo). A sobreposição do plural prende-se com a pouca inclinação que os cristãos não-católicos exibem em valorizar demasiado o papel de Maria, mãe de Jesus. Que fique claro que a senhora não tem entre nós má reputação. A Bíblia descreve-a como virtuosa e chegamos mesmo a conceder-lhe actividade sexual e filhos para além do Messias (blasfémia para Roma).

Quando se quer chatear a Igreja Católica lança-se-lhe a acusação de só saber lidar com mulheres que sejam ou santas ou devassas. Eu, que também tenho um fraco por maniqueísmos, admito, no entanto, que é possível uma mulher ter relações sexuais sem que com isso seja uma imunda pecadora. É essa convicção que anima os protestantes a não exagerar o papel de Maria, nem de nenhuma fêmea em particular. Talvez o facto influa em que não sejam amantes de tão boa qualidade →

ONE to ONE

ASSINATURAS Atlântico

Receba 1 mês grátis no Holmes Place. Sem esforço.

Basta fazer uma assinatura de 12 meses da revista Atlântico.

Esta oferta inclui a jóia de inscrição e um mês de utilização grátis, no valor de 150 euros.

HOLMES PLACE Health Clubs

Condições:
Campanha exclusiva para maiores de 16 anos. | É obrigatório apresentar atestado médico para iniciar actividade física. | Promoção válida mediante apresentação de um voucher num dos clubes Holmes Place (5 Outubro – 217 804 300, Av. Defensores Chaves – 213 511 300, Av. Liberdade – 213 260 900, Amoreiras – 213 716 610, Alvalade – 217 529 050, Qta. Fonte – 214 404 900, Miraflores – 214 129 100, Cascais – 214 825 700, Qta. Beloura – 219 119 200, Arrábida Shopping – 223 778 700, Constituição – 225 083 600, Boavista – 226 056 760, Coimbra – 808 201 620), para tal por favor destaque-o. | Terá de fazer marcação prévia e a sua utilização será agendada de acordo com a sua conveniência. | A oferta só poderá ser usufruida uma vez por cliente individual. | Esta campanha só é válida para não sócios. Oferta de uma toalha de treino.

ASSINATURA REVISTA Atlântico

☑ **SIM, quero receber, comodamente em casa, os próximos 12 números pelo valor de €48.** portes grátis

Resido fora de Portugal, pago os portes no valor de ☐ Europa: €25,56 ☐ Resto do Mundo: €37,44 ☐ Regime Especial**: €33,84

**Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Nome* _____
Morada* _____
Localidade* _____
Cód. Postal* ____ – ____ _____
Tel.* _____ Telemóvel _____ Profissão* _____
e-mail* _____ Nº Contribuinte* _____
BI _____ Estado Civil _____ Data Nascimento* ____ – ____ – ____ (dia – mês – ano)

* Campos Obrigatórios

FORMAS DE PAGAMENTO

☐ Pago com **Cheque** o valor acima indicado. Junto envio cheque à ordem de COSTORIENTAL, Sociedade Editora LDA.

☐ Pago por **Transferência Bancária** o valor de €48, ao banco Barclays Bank, com o NIB: 0032 0701 00203509535 72

☐ Pago por **Transferência Permanente** o valor de e48, pelo que preencho a Autorização de Pagamento. A minha assinatura renovar-se-á anualmente, salvo instruções minhas em contrário.

Autorização de Pagamento – Autorizo o débito do montante acima indicado para a seguinte conta: COSTORIENTAL, Sociedade Editora, LDA, Barclays Bank – NIB: 0032 0701 00203509535 72

Nome do Titular _____ Banco _____
NIB _____ Data ___/___/___ Assinatura _____

Preço válido para Portugal. Os dados recolhidos destinam-se a ser processados informaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. Garantimos ao subscritor, nos termos da lei, o direito de acesso, rectificação e eliminação dos seus dados. Este ficheiro poderá ser utilizado para a apresentação de novas propostas. Caso não deseje receber esta informação, assinale aqui, por favor ☐

Envie a Assinatura por correio para: ONE to ONE, Av. Duque d'Ávila, Nº 46 5º, 1050-083 LISBOA

quanto os latinos, tradicionalmente católicos. O equilíbrio intelectual é monótono e a cama premeia a bipolaridade.

Não é difícil aceitar que Jesus não foi o filho com que Maria sonhou. Morrer solteiro aos 33 anos por razões religiosas não é desgosto muito menor que ficar-se com a mesma idade numa *overdose*. Ambos os saltos tanatológicos pressupõem assinalável indiferença pela preocupação maternal por uma boa carreira, melhor nora e quota mínima de netos. Tivesse o Messias seguido todos os conselhos da mãe e a esta hora não havia espaço no Inferno para toda a Humanidade. Este é o grande argumento protestante para negar a Maria o protagonismo excessivo que o Vaticano lhe oferece. Quando se dá a uma mulher mais do que ela merece acabamos por merecer tudo o que ela nos dá em troca.

O ARDINA

NA BANCA COM O LEITOR

PEDRO SILVA

Quem já teve o privilégio de passar um dia atrás do balcão de um quiosque poderá facilmente constatar que não basta pairar sobre a banca, de perna cruzada, e olhar compenetrado na *Lux*, enquanto se despacham uns quantos *Records*, *Marias* e *Gigantes*, para chegar ao final do dia e poder afirmar com convicção que a missão foi cumprida. O ritual de venda de um simples jornal ou revista ultrapassa muitas vezes aquela curta troca de palavras que permite satisfazer, simultaneamente, o cliente e o vendedor. Mesmo após a transacção ficar concluída, ou até mesmo antes que alguma das partes abra a boca, existirá sempre num quiosque um código que pressupõe a existência de um diálogo suplementar.

Suponho que não existam estudos sobre o tema, mas não andarei muito longe da verdade se afirmar que uns bons 20% dos clientes que poisam num quiosque esperam um pouco mais de interacção para além da simples troca de dinheiro por géneros, seguido de um *bom dia, obrigado e volte sempre*. Esse tipo de cliente só sai verdadeiramente satisfeito do quiosque se vir partilhada a indignação contra a mais recente reforma do governo ou se conseguir ganhar

pelo menos um adepto nas imediações que corrobore a adoração pelo mais mediático casal do actual *reality show* da TVI.

Ora, quando não há clientes em fila de espera junto ao estabelecimento, ou quando não se vislumbra vivalma disposta a dar crédito a um qualquer comentário adjacente, esse papel de partilha/concordância/veneração sobra invariavelmente para a "Judite de Sousa que não concluiu os seus estudos" que se encontra atrás do balcão. É aqui que entra em acção todo um rol de conhecimentos, que vai desde o último episódio da novela da tarde até ao penalty que ficou por marcar a favor do Sporting, sem nunca esquecer os devaneios da mais recente relação amorosa de Elsa Raposo.

Não é de todo uma tarefa fácil. Exige trabalho de casa e de quiosque, altos níveis de concentração, discurso adequado às necessidades de cada cliente e elevada capacidade de resposta. Em caso de momentânea atrapalhação, ou má preparação na matéria abordada, atirar um "Ora até que enfim que encontro alguém que partilha a minha opinião!" poderá ser a salvação. Além de que é garantido: o cliente volta no dia seguinte.

O OPTIMISTA

FUJAMOS TODOS DA POLÍTICA

JORGE REIS-SÁ

Li há uns meses numa revista um interessante artigo sobre os *ilustres vencidos da política*. Se os nomes de Cadilhe, Daniel Bessa, Manuela Arcanjo ou Augusto Mateus são consensuais, o de Pulido Valente, o nosso companheiro Vasco, traz motivos para reflexão.

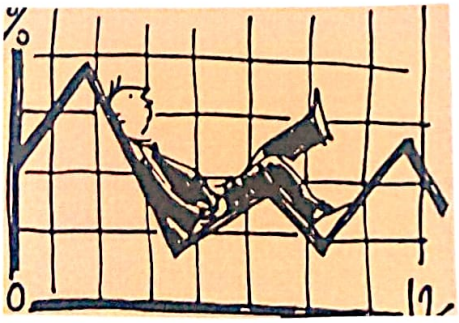
Senão vejamos: o nosso companheiro Vasco fugiu da política porquê? Falta de possibilidade de iniciativas que não passassem pelo grupo parlamentar, diz. Mas eu, desconfiado, não acredito. E mais: sei porque fugiu. E já digo a razão.

O nosso companheiro Vasco dedicou-se à crónica – ou ao ensino universitário, como lá discorrem, mas que dá menos jeito para a minha tese – como outro companheiro nosso, de nome Barreto. António Barreto, agora mais conhecido como dom António, o documentarista, fugiu também logo que pôde. E não se queixou de problemas de iniciativa, queixou-se isso sim, e muito, do *estado do país*.

Note-se o itálico. O *estado do país* é uma expressão que merece, sempre que utilizada, a devida importância. Porque quem a usa não diz que o estado do país é bom, recomenda-se, tem sol e praia e muitas meninas em *top less*. Não. Se assim fosse, não havia necessidade de itálicos. Quando cronistas como o nosso companheiro Vasco e o documentarista dom António falam do *estado do país* há neles uma dor tão funda, tão funda, tão funda, que parece que era melhor não haver país algum.

Vasco Pulido Valente e António Barreto (paremos lá com as metáforas denominatórias, que eles merecem bem mais respeitinho) são óptimos cronistas. Ainda melhores escritores, coisa que parece o mesmo, mas não é. Para confirmar basta fazer como eu e, por exemplo, comprar os *Retratos e Autoretratos* (em saldos na Assírio) do Pulido Valente e ler. Mas nunca poderiam ser políticos. Um político é um optimista por natureza, e se maior exemplo faltasse basta lembrarmo-nos do Manuel Monteiro que tem um partido que vale menos que o MRPP e anda aí a querer liderar a direita. E um cronista, esse, um vencido da vida. Ou, se não quisermos ser tão radicais, da política ou do país, que vale quase o mesmo.

Eu? Espero apenas um convite. Estou, como se pode ver, desajustado. Mas ainda alguém um dia terá conta no meu doentio e ingénuo optimismo e me convidará para ser deputado à nação.



RITA BARATA SILVÉRIO

UMA TELEVISÃO PARA O POVO

"Querido amigo leitor, faça como eu e venha a Espanha, sente-se no sofá e ligue o canal Cuatro, pertencente ao Grupo Prisa: a visão do mundo que o rodeia nunca mais será a mesma. A Cuatro não descansará enquanto o telespectador não ficar bem educadinho, higienizado, magro e feliz com o seu corpo"

Imagine o leitor um canal de televisão que é seu amigo, que o quer ajudar nos aspectos mais importantes do seu quotidiano, como a educação dos filhos, o excesso de gorduras na comida ou o aspecto exterior. Um canal que *sabe* quão deprimente é a vida do cidadão de classe média, hipotecado até às orelhas, vítima do frenesi do trabalho mal pago, das férias que nunca teve, da barriga cervejeira do marido camionista, dos filhos que não querem acabar o liceu, da puta da vida. Querido amigo leitor, faça como eu e venha a Espanha, sente-se no sofá e ligue o canal Cuatro, pertencente ao Grupo Prisa: a visão do mundo que o rodeia nunca mais será a mesma. Primeiro foi *Super Nanny*, depois *SOS Adolescente*, seguiu-se *Sou o que como* e agora estamos na fase das *Nuas*. Tudo isto em menos de um ano, que já é obra, mas assim é a Cuatro: não descansará até que não tenha o telespectador bem educadinho, higienizado, magro e feliz com o seu corpo. O telespectador tem a sensação que Espanha, o único país da União Europeia cuja economia não pára de crescer, está cheia de tarados que embucham os filhos com jantares hiper-calóricos pré-fabricados, pobres diabos incapazes de manter uma conversa com a prole que teima em mutilar-se à base de *piercings* e senhoras de meia idade deprimidas, porque já não cabem no vestido de noiva. Se não fossem os especialistas contratados pelo canal em poucos anos esta grande nação estaria cheia de assassinos em série, violadores, gordos, fumadores compulsivos, ou o que é pior, de gentinha insatisfeita.

Com «Super Nanny» já fomos avisados do tom pedagógico da programação. Uma psicóloga armada em sargenta prussiana mete-se, juntamente com uma equipa de câmaras, som e áudio, na casa de uns desgraçados dos subúrbios com sérios problemas para controlar esses pequenos monstros de menos de um metro a que chamam filhos. Desde o sofá observamos homens a perseguir os filhos aos trambolhões por apartamentos mal acabados, muito fato de treino e chinelo, putos que guincham e não querem jantar, e mulheres completamente desesperadas, deprimidas, sem sangue na veia. Eu sei, parece um Big Brother com crianças. Tudo é muito mau, confrangedor, até se nos encolhe o coração com tanta miséria humana, com a solidão dessas jovens mães demasiado gastas, demasiado derrotadas pela má-criação dos filhos e a desistência dos maridos. Mas depois de uma semana de instrução, lista de afazeres pegada na parede da cozinha, humilhações aos pais das criaturas, a Super Nanny, uma das personagens mais antipáticas que alguma vez a televisão criou, dá o assunto por concluído. Os meninos deitam-se cedo, o marido disfarça a desilusão e a mãe pensa que aguenta mais um mês, e se as coisas não melhoram simula a própria morte e foge para o Brasil com as poupanças para o colégio dos miúdos. Mas o canal está satisfeito porque cumpriu a função social e o público de em casa sabe, que se estiver muito à rasquinha com os filhos sempre pode telefonar à sua televisão amiga. Mais do mesmo acontece em *SOS Adolescente* e *Sou o que como*.

Em cada um destes programas vemos que é a mulher, seja ela dona de casa ou empresária, a que cozinha, a que gere a economia, a que distribui o trabalho doméstico, a que manda os putos levantar a mesa. E sente-se culpada, responsável pelo abandono escolar ou obesidade dos filhos, falhada nessa sua obrigação de ter a casa limpa, os filhos penteados e o marido de barriga cheia. Não admira que estejam rebentadas e com uma depressão de cavalo. E quando os especialistas explicam à família que a casa é coisa de todos, a mulher ainda se vai mais abaixo e começa a odiar o marido. Mas como o importante para os responsáveis do canal é que estas cobaias do entretenimento televisivo sejam amestradas e decorem as dez regras básicas da alimentação saudável, ninguém se preocupa realmente sobre a moralidade do invento, da promiscuidade destes programas que se enfiam na privacidade do lar carregadinhos de boas intenções. Devassam vidas patéticas, apontam com o dedo da pedagogia o fracasso de boas pessoas, cujo único erro é terem perdido a força para comunicarem entre si, que comem fritos oleosos em bandejas em cima dos joelhos, que desistiram de deitar as crianças antes do telejornal. E, no outro lado do ecrã, o telespectador aprende a ser um bom marido e melhor pai, enquanto a mulher estende a roupa e a filha de quinze anos sai de casa semi-nua para se embebedar com as amigas no parque da cidade.

Agora, como recompensa para todas essas vítimas de si mesmas, a Cuatro emite *Nuas*, um programa também muito amigo, cujo fim é encher de auto-estima essas infelizes com as bóias abdominais e madeixas mal feitas. Basicamente enfiam-nas em cintas e mudam-lhes a cor do cabelo, emprestam-lhes roupas caras e sapatos de festa. Imagino-as, depois dos focos e das massagens ao ego, a voltar a casa, onde é a primeira a sair da cama e a última a deitar-se, essa casa sempre por limpar, a regressar a esses filhos que não lhe contam nada e ao marido demasiado cansado para falar. Então o vestido novo já lhe fica apertado e o penteado pouco adequado para lavar a loiça. Francamente prefiro os programas onde a única boa intenção é ter muita audiência. Pelo menos as únicas vítimas são os telespectadores e não gente triste, gorda e mal amada, que se calhar nem precisa de ajuda.

A REPÓRTER

MIRIAM ASSOR

RETALHOS DA CML

"Cordeirinhos", chamou-lhes o taxista. O animal conhecido pelo tique de obedecer compulsivamente, fez lembrar ao fogareiro da noite, a atitude tomada pela falecida vereação social-democrata diante da babel camarária. Os vereadores laranja, os cordeiros no diminutivo, entoaram um imediato e uno ámen ao apelo do líder. Assim seja, assim foi. Luís Marques Mendes deu ordens, e eles, abdicaram dos cargos, empacotaram a tralha, saíram. "Pelo menos um devia ter ficado". Nem meia criatura ficou, nem ficaria. A política, e o Camões que não se enerve, é um fogo posto que arde e que se vê logo. Os senhores se não tivessem zarpado do Paços do Concelho eram corridos, e sem cerimónia, da Lapa.

Portas. Paulo. Dois "pés" que às vezes irritam, disse, para mal dos pecados, a frase acertada: "Um arguido não é um acusado, um acusado não é um condenado". E disse mais, porque a barriga vai ficando cheia: "É uma falta de respeito escolher um presidente de Câmara e tirar-lhe o tapete mesmo antes de ser ouvido numa instância de investigação". O jurista em inactividade não esqueceu a regra empória do Direito: antes de um julgamento, ninguém é culpado. Paulo Portas lembrou, e novamente bem, para mal de outros pecados, que Carmona Rodrigues foi desinquietado pelo partido fundado por Francisco Sá Carneiro para ser candidato. E naquela altura, à rasca pelas eleições, sem Carmona – o engenheiro independente que derrubou o filósofo socialista – a laranja teria sido limão.

Paulo Pedroso, outros dois "pés" que tal, escreveu no seu blogue ocanhoto.blogspot.com um comentário intitulado "Incomoda-me", um texto bravo sobre a mudez de José Sócrates, relacionado com a saída de Helena Roseta da sede do Largo do Rato. «Detesto a gestão política pelo silêncio, a corrosiva guerra de nervos.» A bastonária da Ordem dos Arquitectos terá escrito uma carta ao secretário-geral socialista onde se disponibilizava para disputar eleições em Lisboa "na base de uma alternativa aberta a todos os partidos da esquerda", mas desde Fevereiro, o senhor, senhor engenheiro, ou coisa que o valha, não se dignou a responder. Pedroso, pode ter defeitos, mas estava inspirado: «José Sócrates era livre de dizer a Roseta que não conta com ela. Ou de lhe dizer que não tinha nada que lhe dizer o que pensava fazer em Lisboa. Só não era livre de não lhe responder.»

Os Bee Gees da política. Manuel Monteiro. José Sá Fernandes. Helena Roseta. Já andam aí. E até, um etc., chamado José Pinto Coelho, que estragou o Marquês de Pombal, e ensina artes visuais à rapaziada no colégio Planalto, também estará na corrida. Marques Mendes, o Luís, responsável pelo tombo da Câmara Municipal de Lisboa, e o Sócrates, que não é o de Atenas, até hoje, dia 12 de Maio, não apresentaram candidatos. As suposições que chegam à imprensa são curiosas para dois líderes que exalam rectidão e coerência. António Costa, ministro de Estado e da Administração Interna. Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra. A política é, de facto, feita para grandes crânios. Um ministro pode, de repente, ser presidente da câmara da capital. Um presidente de câmara de um determinado município, pode, de repente, ser presidente da câmara de outra cidade. Quando a revista *Atlântico* estiver nas bancas, o bom senso espera que o final desta crónica esteja desactualizada. Costa continua no governo. Seara mantém-se nas funções pelas quais foi eleito. Para amarelar a democracia já bastam os fugitivos, optimamente instalados. Um é o Presidente da Comissão da União Europeia. O outro é o Alto Comissário para os refugiados das Nações Unidos. Ambos largaram o Governo. Vivem, como diz o taxista, bem e no estrangeiro.

VINTE&DOIS

DANÇARINOS DE ABRIL

BRUNO ALVES

É verdade que em tudo me afasto dos meus contemporâneos, mas alguns deles estão é completamente afastados deste mundo. No passado 24 de Abril, num estabelecimento de ensino universitário da capital, deparei com quatro jovens esquerdistas, de ar deslavado, dançando ao som de um trovador revolucionário e festejando o fim do "fascismo". Compreendo, caro leitor, que quem tenha vivido sob o regime salazarista queira festejar a data na Avenida. Já que estes dançarinos de Abril finjam saber o que é deixar de viver numa ditadura me parece tão incompreensível como o seu escasso apreço pelo banho diário. Como incompreensível me parece o entusiasmo de outros meus contemporâneos pelo finado vencedor do Big Brother dos Estadistas. Estranhos tempos estes em que (pouca) gente da minha idade vive como se militantes do MUDJ (uns) ou membros da Legião Portuguesa (outros) se tratassem.

Os meus contemporâneos vivem (sem que, na sua ignorância, isso lhes ocorra) a continuação de uma discussão antiga: qual a forma de organização constitucional mais indicada para o "bom governo" da comunidade política? Qual o regime que trará o Paraíso, perdido ou ainda por encontrar? O autocrático ou o oligárquico (o governo de "um" ou o governo de "uns"), ou o democrático (o governo de "todos")? Não me ocorre resposta. Já aos entusiasmados de ambos os lados não lhes ocorre que, independentemente do número, todas as formas de governo são formas de governo pelos homens. E como tal, sujeitas a todas as falhas humanas. Tanto o ditador, por muito benigno, como as elites, por muito iluminadas, como as maiorias, por muito numerosas, se enganam. Só Deus não se engana mas, infelizmente, não existe. E se existisse estaria certamente ocupado com outros assuntos mais importantes do que a organização política dos homens. Como a Naomi Watts, por exemplo. Estamos, portanto, entregues à falibilidade de "um", de "uns", ou de "todos". Sem Paraíso para reencontrar, ou sequer para alcançar. Por muito que os mais progressistas e os mais reaccionários não o compreendam, o "bom governo" depende pouco da sua forma. E se há alguma razão (que há) para querer viver nas nossas democracias (no fundo, o governo de "uns", escolhido por "todos"), é o facto de podermos dar a nossa opinião acerca de qual é o "bom governo". Mesmo que, muito provavelmente, estejamos errados, e voltemos a estar errados quando mudamos de opinião. E com a Naomi Watts sempre em mente. Pelo menos na minha.

O HOMEM DA MARGEM

TERRA

JORGE MADEIRA

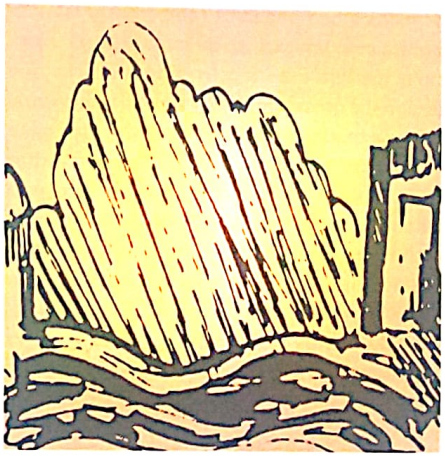
Suponho que li suficientes autores da chamada "ciência popular" para dizer que o livro *Dirt: The Ecstatic Skin of the Earth* (um livro sobre terra), escrito por William Bryant Logan (WBL), é bom. E é-o, quer-me parecer, de uma maneira muito pouco ortodoxa.

Através da minha vasta rede de contactos, descobri que WBL é também responsável por *Oak: The Frame of Civilization*, uma obra aclamada pela generalidade do universo e, claro, por mim também, apesar de o não ter lido. Comprei este *Dirt* na Fnac, porque fui à Fnac, tendo engolido as suas 210 páginas como se tivesse acabado de vir de um restaurante japonês. Já encomendei o *Oak*, embora ainda me falte encomendar o dinheiro com que o vou comprar.

Este WBL escreve maravilhosamente. Mas, como antevejo que estejam a pensar, há muita gente a escrever quase "maravilhosamente" sobre ciência. Nada disso interessa. O que espanta e justifica este livro é o profundo (enfim, digo eu) significado poético com que WBL transmite temas tão intrinsecamente poéticos como a estrutura molecular das argilas. É verdade que o que não faltam por aí são autores de ciência popular com imensa poesia para dar acerca dos mais variados assuntos, mas, que seja do meu conhecimento, só WBL consegue fazer isso de forma irrepreensivelmente genuína.

"Genuíno" quer dizer, sempre, culto; e "culto" não sei o que queira dizer, embora saiba que é uma coisa bonita. Talvez por isso suspeite que WBL seja uma pessoa radicalmente "culta". E não admira que o seja: é que WBL é um homem religioso. Quero dizer: acredita em Deus e essas coisas assim. WBL alia o melhor de cada um desses dois mundos e dá-nos tudo numa belíssima bandeja de 16 euros. Como ateu, nem sei como lhe agradecer.

É uma acção arriscada, para não dizer louca. A generalidade dos cientistas, e muito bem, possuem o gesto reflexo de acometer a um canto recôndito tudo o que, no seu trabalho, possa soar ao mistério de Deus. A proeza maior deste genialzinho WBL é que, página após página, e descontado um sentimentalismo ou outro, entrelaça o mais árido dos vocábulos, conceitos e métodos científicos ao discurso mais beato,



sem nunca deixar que os dois lados minimamente se molestem.

WBL é brilhante a fazer sentir ao herético porque é que o que não se conhece e ainda não se explica pelo discurso factual e justificativo da ciência é percepcionado, pelo crente, como um mistério que, antes de tudo o mais, nos revela a presença (?) de Deus. A vantagem de fazer isso utilizando, primordialmente, o seu esplendoroso aparelho vascular poético, é que os campos da Ciência e da Fé ficam como que isolados nas suas quintinhas, imunes a toda a desavença possível e imaginária, mesmo que o destino os tenha condenado a canibalizarem-se para toda a eternidade.

Também Stephen Jay Gould tentou aliar a Ciência e a Fé. Julgo que nunca o conseguiu porque, precisamente, o que lhe sobrava em deslumbramento sincero, faltava em arsenal poético – duas consequências que o seu enciclopedismo tornou inevitáveis. Restou-lhe sempre, e apenas, a razão, com a qual engendrou uma interminável série de bem escritas frases em perfeito encadeamento lógico, mas impotentes para criar um sentimento de conforto metafísico com tudo o que fica por explicar.

WBL é um homem com os pés bem assentes na terra. Assumiu que de nada serve, depois de tantos séculos de esforço, continuar a trabalhar numa "aliança" racional entre Fé e Ciência. Também percebeu que mais estúpido seria apenas sublinhar a Fé que lhe calhou a ele pessoalmente. Para o comum dos mortais, crente ou descrente, essas são batalhas mais que perdidas. WBL assumiu a ingovernabilidade desses dois universos, mas encharcou-os de beleza. E que bonito tudo isto é.

O REACCIONÁRIO

EU ODEIO DISCOTECAS

DAVID LOURENÇO MESTRE

Não gosto de discotecas. Abomino o tugúrio dançante. Cumpro as visitas mínimas garantidas. A rogos de malandros da pior espécie piso a imunda pista de dança. Não defendo taras moralonas, mas há ali qualquer coisa que apela aos instintos mais primários. São os *sound bytes*. O álcool que dilata os espíritos.

A sedução das carnes. Sinto que nestes locais de diversão a dança, a música e as bebidas são o menos importante. Fico com a impressão que o grupo alija o que individualmente seria condenável e abominável. As pessoas adoptam posturas exóticas. Asilam-se desastradamente nas colunas.

Desfilam de copo na mão. Desmancham-se na pista. As pistas de dança são tratados de sociologia. Os sociólogos podiam aprender mais ao ritmo do *techno* mais rafeiro do que na academia. A turba agita-se, tem espasmos, pula. Caramba, comportem-se. Deglutissem sóbrios o que fizeram na noite anterior, não voltariam por decoro a pôr os pés em casas de entretimento da espécie.

Não compreendo a alegria dos foliões. Bamboleiam-se no percurso entre o balcão e o quarto de banho convencidos que o fazem donos do seu juízo e arbítrio. Registe-se desde já: os circunstantes perfilam indisciplinadamente na pista de dança, não por motivos esotéricos, mas estão ali como escravos simiescos da moda. As composturas e os espécimes são mecânicos. São as meninas escanzeladas que os rapazes mais escrupulosos não sabem se as hão-de levar para a cama ou se as hão-de levar ao médico. São as tribos que não sabemos se comunicam em quimbundo ou em quissama.

São os marialvas de gelatina na cachola crismados de metrosexuais. Mais que a sociólogos importa a zoólogos o estudo da fauna. David Attenborough é que ainda não se interessou. A BBC que adopte a ideia, eu abdico dos direitos de autor.

dlmestre@gmail.com

CASAMENTO

MATAR O CÔNJUGE

BRUNO VIEIRA AMARAL

Só há duas boas razões para matar o cônjuge: adultério ou seguro de vida. A primeira é mais comum nos países de tradição católica. A segunda, um costume calvinista, é muito popular nos países anglo-saxónicos. Outras razões também são aceitáveis – jantar queimado, casa desarrumada, roupa por engomar, filhos sem banho – mas soam a desculpa. É impensável que, num país de maioria protestante, um marido mate a mulher por chegar a casa e o jantar não estar feito. Até porque eles desconhecem o conceito de jantar.

Os nossos hábitos mediterrânicos estão ameaçados pela progressiva laicização da sociedade e terciarização da economia. O desaparecimento do ancestral costume de acabar com o matrimónio recorrendo a alfaias agrícolas é o canto do cisne do mundo rural. Gadanhas, sachos e enxadas são objectos de um passado que urge recuperar e são infinitamente mais úteis que cartões de advogados. Mas vivemos tempos jurídicos. Apenas os mais inconformados ainda acreditam no poder libertador de uma agressão à moda antiga. Mas agredir a mulher com um garfo de *fondue* ainda é "à moda antiga"? Quem é que tem vontade de matar alguém, ainda que seja a própria mulher, depois de percorrer a casa em busca de um objecto contundente e só encontrar peças de decoração do IKEA? Há uma diferença ontológica significativa entre uma foice enferrujada e uma jarra Karens de €15,95 E nessa diferença estava a nossa singularidade, aquilo que nos tornava únicos, embora aparentemente boçais.

Para agravar ainda mais a decadência moral, aderimos à moda do assassínio por encomenda. Um ultraje. Esquecemo-nos que há coisas que têm mais valor quando são feitas com as próprias mãos e que podemos compensar a falta de prática com um excesso de motivação. O uxoricídio (palavra mais repelente que o acto que designa) é um modo de artesanato sentimental e uma expressão artística "naïve". Olhando para as urbanas e metrossexuais figuras dos varões lusos, embriagados de dor de corno enquanto batem com o delicado punho no depilado peito e choram obscenidades como, "mas eu ainda gosto dela!", auguro tempos difíceis para o homicídio conjugal à portuguesa. Só uma sociedade de frouxos pode ignorar que "sexagenário degola mulher e dá raspanete severo ao filho mais velho" não são meras palavras, são ecos de uma tradição.

SÍTIOS DE CULTO

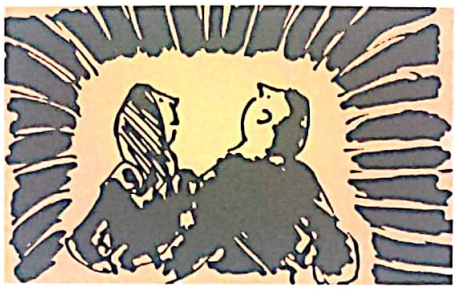
PASTELARIA DIONE

PEDRO MARQUES LOPES

Há já muitos anos que tomo o meu pequeno-almoço de domingo na Pastelaria Dione, na Rua Álvares Cabral. Não faltariam razões para isso: além de ser das poucas pastelarias, próximas da minha casa, abertas às 7 da manhã – eu sei... os meus hábitos dominicais são, por assim dizer, um bocadinho estranhos – tem uns croissants e uns pastéis de nata quentinhos que acabariam com a dieta de qualquer pretendente a modelo. Apesar de estas e de outras qualidades gastronómicas que vivamente recomendo, a Dione tem àquela hora da manhã uma clientela especial que é o *petit rien* que não me deixa hesitar na hora de escolher o sítio para o meu repasto matinal.

É aquela gente que se recusa a acreditar que a noite acabou e se encontra naquele limbo de cansaço que lhes faz abrir a alma a qualquer alma que os ouça.

Confesso que há uma pontinha de inveja misturada com uma clara nostalgia no modo como me sento para que melhor possa arrastar um ouvido coscuvilheiro. Faz parte de uma certa tristeza, que inexplicavelmente sinto, quando nessas manhãs de domingo sou mandado parar pelas brigadas da divisão de trânsito da Polícia que tentam apanhar os condutores ainda "quentes" dos últimos copos da noite e que, com ar de desprezo, vendo o meu ar de recente despedida do leito me mandam seguir sem sequer soprar no balão. Já lá assisti a declarações de amor, a anúncios de suicídio, a beijos apaixonados, vi

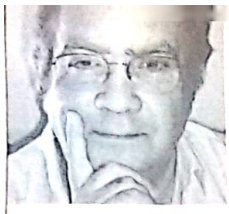


pessoas naquele estado de pré-ressaca ébria, assisti a cravanços com base em histórias inacreditáveis (de que já fui diversas vezes alegre vítima), ouvi segredos que nem na confissão se contam, enfim...

O último episódio a que assisti não foi dos mais dramáticos nem espectaculares que lá presenciei mas foi, sem dúvida, dos que mais me divertiu.

Estava eu, muito sossegado, a comer uma merendinha (recomendo vivamente) quando entram duas pessoas com um escrito na testa a dizer: ainda estou com um grãozinho na asa e saí agora mesmo da discoteca da esquina. A rapariga berrava, em português do Brasil, o seu amor ao telemóvel mas, aparentemente, sem muito sucesso. Depois de recordar a quem estava do outro lado da linha as diversas noites em que tinham feito amor apaixonado – estou a citar –, do seu convencimento, pelos vistos errado, de que ela não seria apenas mais uma e de alguns comentários pouco abonatórios sobre a actual companhia do seu interlocutor, desligou o telefone e desatou num choro compulsivo. O homem que a acompanhava e que partilhava, de forma evidente, do mesmo gosto por gente do sexo masculino procurava consolá-la, explicando-lhe o quanto os homens podiam ser uns "cafagestes". Toda esta tocante conversa se dava em brasileiro, cheia de "legaus" e "caras".

Depois de mais uma tentativa de contacto telefónico da rapariga com o "sem vergonha", terminada com uns insultos provindos do outro lado da linha, suficientemente berrados para serem audíveis na sala, o mesmo amigo levanta-se para pedir um café. Tanto eu como o Sr. Silva (empregado da Dione) somos então surpreendidos pelo alfacinha dos sotaques que não deixava dúvidas sobre as origens da personagem. Depois de uma troca de olhares entre mim e o dito Sr. Silva, este aproxima-se de mim e com um sorrisinho irónico diz: "Poliglotas, Sr. Dr., poliglotas". É Lisboa que amanhece...



MANUEL FALCÃO

O PROBLEMA DA FALTA DE INFORMAÇÃO

"Em matéria de televisão abunda quem dê opinião sabendo pouco ou nada do assunto, alastram directores de programas de bancada e a falta de estudo e de informações é galopante"

De três letrinhas apenas se faz a sigla PBS, provavelmente um dos nomes mais invocados em vão pelos políticos nacionais que gostam de falar sobre serviço público de televisão. O mundo do audiovisual em geral – e o da televisão em particular – tem esta particularidade: à semelhança do futebol, em que toda a gente reivindica poder ser um treinador em potência, em matéria de televisão abunda quem dê opinião sabendo pouco ou nada do assunto, alastram directores de programas de bancada e a falta de estudo e de informações é galopante. PBS quer dizer Public Broadcasting Service e é o que, nos Estados Unidos, mais se parece com o conceito de serviço público de televisão – embora em boa parte seja de natureza e objectivos diversos. Curiosamente, no Canadá, já a situação é bem diferente e muito parecida com a dos países europeus.

A realidade é que o serviço público de televisão tem algumas matrizes comuns em todo o lado, mas tem formas de organização e distribuição muito diversas de país para país. Na maioria, os operadores de serviço público têm vários canais, muitas vezes mais que um nacional e diversos regionais – e a questão nunca se colocou neste dilema matemático e ocioso que existe em Portugal: se deve haver um ou vários canais.

A PBS, por exemplo, não é um canal, é uma *network* de estações que programam com base numa plataforma comum de conteúdos. A questão da singularidade da emissão, que tanto preocupa alguns liberais nacionais, é uma falsíssima questão. É muito mais importante garantir o acesso à emissão de televisão de uma forma mais aberta, do que querer limitar o serviço público a um determinado número de canais ou formas de distribuição – e, nos dias de hoje, em que a televisão está cada vez mais ligada ao conceito de distribuição em múltiplas plataformas, a questão numérica é totalmente irrelevante e idiota –, já o facto de lhe permitir publicidade é uma questão relevante, porque, essa sim, prejudica o livre funcionamento do mercado.

Pretender limitar o número de canais privados é igualmente outra dislexia audiovisual, sobretudo numa época em que o importante é dar mais oportunidades de emissão e não menos. Alguém defende que só possam existir *x* jornais privados ou *y* rádio privadas? Então, porque se há-de querer limitar o número de operadores privados e comerciais de televisão, a não ser para defender situações instaladas e criar um proteccionismo muito pouco liberal?

P.S. Se quiserem saber o que é de facto a PBS visitem www.pbs.org e, se quiserem ver como as coisas funcionam no Canadá, vejam a descrição dos 28 serviços da Canadian Broadcasting Corporation em www.cbc.radio-canada.ca. Se quiserem ainda ter uma boa ideia do que se passa na Europa visitem www.circom-regional.org/2004/Report-regpubTV.pdf, onde poderão encontrar um extenso e completo relatório sobre a televisão pública na Europa, feito pela Universidade de Lugano.

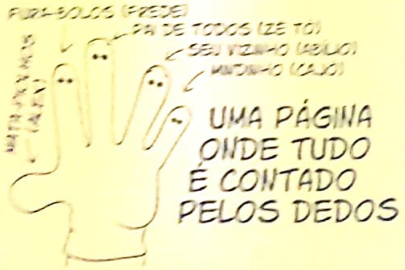
PENSAMENTOS OCIOSOS

Continua sem data certa o concurso para a atribuição de licenças da Televisão Digital Terrestre (TDT), e isto não é uma boa notícia. A situação de sucessivos atrasos e indefinições que se vive faz temer o pior: manobras de bastidores, golpadas, negociação de compromissos. A introdução dos novos canais é o grande negócio da comunicação nos próximos tempos e a crise existente explica-se assim: de um lado estão os grupos que já têm televisão de sinal aberto (SIC, TVI e RTP) e que querem evitar ao máximo a entrada no mercado de novos operadores; do outro, os grupos de comunicação, nomeadamente a Cofina e a Controlinveste, que pretendem, legitimamente, diga-se, ter acesso a um canal em sinal aberto. Aqui ao lado, em Espanha, o Governo autorizou dois novos operadores antes mesmo da introdução da TDT. Em Portugal, o Estado e as suas múltiplas autoridades reguladoras querem ser os avaliadores das capacidades do mercado, em vez de deixar o mercado funcionar. O grande problema é esse – e ninguém envolvido na definição do processo da TDT se livra da suspeita de andar a defender interesses instalados, e de pretender evitar que seja o mercado a decidir.

...E FORMAS DE VER

Hoje em dia ver televisão sem um telecomando é o equivalente a ir a uma sessão de ginásio – levanta, vai ao aparelho, carrega no botão, volta, senta; levanta outra vez para mudar de canal... e assim por diante. A vida na paisagem de multicanais que hoje temos seria impossível sem o vulgar comando à distância, o *gadget* que de facto veio mudar a forma de ver televisão e criou o vocábulo *zapping*. O pior de tudo é quando, de repente, um comando à distância se avaria –, ou porque foi atirado contra a parede numa transmissão em directo de futebol, ou porque alguém o deixou cair na banheira, na sopa ou no copo da cerveja, ou porque pura e simplesmente se finou de morte natural. Quando isso acontece o sarilho é grande – sobretudo se suceder num fim-de-semana. A única solução para o assunto é ir directo a uma loja de chineses onde, normalmente, existe uma vasta gama de comandos programáveis para quase todas as marcas, a um módico preço médio de cinco euros. Sem comércio chinês por perto, muito *zapping* ficaria por fazer...

FORAM-SE OS ANÉIS



UMA PÁGINA ONDE TUDO É CONTADO PELOS DEDOS

© 2006-07 JOSÉ NUNES / OS-DEDOS.BLOGSPOT.COM

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. AINDA HÁ ESQUERDOS DISPONÍVEIS.

ATL08/2007A

DATE A SMOKER PARTY'07

WWW.DATEASMOKERPARTY.COM

...E O AMIGO, TABAGICAMENTE FALANDO, É ACTIVO OU PASSIVO?

os-dedos.blogspot.com © 2006-2007

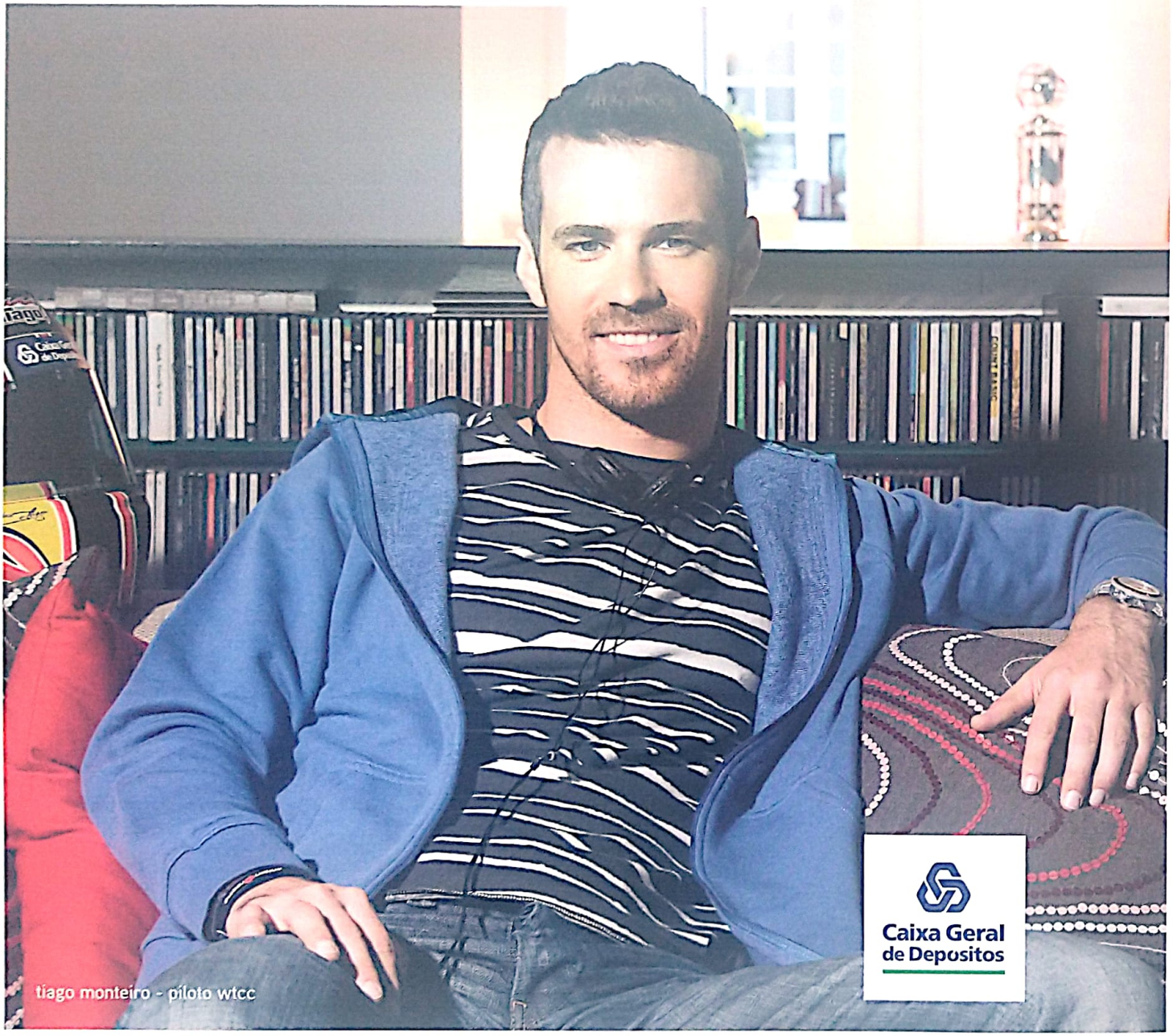
Vai ver que já falta pouco.
15
A vida não pára. Há 15 anos. Desde que a Brisa inaugurou a Via Verde - um serviço em que Portugal foi inovador. Na altura, não parar para pagar em auto-estradas, em parques de estacionamento ou em postos de combustível era algo impensável. Tão impensável como hoje ir de Lisboa a Paris sem parar em portagens. Tão impensável como apanhar um cacilheiro, pedir um hambúrguer ou pagar uma lavagem automática, tudo sem sair do carro. No futuro da Via Verde, há muitas possibilidades em aberto. E que estão mais próximas do que se pensa. Nos 15 anos da Via Verde, a Brisa promete seguir em frente.
Brisa

4,00/271 r

crédito habitação t-fixo

por mais que eu trave e acelere,

a prestação da casa fica igual.



TAE: de 4,02% a 6,21%, consideranda a Euribor a 3 meses (Maio 2007), arredondada à milésima, mais spread de 0,25% para um empréstimo de €200.000 a 30 anos. Comissão de reembolso antecipado de 0,5%. Condições preferenciais válidas até 31/10/2007.

PATROCINADOR OFICIAL
07.07.2007
LISBON
OFFICIAL DECLARATION OF THE NEW 7 WONDERS OF THE WORLD

7 MARAVILHAS DE PORTUGAL

Com o Crédito T-Fixo da Caixa, fixe o valor da prestação que mais lhe convém. Uma solução que evita surpresas, porque quando a taxa sobe ou desce o que mexe é o prazo e não a prestação. Faça uma simulação em www.cgd.pt e obtenha uma decisão imediata. Há mais na Caixa do que você imagina.

prestação fixa.
comissões zero.

www.cgd.pt | caixadirecta 707 24 24 24